

# Relatório e Contas

2012



I.	Introdução	5
1.	Órgãos Sociais	5
	Assembleia Geral	5
	Conselho de Administração	5
	Conselho Fiscal	5
	Revisor Oficial de Contas	5
2.	Órgãos Diretivos	6
3.	Publicação do Relatório e Contas	6
II.	Enquadramento Macroeconómico	8
1.	Conjuntura Internacional	8
2.	Conjuntura Nacional	11
III.	Mercado Segurador	16
IV.	Atividade da Eurovida em 2012	20
1.	Principais Indicadores	20
2.	Prémios	21
3.	Custos com Sinistros	23
4.	Provisões Técnicas	23
5.	Passivos Financeiros	24
6.	Investimentos	24
7.	Custos Operacionais	24
8.	Recursos Humanos	25
9.	Sistemas de Informação	26
10.	Resultado do Exercício, Capital Próprio e Margem de Solvência	26
11.	Gestão de Riscos e Controlo Interno	27
12.	Principais Projetos e Iniciativas em 2012	27
V.	Proposta de Aplicação de Resultados	29
VI.	Perspetivas Futuras	31
VII.	Considerações Finais	33
VIII.	Anexo ao Relatório do Conselho de Administração	35

# Índice

<b>Demonstrações Financeiras 2012</b>	<b>37</b>
Conta de Ganhos e Perdas em 2112	37
Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2012	39
Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2012	41
Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro de 2011	42
Demonstração de Rendimento Integral	43
Demonstração de Fluxos de Caixa	44
Anexo à Demonstração da Posição Financeira e à Conta de Ganhos e Perdas de 2012	46
Outros Anexos	148
Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros	148
Anexo 2 – Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a Sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)	158
<b>Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>160</b>
Certificação Legal de Contas	160
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	162

RELATÓRIO  
DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
*2012*

# I. Introdução

Nos termos da Lei, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. referentes ao exercício de 2012.

## 1. Órgãos Sociais

### Assembleia Geral

#### Presidente

Francisco Nunes de Matos Sá Carneiro

#### Secretário

Tito Luís Arantes Fontes

### Conselho de Administração

#### Presidente

Luís Eduardo da Silva Barbosa

#### Administrador Delegado

Francisco José Ribeiro Valério

#### Vogais

Rui Manuel Morganho Semedo

José Manuel Piñero Becerra

Hugues Victor Albert Pfyffer

Carlos Miguel de Paula Martins Roballo

Rafael Galan Mas

### Conselho Fiscal

#### Presidente

António Manuel Mendes Barreira

#### Vogais

Vítor Paulo Paranhos Pereira

Pedro Miguel Marques Rebelo Pinto

### Revisor Oficial de Contas

PriceWaterhouseCoopers – SROC, LDA.

Representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia  
e Jorge Manuel Santos Costa (Suplente)

## 2. Órgãos Diretivos

### **Direção de Negócio de Risco**

Paulo Jorge Simões dos Reis

### **Direção de Negócio Financeiro**

José Eduardo Toscano Bonito

### **Direção de Marketing Operacional**

Maria Isabel Garcia de Sousa Ferreira Teixeira de Figueiredo

### **Direção Comercial**

Carlos Manuel Caras Altas Rocha

### **Direção Administrativa**

António Fernando Baguinho Pinto

### **Direção Informática**

Carlos Manuel Lopes Marques

### **Gabinete de Gestão de Riscos e Auditoria**

Elsa Maria Bernardes Beato Correia

### **Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão**

Andreia Micaela Sepúlveda Pires Coelho

## 3. Publicação do Relatório e Contas

Sítio Corporativo: [www.eurovida.pt](http://www.eurovida.pt)

ENQUADRAMENTO  
MACROECONÓMICO

## II. Enquadramento Macroeconómico

### 1. Conjuntura Internacional

Em 2012, a atividade económica mundial voltou a registar um abrandamento refletindo, contudo, ritmos de crescimento bastante diferenciados nas diferentes regiões do globo. Estas duas diferentes velocidades de evolução das economias durante a recuperação económica contrastaram com o elevado grau de sincronização observado na recessão após o início da crise financeira em 2008. De acordo com o *outlook* de janeiro de 2013 do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) das economias avançadas manteve-se fraco, situando-se em 1,3 por cento em 2012, menos 0,3 pontos percentuais (p.p.) do que em 2011. A desaceleração da atividade económica foi particularmente marcada nas economias da Europa central e de leste, mais expostas aos desenvolvimentos na Zona Euro por via das ligações comerciais e financeiras.

O abrandamento da atividade económica mundial e o elevado grau de incerteza traduziram-se numa desaceleração significativa dos fluxos de comércio em 2012, onde o volume de comércio de bens e serviços cresceu 2,8 por cento no conjunto do ano, o que compara com 5,9 por cento em 2011, de acordo com dados disponibilizados pelo FMI. Em particular, o ritmo de crescimento das importações das economias avançadas reduziu-se substancialmente, de 4,6 por cento em 2011 para 1,2 por cento em 2012. As economias de mercado emergentes, ficaram marcadas também por um menor dinamismo das importações, as quais cresceram 6,1 por cento em 2012 (8,4 por cento em 2011).

Neste contexto, e dada a diminuição da taxa de utilização dos fatores produtivos nas economias avançadas, segundo o *outlook* de janeiro 2013 do FMI, em 2012 assistiu-se a uma redução do crescimento médio anual dos preços no consumidor nas economias avançadas, de 2,7 por cento em 2011 para 2,0 por cento em 2012. Nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento, a inflação permaneceu elevada em 2012 (6,1 por cento), apesar da redução de 1,1 p.p. face a 2011.

Após crescimentos significativos em 2010 e 2011, os preços internacionais das matérias-primas registaram uma desaceleração em 2012. Dado o abrandamento da procura das principais economias avançadas e emergentes, os preços internacionais da generalidade das matérias-primas não energéticas registaram uma diminuição em 2012, traduzindo-se numa queda em termos homólogos. No terceiro trimestre, esta tendência foi de certo modo atenuada por uma trajetória ascendente dos preços internacionais dos cereais, resultante dos efeitos de condições meteorológicas adversas nos Estados Unidos, que registaram no verão de 2012 a maior seca dos últimos 50 anos.

No que respeita aos preços internacionais do petróleo, a evolução em 2012 divergiu da tendência de queda dos preços das restantes matérias-primas. De facto, os preços do petróleo exibiram alguma volatilidade ao longo do ano, tendo registado um aumento no primeiro trimestre, que foi totalmente revertido nos três meses seguintes. Posteriormente, os preços voltaram a aumentar situando-se em meados de outubro num nível cerca de 5 por cento acima do observado no final de 2011 e mantendo-se estável durante os 3 últimos meses de 2012. Numa perspetiva de curto prazo, e dado o abrandamento da procura à escala mundial, este comportamento tem traduzido em larga medida perturbações do lado da oferta associadas às tensões geopolíticas existentes no Médio Oriente, com destaque para as implicações decorrentes do embargo da União Europeia às importações de petróleo do Irão – o terceiro maior exportador a nível mundial – em vigor desde julho de 2012.

Os mercados financeiros internacionais foram caracterizados por uma elevada volatilidade resultante de flutuações consideráveis na aversão ao risco que decorreram da crise da dívida soberana na Zona Euro e da incerteza quanto à capacidade de resposta das autoridades. Com os principais índices acionistas mundiais a registarem ganhos expressivos em 2012, assistiu-se nos Estados Unidos a uma valorização dos índices S&P-500 e Nasdaq-100 em +12,8 por cento e +15,4 por cento, respetivamente. Na Europa, os índices Stoxx-600 e EuroStoxx-50 subiram 14,3 por cento e 13,5 por cento, respetivamente. Destaque para o índice alemão DAX-30, que valorizou 28,8 por cento, beneficiando do bom desempenho da economia Alemã, relativamente às suas congéneres europeias, muito assente na competitividade do sector exportador. Estes ganhos, contudo, foram mais concentrados no segundo semestre, após os anúncios do BCE e do FED de que iriam fazer tudo para conter os riscos de contágio da crise financeira europeia.

Com efeito, as medidas anunciadas de que na Europa, a compra de dívida pública nos mercados secundários, com recursos ao Mecanismo de Estabilidade Europeu (MEE), sem tratamento preferencial relativamente aos restantes credores e o acordo alcançado sobre a supervisão bancária europeia sob a égide do BCE; e, nos Estados Unidos, a terceira fase de *quantitative easing*, permitiram uma significativa diminuição da incerteza e da perceção dos riscos financeiros globais associados à dívida soberana e, como tal, a recuperação das bolsas.

Ao nível das taxas de juro do mercado monetário, na última reunião sobre política monetária do ano, a FED reiterou a intenção de manter a taxa de juro de diretora nos atuais 0.25 por cento, valor mínimo histórico. Na Zona Euro, também o BCE manteve inalterada a taxa de juro, nos 0.75 por cento. Porém, ao contrário do congénere norte-americano, o BCE abriu a possibilidade de reduzir novamente a taxa de juro, visando fomentar o crescimento económico, num contexto de reduzidas pressões inflacionistas. As taxas Euribor a 1 e 12 meses fixavam-se nos 0,109 por cento e 0,542 por cento, respetivamente, menos 91 e 140 bps do que no início de 2012. Nos prazos mais longos, as taxas *swap* a 5 e 10 anos situavam-se nos 0,80 por cento e 1,62 por cento, respetivamente.

Indicadores	2012 (a)	2011	2010
Produto Interno Bruto (b)			
Zona Euro	-0,4	1,4	1,9
União Europeia (EU 27)	-0,2	1,6	2,0
EUA	2,3	1,8	3,0
Mundo	3,2	3,9	5,2
Taxa de inflação (IHPC) – Zona Euro	2,5	2,7	1,6
Preço do petróleo (brent USD/bbl)	111,58	110,82	76,2
Euribor a 3 meses (média anual)	0,58	1,39	0,8
Taxa de Câmbio (EUR/USD)	1,319	1,294	1,31

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças e INE – Instituto Nacional de Estatística.

Notas: (a) Estimativa; (b) Variação real.

A atividade económica na Zona Euro e Reino Unido deteriorou-se de forma marcada durante 2012. Segundo o FMI, as duas zonas registaram contrações de 0,4 e 0,2 por cento do PIB, respetivamente, no

conjunto do ano, comparando com crescimentos de 1,4 e 0,9 por cento em 2011, respetivamente. Para esta evolução terão contribuído uma série de fatores como o processo de consolidação orçamental em curso em vários países europeus, a manutenção de condições financeiras desfavoráveis e a deterioração marcada do sentimento económico.

É de assinalar o contágio da fraqueza da atividade económico dos países da Zona Euro que registam tensões nos mercados de dívida soberana, às restantes economias da área do euro, nomeadamente através da diminuição da confiança das famílias e empresas. De acordo com os inquéritos de confiança da Comissão Europeia, a evolução desfavorável observada no conjunto da Zona Euro no terceiro trimestre foi determinada, em larga medida, por uma deterioração abrupta da confiança na Alemanha, França, Áustria e Finlândia o que se refletiu numa desaceleração da atividade económica na segunda metade de 2012. Tal deterioração foi, especialmente, visível no caso dos consumidores e dos empresários do setor dos serviços. Nos países sob pressão, registou-se igualmente uma diminuição da confiança, mas menos acentuada, dados os níveis já bastante reduzidos que estes indicadores tinham atingido.

Com a diminuição da confiança dos consumidores na generalidade dos países pertencentes à área do euro, assistiu-se assim durante 2012 a uma redução significativa do contributo da procura interna para o crescimento do PIB no período após a crise financeira, especialmente nos países da Zona Euro que registaram tensões nos mercados de dívida soberana. Quando ao Reino Unido, o ritmo de crescimento da procura interna aumentou ligeiramente.

A desaceleração da atividade económica de 2012 foi assim comum à generalidade dos países da área do euro, embora os ritmos de crescimento do conjunto do ano sejam bastante diferentes. Analisando as maiores economias, em Espanha verificou-se uma contração do PIB em 1,4 por cento (+0,4 por cento em 2011), na França uma expansão de apenas 0,2 por cento (1,7 por cento em 2011), na Alemanha uma evolução positiva de 0,9 por cento (3,1 por cento em 2011) e a maior queda de todos a registar-se na Itália com -2,1 por cento (0,4 por cento em 2011). Em linha com a contração da atividade, as condições do mercado de trabalho agravaram-se consideravelmente, prevendo-se um aumento significativo do desemprego, em particular nas economias em ajustamento. Persiste assim na área do euro, dúvidas quanto à disponibilidade das autoridades nacionais para implementar as políticas necessárias para a resolução da crise da dívida soberana e quanto à capacidade de cumprimento das metas orçamentais em alguns países, num quadro de fraco crescimento económico.

Nos Estados Unidos da América (EUA), a atividade económica em 2012 continuou a recuperar, embora a um ritmo inferior ao registado no passado, claramente insuficiente para melhorar de forma clara a situação no mercado de trabalho. Apesar de uma queda excecionalmente elevada em termos históricos durante a recessão de 2009, o emprego tem registado um crescimento muito moderado quando comparado com o crescimento médio em recuperações anteriores. Em contraste com a Zona Euro e de uma forma preocupante, o processo de consolidação orçamental prosseguiu a um ritmo mais lento, sendo necessário um maior esforço no médio prazo para atingir os objetivos de redução do défice para os níveis desejados. E tem sido efetivamente a orientação futura da política orçamental a principal fonte de incertezas, para o qual não ajudou a cessação de uma série de medidas de estímulo à economia no final de 2012, bem como os cortes automáticos na despesa previstos para o início de 2013 e a ausência de uma resposta credível das autoridades norte-americanas a todo este problema.

Num quadro de menor procura por parte das economias avançadas, as economias de mercado emergentes e em desenvolvimento registaram também um menor dinamismo, apesar dos países asiáticos terem mantido um crescimento robusto, tendo o PIB da China aumentado 7,8 por cento em termos homólogos reais (9,3 por cento em 2011). O FMI aponta, ainda assim, para um crescimento das economias emergentes no conjunto do ano de 5,1 por cento em 2012, face a 6,3 por cento em 2011.

## 2. Conjuntura Nacional

O ano de 2012 voltou a ser marcado pela continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo programa de assistência económica e financeira. Este é o terceiro episódio de ajustamento da economia portuguesa a desequilíbrios económicos graves nas últimas quatro décadas, observando-se significativas perdas de produto e emprego, acentuados pela crise económica e financeira internacional. A evolução da economia portuguesa em 2012 decorreu num contexto de restritividade das condições monetárias e financeiras e de manutenção da orientação contracionista da política orçamental. Neste quadro, observou-se uma deterioração da posição cíclica da economia portuguesa, caracterizada por uma forte quebra do produto e por um significativo aumento do desemprego.

Ao longo do ano de 2012 as autoridades europeias encetaram esforços no sentido de reduzir o nível de incerteza e promover a recuperação da atividade económica. O recrudescimento das tensões no segundo trimestre de 2012, em especial a relação estreita entre o risco soberano e dos bancos na área do euro, evidenciou a necessidade de adoção de medidas adicionais para restaurar a confiança dos investidores. Neste contexto, são de destacar as decisões do Conselho Europeu no sentido de criar uma União Bancária e a declaração de disponibilidade do BCE para, no âmbito do seu mandato, realizar as intervenções necessárias à preservação do euro. A estes desenvolvimentos acresceu o anúncio de um novo programa de transações nos mercados secundários de obrigações soberanas.

Em 2012, a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), situou-se em 2,8 por cento, representando um decréscimo de 0,8 pontos percentuais em relação ao valor observado em 2011. A deterioração da posição cíclica da economia portuguesa manifestou-se também na subutilização dos fatores produtivos, introduzindo pressões descendentes nos preços dos bens e nos custos do trabalho. A taxa de variação média do IHPC desacelerou em 2012, apesar do aumento da tributação indireta, evolução que se acentuará em 2013. Por seu turno, os custos unitários do trabalho apresentaram uma nova redução em 2012, resultado do aumento da produtividade e de uma diminuição significativa das remunerações, para a qual contribuiu o setor das administrações públicas. Para 2013 espera-se uma relativa estabilização dos custos unitários do trabalho. Em termos relativos, a diminuição destes custos nos últimos anos implicou a correção da moderada apreciação real acumulada desde o início da participação na área do euro. Este é um dos canais de recuperação da competitividade externa da economia portuguesa no curto prazo, que complementa os ganhos de competitividade assentes na continuação do processo de reestruturação da atividade produtiva. A gestão da dinâmica do processo de ajustamento da economia portuguesa coloca importantes desafios de política. Uma eventual moderação da intensidade do esforço de ajustamento, designadamente ao nível orçamental, está condicionada pela garantia de condições de financiamento para a economia portuguesa e implica uma maior acumulação de dívida, agravando as suas condições de sustentabilidade.

Em interligação com os elevados custos decorrentes do agravamento da posição cíclica, observaram-se progressos no processo de ajustamento, designadamente ao nível do reequilíbrio do saldo da balança corrente e de capitais, com um crescimento das exportações e uma forte redução das importações.

Por outro lado, a perceção de risco dos investidores internacionais relativamente à economia portuguesa mostrou alguns sinais de melhoria. A evolução das exportações decorreu num contexto de elevada incerteza e deterioração da atividade económica nos principais parceiros comerciais de Portugal, sendo assinalável a existência de fortes ganhos de quota de mercado. Por seu turno, a redução das importações refletiu a evolução da procura global, observando-se uma melhoria muito substancial do saldo da balança corrente e de capitais, traduzida num superavit estimado para 2013.

Apesar de tudo, o abrandamento da procura interna nos principais parceiros comerciais de Portugal, traduziu-se numa diminuição das importações de bens e serviços destas economias. Neste contexto, o crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa reduziu-se significativamente, de 3,4 por cento em 2011 para 0,3 por cento em 2012, refletindo em larga medida uma redução das importações da área do euro. A desaceleração da procura externa é particularmente adversa no contexto atual em que, devido ao processo de ajustamento, a economia portuguesa depende mais do que habitualmente das exportações como motor de crescimento da procura global.

Indicadores	2012 (a)	2011	2010
Produto Interno Bruto (b)	-3,0	-1,6	1,3
Consumo Privado (b)	-5,5	-3,8	2,2
Consumo Público (b)	-4,5	-4,3	1,8
Formação Bruta de Capital Fixo (b)	-14,4	-10,7	-5,0
Exportações de bens e serviços (b)	4,1	7,2	8,8
Importações de bens e serviços (b)	-6,9	-5,9	5,2
Balança Corrente (% do PIB)	-0,1	-5,2	-8,9
Dívida pública (% do PIB)	122,5	107,2	93,0
Taxa de desemprego	15,7	13,6	10,8
Taxa de Inflação (IHPC)	2,8	3,6	1,4

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças e INE – Instituto Nacional de Estatística.

Notas: (a) Estimativa; (b) Variação real.

As condições monetárias e financeiras na economia portuguesa permaneceram restritivas em 2012, num quadro de perturbações na transmissão da política monetária na Zona Euro e de ajustamento estrutural na economia. A oferta de crédito continuou a ser condicionada por um elevado nível de aversão ao risco por parte dos bancos, num contexto de elevada incerteza, alto nível de endividamento e deterioração da situação financeira das empresas e dos particulares. Adicionalmente, o custo de financiamento dos bancos manteve-se elevado, embora as taxas de juro dos depósitos tenham começado a reduzir-se, beneficiando do impacto das medidas não convencionais de política monetária do BCE. Desta forma, a situação de liquidez dos bancos melhorou substancialmente. Existem indícios de que o aumento da restritividade dos critérios de concessão de crédito começou a ser mitigado no decurso de 2012, embora com grande heterogeneidade entre as empresas. As grandes empresas e as empresas exportadoras

mantiveram o acesso ao crédito interno ou encontraram fontes alternativas de financiamento a um custo inferior à média, enquanto as pequenas e médias empresas continuaram a enfrentar dificuldades de financiamento.

No decurso de 2012 prosseguiu a desalavancagem do sistema bancário. O ajustamento do balanço dos bancos assentou num forte aumento dos fundos próprios, o que constitui um fator muito importante para aumentar a sua resiliência a choques negativos e particularmente relevante no contexto do ajustamento dos desequilíbrios da economia. Adicionalmente, registou-se um aumento do financiamento junto do Eurosistema que foi, no entanto, dominado pelo comportamento dos bancos estrangeiros residentes em Portugal. Os depósitos de particulares, embora continuando a crescer de forma significativa, evidenciaram um abrandamento ao longo do ano, que era em larga medida esperado dado que o forte crescimento anterior decorreu de ajustamentos de carteira. Simultaneamente, ocorreu uma redução muito significativa do endividamento dos bancos nos mercados internacionais, com um elevado volume de vencimentos e de recompra de obrigações próprias, a par da contínua queda do financiamento por parte de instituições de crédito não residentes. Do lado do ativo, o processo de desalavancagem assentou numa redução do crédito a não residentes, acentuando-se a redução do crédito ao setor privado residente, enquanto o financiamento ao setor público registou um aumento importante. Por seu turno, a desalavancagem do setor empresarial é ainda bastante moderada em termos agregados, devendo prosseguir no longo prazo, beneficiando, em particular, da recuperação do crescimento económico. Neste contexto, o reforço da capitalização das empresas e a procura por fontes de financiamento alternativas revelam-se essenciais.

A orientação contracionista da política orçamental e as condições de financiamento restritivas, conjugadas com expectativas desfavoráveis quanto à evolução da atividade e do mercado de trabalho, a perceção de uma redução do rendimento permanente e a constituição de poupanças por motivos de precaução justificaram uma forte redução do consumo das famílias, tanto nos bens duradouros como no consumo corrente. Adicionalmente, as expectativas de redução na procura interna, o elevado nível de incerteza e a restritividade das condições monetárias e financeiras contribuíram para a manutenção de um desempenho negativo no investimento, que se manterá em 2013. Num cenário em que prevalecem elevados níveis de endividamento nas empresas, as restrições de financiamento poderão revelar-se um fator limitativo da recuperação da atividade, prejudicando a recuperação do investimento produtivo, em particular se incidirem desproporcionadamente nas novas empresas e em projetos inovadores.

A política orçamental portuguesa manteve em 2012 uma orientação contracionista e pró-cíclica, que deverá prosseguir no próximo ano. O cumprimento dos objetivos de redução do défice orçamental é condição essencial para assegurar o regular financiamento da economia portuguesa e travar a dinâmica de crescimento do rácio da dívida pública. A composição do processo de correção orçamental é uma matéria importante. A opção pelo aumento das receitas como modo de atingir as metas orçamentais reduz o volume de recursos disponíveis no setor privado, com consequências adversas sobre as decisões de investimento e o crescimento económico futuro. Adicionalmente, o aumento da tributação tem um impacto negativo por via das distorções impostas nos mercados, agravando ineficiências na utilização dos recursos produtivos. A estratégia de consolidação orçamental deve passar por uma redução da despesa pública. Esta redução implica um melhoramento da gestão em áreas onde exista ineficiente utilização dos recursos públicos - limitando-se assim as intervenções de carácter transversal, de forma a não colocar em causa o funcionamento de áreas consideradas fundamentais - bem como uma identificação das áreas onde o retorno social é relativamente mais baixo. Neste enquadramento, uma estratégia de consolidação orçamental sustentável deve assentar em opções quanto às áreas de intervenção primordial do Estado, num contexto de cooperação institucional e diálogo social.

A consolidação e ajustamento para uma macroeconomia portuguesa sustentada e equilibrada a longo prazo requerem uma base estrutural assente no aumento tendencial da produtividade. No entanto, o continuado agravamento da posição cíclica da economia pode ter um impacto negativo no crescimento potencial. Este risco consubstancia-se, por exemplo, numa continuada redução do nível do *stock* de capital, na depreciação do capital humano dos trabalhadores desempregados e na emigração de jovens qualificados.

Nestas condições, um ajustamento orçamental que contribua para o crescimento potencial da economia é inadiável. O reforço do consenso social em torno das linhas orientadoras do processo de ajustamento é condição fundamental para a manutenção da credibilidade junto dos mercados financeiros internacionais e das autoridades internacionais e, conseqüentemente, para o sucesso do programa de ajustamento. A promoção do crescimento económico, assente na dinâmica das exportações, protagonizada pelo setor privado e beneficiando do papel catalisador do setor público, poderá constituir um importante fator agregador.

MERCADO  
SEGURADOR

## III. Mercado Segurador

Depois da contração registada em 2011 de -28,7%, o setor segurador português viveu em 2012 um novo ano de contração da produção de seguro direto de -5,3%, que recuou mesmo a volumes apenas superiores aos verificados em 2004.

O Mercado Segurador Vida, no exercício de 2012, apresentou um decréscimo face ao ano transato, mantendo contudo a sua posição de liderança no mercado segurador. O volume de prémios de seguro direto, do ramo Vida, emitidos em Portugal, apresentou assim um decréscimo de -6,9% (em 2011 assistiu-se também a um decréscimo mas de -38,1%). Como resultado, o peso do ramo Vida, no setor segurador, regrediu em -1,1%, mantendo no entanto o seu peso em 2012 ligeiramente abaixo de dois terços do volume de prémios do setor segurador.

### Estrutura de Mercado

	2012	2011	2010	2009	2008
<b>Ramo Vida</b>	<b>63,6%</b>	64,7%	74,5%	71,5%	71,8%

Fonte: ISP – Atividade Seguradora em Portugal – Prémios de Seguro Direto.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução do Mercado Segurador Vida no último triénio:

### Evolução do Ramo Vida (milhões de Euros)

	2012	2011	2010	12/11 Tx. Cresc.	11/10 Tx. Cresc.
Prémios de Seguro Direto	<b>7.014</b>	7.536	12.173	-6,9%	-38,1%

Fonte: ISP – Atividade Seguradora em Portugal – Prémios de Seguro Direto.

O montante de prémios Vida, emitidos em 2012, ascendeu a 7.013.911 milhares de Euros (7.536.092 milhares de Euros em 2011). Deste valor, cerca de 68,7% corresponde a Seguros de Vida (73% em 2011), 29,2% a Seguros Ligados a Fundos de Investimento (27,0% em 2011) e 2,1% a Operações de Capitalização (0% em 2011). De sublinhar em 2012 o decréscimo em volume de prémios Vida emitidos, apenas no segmento dos Seguros de Vida em que, depois de um decréscimo de -42,7% em 2011, volta a cair -12,4% em 2012. Destaque pela positiva para os Seguros Ligados a Fundos de Investimento com um crescimento de 0,6% depois de um decréscimo de -12,8% em 2011.

Peso por Área de Negócio (*Ramo Vida*)

	2012	2011	2010	2009	2008
Seguros de Vida	68,7%	73,0%	78,9%	69,4%	57,6%
Seguros ligados a Fundos de Investimento	29,2%	27,0%	19,1%	30,4%	34,3%
Operações de Capitalização	2,1%	0,0%	2,0%	0,2%	8,1%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: ISP – Atividade Seguradora em Portugal – Prémios de Seguro Direto.

Em termos globais, o negócio vida registou um decréscimo de -6,9%, que em termos absolutos se traduziu numa diminuição em -522.181 milhares de Euros. O segmento de seguros de vida registou a única queda do setor em valores absolutos, com um decréscimo de -12,4% (diminuição em -684.911 milhares de Euros) face a 2011. Por seu lado, os Seguros Ligados a Fundos de Investimento tiveram um crescimento de 0,6% (aumento em 13.032 milhares de euros).

Crescimento (*Ramo Vida*)

	2012	2011	2010	2009	2008
Seguros de Vida	<b>-12,4%</b>	-42,7%	33,3%	13,5%	20,8%
Seguros ligados a Fundos Investimento	<b>0,6%</b>	-12,8%	-26,2%	-16,5%	16,8%
Operações de Capitalização	<b>95.349,0%</b>	-99,9%	862,6%	-97,2%	1,4%
<b>TOTAL</b>	<b>-6,9%</b>	<b>-38,1%</b>	<b>17,2%</b>	<b>-5,7%</b>	<b>17,6%</b>

Fonte: ISP – Atividade Seguradora em Portugal – Prémios de Seguro Direto.

Os Planos Poupança Reforma (PPR) em 2012 representaram cerca de 1.169.095 milhares de Euros, apresentando um decréscimo de -10,5% face ao período homólogo (-11,8% nos Seguros de Vida e 6,0% nos PPR Ligados a Fundos de Investimento).

Planos Poupança Reforma (*em valor*)

Unidade: Milhares de Euros

	2012	2011	2010	2009	2008
Não ligados a Fundos Investimento	<b>1.064.305</b>	1.206.686	3.028.313	2.285.113	1.898.535
Ligados a Fundos Investimento	<b>104.790</b>	98.854	224.169	846.430	566.472
<b>TOTAL</b>	<b>1.169.095</b>	<b>1.305.540</b>	<b>3.252.482</b>	<b>3.131.543</b>	<b>2.465.007</b>

Fonte: ISP – Atividade Seguradora em Portugal – Prémios de Seguro Direto.

Com as anunciadas limitações às respetivas deduções fiscais dos PPR, esmoreceu a apetência dos aforradores pelos PPR das seguradoras, verificando-se um decréscimo nos Planos Poupança Reforma, que registaram em 2012 um peso total no ramo vida de 16,7% (17,3% em 2011).

#### Evolução do Negócio (crescimento)

	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Seguros de proteção	<b>-2,0%</b>	-2,4%	0,8%	-0,7%	13,2%
Seguros de Capitalização (incl. Oper. Capit.)	<b>-7,8%</b>	-33,6%	26,8%	-17,3%	6,7%
Planos Poupança Reforma	<b>-14,1%</b>	-59,8%	3,9%	27,0%	45,2%

Fonte: APS – Produção de Seguro Direto – Atividade em Portugal.

Na base da evolução negativa do mercado segurador vida em 2012, estiveram por base circunstâncias muito precisas, que afetaram a comercialização dos produtos de risco e financeiros do ramo vida. Por um lado, o agravamento da conjuntura económica tem vindo a prejudicar o mercado de trabalho, dando origem a um incremento contínuo da taxa de desemprego, que se situa no final de 2012 em máximos históricos. Da mesma forma, a diminuição do rendimento disponível das famílias, conjugado com o corte dos benefícios fiscais associados a determinados produtos do setor segurador e dos fundos de pensões, designadamente aos PPR, prejudicaram a captação da poupança dos particulares, influenciando negativamente o potencial de crescimento do setor.

Por outro lado, a profunda necessidade de financiamento dos Bancos, que levou os respetivos grupos financeiros a privilegiar a comercialização de produtos que captassem poupanças para os seus balanços (sobretudo depósitos a prazo), em detrimento de produtos das seguradoras e fundos de investimento, levou à afetação de relações de *bancassurance* que, em períodos anteriores, foram também o suporte da anterior expansão do volume de negócios deste ramo.

ATIVIDADE DA  
EUROVIDA  
EM *2012*

## IV. Atividade da Eurovida em 2012

### 1. Principais Indicadores

A **EUROVIDA** iniciou a sua atividade comercial no ano 2000, tendo registado o décimo segundo ano completo de operação em 2012.

O último ano correspondeu a mais um período sem precedentes no setor segurador, num contexto de crise e de grande instabilidade dos mercados financeiros, assistindo-se em 2012 a um decréscimo de -5,3% do mercado segurador (-28,7% em 2011) no que respeita a volume de prémios de seguro direto, com o Segmento Vida a decrescer -6,9% (-38,1% em 2011) e o Não Vida -2,2% (-1,4% em 2011). Apesar da queda do Setor Segurador em 2012, a Eurovida completou o seu décimo segundo ano com um resultado líquido superior ao de 2011 em 9,9%.

A sua estratégia baseou-se sobretudo no crescimento da quota de mercado de prémios emitidos em produtos de capitalização e no aumento da margem técnica dos produtos risco. Ao nível dos serviços, a Eurovida continuou o processo de reorganização e informatização, tendo como principal objetivo prestar um serviço de qualidade aos seus clientes, aos canais de distribuição e reduzir alguns custos associados.

Os indicadores que se apresentam seguidamente ilustram o percurso efetuado:

	Unidade: Euros		
	2012	2011	Var. % 12/11
<b>Balanço</b>			
Investimentos	745.481.506	595.901.581	25,10%
Ativo Líquido	748.873.712	600.014.269	24,81%
Capital Próprio	60.383.598	43.091.922	40,13%
Passivos de contratos de seguros e de investimentos	673.685.881	548.563.328	22,81%
<b>Conta de Ganhos e Perdas</b>			
Total de receita processada <sup>(1)</sup>	150.682.642	104.298.140	44,47%
Prémios brutos emitidos	19.444.267	19.450.004	-0,03%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	17.334.228	17.049.498	1,67%
Custos com Sinistros de seguro direto	18.058.859	19.207.456	-5,98%
Custos com Sinistros, líquidos de resseguro	17.192.812	18.520.558	-7,17%
Comissões dos contratos de investimento	6.083.973	6.042.612	0,68%
Provisão Matemática, líquida de resseguro	(5.460.497)	(8.286.809)	-34,11%
Participação nos resultados, líquida de resseguro	1.343.030	1.698.803	-20,94%
Custos operacionais	6.332.885	6.165.216	2,72%
Resultado de investimentos afetos ao negócio vida (2)	7.086.825	3.150.089	124,97%
Saldo Técnico	12.143.685	10.399.032	16,78%
Resultado Líquido	9.579.950	8.717.549	9,89%
<b>Indicadores</b>			
Saldo Técnico/ Total de receita processada	8,1%	10,0%	-1,9 p.p.
Custos operacionais/ Total de receita processada	4,2%	5,9%	-1,7 p.p.
Custos operacionais/ Passivos de contratos de seguro e de investimento	0,94%	1,12%	-0,18 p.p.
Resultado Líquido/ Capitais Próprios	15,87%	20,23%	-4,36 p.p.
Resultado Líquido/ N.º de empregados	142.984 €	130.113 €	+9,9 p.p.
Rácio de Solvência	233,63%	213,01%	+20,6 p.p.

(1) Do total da receita processada em 2012, 131.238 milhares de Euros são referentes aos contratos de investimentos (84.848 milhares de Euros em 2011).

(2) Corresponde ao somatório dos rendimentos, gastos financeiros e ganhos líquidos de investimentos afetos deduzidos de Imparidades de afetos.

(cont.)

	2012	2011	Var.% 12/11
<b>Outros dados</b>			
N.º de Empregados em 31 de dezembro	67	67	-

## 2. Prémios

A **EUROVIDA** registou, em 2012, um volume total de receita processada de 150.682.642 Euros (104.298.140 Euros em 2011), tendo apresentado um crescimento de 44,5%, face ao período homólogo. No volume total de negócios, o peso dos seguros de capitalização ascendeu a 85,1%, dos planos poupança reforma a 4,5% e dos seguros de proteção a 10,4%.

### Peso no Volume de Negócios

	2012	2011	2010	2009	2008
Seguros de Proteção	<b>10,4%</b>	15,0%	9,2%	8,4%	11,1%
Seguros de Capitalização	<b>85,1%</b>	76,9%	78,2%	80,4%	71,4%
Planos Poupança Reforma	<b>4,5%</b>	8,1%	12,6%	11,2%	17,5%
Resseguro Aceite	<b>0,0%</b>	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

No quadro seguinte, ilustra-se a evolução da quota de mercado da **EUROVIDA**.

	Mercado Vida	EUROVIDA	Quota 2012	Quota 2011	Quota 2010
Seguros de Vida	4.818.622	19.248	<b>0,4%</b>	0,3%	0,3%
Seguros Ligados a F.I.	2.045.434	131.435	<b>6,4%</b>	4,2%	5,6%
Operações de Capitalização	149.855	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.013.911</b>	<b>150.683</b>	<b>2,1%</b>	1,4%	1,3%

Fonte: ISP – Atividade Seguradora em Portugal – Prémios de Seguro Direto.

A **EUROVIDA** comercializa, no âmbito dos seguros ligados a fundos de investimento, seguros de capitalização e planos de poupança reforma. A quota de mercado neste segmento apresentou um crescimento de 2,2 p.p. em 2012, fixando-se assim em 6,4% no final do exercício. Em termos de volume de prémios, registou-se 131,4 milhões de Euros (85,1 milhões de Euros em 2011), verificando-se um crescimento de 54,4% (-35,0% em 2011). Para este crescimento apenas contribuíram os seguros de capitalização (contrato de investimento) com 62,9% face ao período homólogo, tendo os seguros de capitalização (contrato seguro) e planos de poupança reforma (contrato de investimento) ficado pelos -24,5% e -20,6%, respetivamente.

Ao nível dos Seguros de Vida, em 2012, o volume de prémios emitidos ascendeu a 19,2 milhões de Euros (19,2 milhões de Euros em 2011), correspondendo a um crescimento de 0,3%. Para esta percentagem muito contribuíram os seguros de proteção que contrariando a tendência de grande crescimento dos últimos anos, em 2012 ficaram pelos +0,4% (+6,7% em 2011) refletindo a estagnação no mercado dos seguros vinculados ao crédito (habitação, pessoal e consumo) em 2012.

No âmbito dos seguros de capitalização (ligados e não ligados), os prémios emitidos apresentaram um crescimento de 60,7%, tendo atingido um valor de 126,6 milhões de Euros (78,8 milhões de Euros em 2011). Os produtos que suportaram a componente da capitalização são, na sua totalidade, expressos em unidades de conta. Por outro lado, a componente reforma (ligados e não ligados) atingiu, em 2012, um volume de prémios emitidos de 6,7 milhões de Euros (8,5 milhões de Euros em 2011), tendo registado assim um decréscimo de -20,6%.

A **EUROVIDA**, em termos de canais de distribuição, privilegia o canal bancário, em particular a rede de balcões do Banco Popular Portugal, tendo este canal por si só representado, em 2012, 70,2% do total da produção (80,3% em 2011). Em 2012 mantém-se a tendência de crescimento do último ano, em que os outros canais, onde se incluem o Best Bank, o Banco BIC, o Banco BIG e a NovaCaixaGalícia, representam 25,5% (16,2% em 2011) do total da produção, com destaque para o Best Bank com 12,8% (3,5% em 2011). A mediação profissional, apesar de nos últimos anos vir a registar sucessivos crescimentos, continua a apresentar um peso reduzido com 4,4% (3,5% em 2011). Esta situação explica-se pela dificuldade de concorrer nos seguros de vida vinculados ao crédito, que constituem uma parte importante da sua atividade.

### Distribuição por Canal

	2012	2011	2010	2009	2008
Banco Popular Portugal	<b>70,2%</b>	80,3%	84,5%	84,7%	87,8%
Mediação	<b>4,4%</b>	3,5%	1,8%	1,6%	1,1%
Outros	<b>25,5%</b>	16,2%	13,7%	13,7%	11,1%

Em 31 de dezembro de 2012, registavam-se 648.643 Euros de prémios em cobrança. Os recibos com prazo de cobrança superior a sessenta dias ascendiam a 288.141 Euros (316.530 Euros em 2011), ou seja, cerca de 1,8% (2,0% em 2011) do total de prémios emitidos de risco e 1,5% (1,7% em 2011) do total de prémios brutos de seguro direto dos Seguros Vida.

### Prémios em Cobrança

Unidade: Euros

	2012	2011	2010	2009	2008
Prémios em Cobrança	648.643	593.276	354.912	641.656	1.539.805

### 3. Custos com Sinistros

Os montantes pagos brutos, referentes a custos com sinistros de contratos de seguro diminuíram, em 2012, para 17,5 milhões de Euros, apresentando um decréscimo de -1,2% (17,7 milhões de Euros em 2011), correspondendo 5,1 milhões de Euros a montantes pagos de seguros de risco e 12,4 milhões de Euros respeitantes a resgates e vencimentos em seguros de capitalização e planos poupança reforma. Os custos com sinistros de seguro direto (montantes pagos) representaram 15,0% (14,7% em 2011) das provisões técnicas de seguro direto.

#### Sinistros

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Custos com Sinistros (montantes pagos) *</b>		
Seguros de risco	5.103.821	3.893.945
Seguros de capitalização e reforma	12.360.593	13.790.125
<b>Total</b>	<b>17.464.414</b>	<b>17.684.070</b>

\* Corresponde ao montante dos custos com sinistros, antes da imputação dos custos de exploração

Em 2012, registaram-se ainda, com relação aos contratos de investimento, montantes pagos brutos no montante de 101,9 milhões de Euros (120,4 milhões de Euros em 2011), verificando-se assim um decréscimo de 15,3% face ao ano anterior.

### 4. Provisões Técnicas

Em 2012, a provisão matemática referente a contratos de seguros era constituída em cerca de 103,7 milhões de Euros (108,7 milhões de Euros em 2011), por provisões de seguros de vida em que o risco do investimento é suportado pela **EUROVIDA**, e em cerca de 1,8 milhões de Euros (1,8 milhões de Euros em 2011), por provisões de seguros em que o risco do investimento é suportado pelo tomador de seguro.

Apresenta-se seguidamente um quadro ilustrativo das provisões técnicas:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Provisão matemática	103.696.947	108.729.785
Provisão para sinistros	4.498.741	5.156.939
Provisão para participação nos resultados	6.808.107	4.277.105
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	1.821.002	1.798.841
<b>Total</b>	<b>116.824.797</b>	<b>119.962.671</b>

## 5. Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de Passivos Financeiros ascendia ao montante de 556,9 milhões de Euros (428,6 milhões de Euros em 2011), apresentando um acréscimo de 29,9%, face ao ano anterior. Esta rubrica inclui os passivos financeiros relativos à componente de depósito de contratos de seguros e a contratos de seguros e operações, consideradas para efeitos contabilísticos, como contratos de investimentos.

## 6. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2012, a carteira de investimentos da **EUROVIDA** elevava-se a 745,5 milhões de Euros (595,9 milhões de Euros em 2011). Deste valor, cerca de 688,1 milhões de Euros (554,4 milhões de Euros em 2011) são referentes a seguros de vida afetos (dos quais 558,2 milhões de Euros são relativos a contratos de investimentos) e cerca de 57,4 milhões de Euros (41,5 milhões de Euros em 2011) são representativos de reservas livres.

### Investimentos

Investimentos	2012		2011		Unidade: Euros
		%		%	Var. % 12/11
Depósitos à ordem	5.743.398	0,8%	20.954.854	3,5%	-72,6%
Outros depósitos	36.126.818	4,8%	21.364.669	3,6%	69,1%
Operações a Liquidar	159.648	0,0%	1.160.840	0,2%	-86,2%
Empréstimos concedidos <sup>(1)</sup>	1.462.396	0,2%	1.534.038	0,3%	-4,7%
Títulos de rendimento fixo	561.085.913	75,3%	406.025.305	68,1%	38,2%
Partes de capital em filiais e associadas	7.612.230	1,0%	7.612.230	1,3%	0,0%
Ações	20.428.957	2,7%	19.002.728	3,2%	7,5%
Fundos de investimento	112.733.914	15,1%	117.479.362	19,7%	-4,0%
Derivados detidos para negociação	600	0,0%	69.900	0,0%	-99,1%
Outros títulos	127.634	0,0%	698.861	0,1%	-81,7%
<b>Total</b>	<b>745.481.507</b>	<b>100,0%</b>	<b>595.902.787</b>	<b>100,0%</b>	<b>25,1%</b>

(1) Corresponde ao valor líquido dos activos, deduzido do valor de imparidades e/ou ajustamentos.

Em 2012, a **EUROVIDA** incrementou, na sua carteira de investimentos, o peso dos outros depósitos para 4,8% (3,6% em 2011) e o peso dos títulos de rendimento fixo para 75,3% (68,1% em 2011), reduzindo, em contrapartida o peso dos títulos de rendimento variável para 17,9% (22,9% em 2011) e o peso dos depósitos à ordem para 0,8% (3,5% em 2011).

## 7. Custos Operacionais

Em 2012, os custos operacionais ascenderam a 6.332.885 Euros (6.165.216 Euros em 2011), apresentando um crescimento de 2,7% face ao período homólogo, o correspondente a um aumento de cerca de 168 mil Euros.

Os custos operacionais podem ser visualizados como segue:

Custos Operacionais	2012		2011		Unidade: Euros
		%		%	Var. % 12/11
Custos com Pessoal	3.385.008	53,5%	3.188.734	51,7%	6,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.480.844	39,2%	2.473.189	40,1%	0,3%
Impostos e Taxas	73.322	1,2%	52.307	0,8%	40,2%
Amortizações	72.947	1,2%	146.434	2,4%	-50,2%
Juros Suportados	87.077	1,4%	76.215	1,2%	14,3%
Comissões	233.688	3,7%	228.337	3,7%	2,3%
<b>Total</b>	<b>6.332.885</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.165.216</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,7%</b>

Do total dos custos, os custos com pessoal ocupam o maior peso (53,5% em 2012 e 51,7% em 2011), seguido dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos (39,2% em 2012 e 40,1% em 2011).

## 8. Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2012, a **EUROVIDA** tinha 67 colaboradores, o mesmo número que no final de 2011. Do total dos 67 colaboradores, 59 eram efetivos (60 em 2011) sendo 8 com contrato a termo. A média etária era de 38 anos, tendo cerca de 27% dos colaboradores idade igual ou inferior a 35 anos.

	2012	2011	2010	Rep. % 2012	Var. % 2012/11
Inferior ou igual a 25 anos	5	6	5	7,5%	-16,7%
Dos 26 aos 35 anos	13	18	23	19,4%	-27,8%
Dos 36 aos 45 anos	36	33	31	53,7%	9,1%
Superior a 45 anos	13	10	8	19,4%	30,0%
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>67</b>	<b>67</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0%</b>

Em termos de grau académico, os quadros da Eurovida podem ser vistos como segue:

	2012	2011	2010	Rep. % 2012	Var. % 2012/11
Licenciados	49	48	46	73,1%	2,1%
Bacharéis	6	6	8	9,0%	0,0%
Outros	12	13	13	17,9%	-7,7%
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>67</b>	<b>67</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0%</b>

O processo de planeamento integrado e estabelecimento de objetivos quantitativos e qualitativos em toda a estrutura funcional e hierárquica da empresa está totalmente implementado, sendo objeto de aferição com base semestral. Os resultados são extremamente positivos, quer do ponto de vista da gestão, quer do ponto de vista do acolhimento pelos colaboradores.

## 9. Sistemas de Informação

O ano de 2012 funcionou como ano de desenvolvimentos informáticos, numa ótica de melhoria contínua do serviço prestado, quer aos clientes internos, quer aos clientes externos. Ainda com o objetivo de continuar a aumentar a produtividade das áreas operacionais e incrementar a integração das plataformas dos diversos fornecedores, os trabalhos de disponibilização de ferramentas de automatização, integração e validação de informação, tiveram continuidade durante o ano.

## 10. Resultado do Exercício, Capital Próprio e Margem de Solvência

A **EUROVIDA** foi constituída em 8 de novembro de 1999 com um capital social de 7,5 milhões de Euros, representado por 1,5 milhões de ações de valor nominal de 5 Euros cada. Não se verificou qualquer aumento de capital desde essa data.

O resultado do exercício em 31 de dezembro de 2012 foi de 9.579.950 Euros (8.717.549 Euros em 2011), correspondendo a uma rentabilidade dos capitais próprios de 15,87%.

Os capitais próprios ascendiam, em 31 de dezembro de 2012, ao montante de 60.383.598 Euros (43.091.922 Euros em 2011):

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Capital	7.500.000	7.500.000
Reservas de reavaliação	342.303	(10.746.927)
Reserva por impostos diferidos	(369.921)	3.007.583
Outras reservas	4.260.072	3.388.317
Resultados transitados	39.071.195	31.225.401
<b>Resultado do exercício</b>	<b>9.579.950</b>	<b>8.717.549</b>
<b>Total</b>	<b>60.383.598</b>	<b>43.091.922</b>

A Margem de solvência da Eurovida em 31 de dezembro de 2012 e 2011 decompunha-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Elementos constitutivos do Fundo de Garantia</b>	<b>64.343.850</b>	<b>47.008.496</b>
<b>Margem de solvência a constituir</b>	<b>27.540.830</b>	<b>22.068.580</b>
Seguros não ligados a fundos de investimento (excluindo seguros complementares)	9.375.524	9.934.257
Seguros e operações ligados a fundos de investimento	16.343.898	10.537.866
Seguros complementares (incluindo seguros complementares de seguros ligados a fundos de investimento)	523.448	411.040
Fundos de Pensões	1.297.960	1.185.417
Fundo de Garantia mínimo legal	3.700.000	3.500.000
<b>Excesso/insuficiência da margem de solvência</b>	<b>36.803.020</b>	<b>24.939.916</b>
<b>Taxa de cobertura da margem de solvência</b>	<b>233,63%</b>	<b>213,01%</b>
	233,6%	213,0%

A taxa de cobertura da margem de solvência a 31 de dezembro de 2012 era de 233,63% (213,01% em 2011), tendo contribuído para esta evolução, o aumento da base dos capitais próprios resultantes dos resultados positivos ao longo dos diversos exercícios.

## 11. Gestão de Riscos e Controlo Interno

O ano de 2012 foi marcado pela consolidação da metodologia de cálculo dos requisitos de capital tendo em conta o futuro regime do Solvência II.

Neste contexto são de destacar os seguintes desenvolvimentos em 2012:

- Atualização do Plano de continuidade de negócio;
- Participação nas reuniões organizadas pelo ISP e pela APS sobre matérias referentes ao novo regime do Solvência II.

## 12. Principais Projetos e Iniciativas em 2012

Para que a Eurovida conseguisse ultrapassar a difícil conjuntura, vivida no mercado segurador e na atividade económica em 2012, foram vários os projetos e iniciativas desenvolvidas e, que em conjunto, contribuíram como uma oportunidade de inovação e de aproximação aos clientes e aos vários canais de distribuição. Como mais importantes, temos a destacar:

- Desenvolvimento de soluções para doenças graves, proteção no desemprego ou soluções financeiras ajustadas a cada realidade, nomeadamente a uma poupança mais regular;
- A disponibilização da subscrição *online* mediante a utilização do cartão de cidadão e o pagamento imediato via cartão de crédito;
- A possibilidade de subscrição de seguros de vida através de TeleSubscrição, ou seja, da realização do processo de análise de risco através de uma entrevista telefónica com um profissional de saúde, em vez do tradicional preenchimento de questionário;
- A elaboração e o envio trimestral aos clientes dos extratos integrados com a posição dos seus seguros, permitindo-lhes, com um único documento, acompanhar todo o seu *portfolio* de seguros;
- O aumento da interatividade com os clientes, disponibilizando nos nossos *sites* o «click to chat» (para além do «click to call» já anteriormente existente), permitindo uma resposta imediata;
- Dotação das redes de vendas de plataformas *online* que permitem a emissão e entrega imediatas das apólices aos clientes;
- Implementação de um *Workflow* estruturado, na área de subscrição e sinistros, que tem permitido a agilização e otimização dos procedimentos e a melhoria da nossa interação tanto com os canais como com o cliente direto.

PROPOSTA DE  
APLICAÇÃO DE  
RESULTADOS

## V. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido positivo do exercício de 2012 foi de 9.579.950 Euros, propondo-se a seguinte aplicação:

- ♥ *Para Reserva Legal: 957.995 Euros;*
- ♥ *Para Resultados Transitados: 8.621.955 Euros.*

PERSPETIVAS  
FUTURAS

## VI. Perspetivas Futuras

Os principais projetos/iniciativas para os anos de 2013 e seguintes, que visam contribuir para a concretização dos objetivos estratégicos, táticos e operativos definidos pela Eurovida, podem ser descritos como segue:

### **Foco no cliente**

- ♥ Focalizar prioritariamente a atividade de contacto no cliente, promovendo a segmentação e eligendo como mercados prioritários as PME's e Particulares.
- ♥ Disponibilizar uma oferta global e integrada nas áreas da proteção pessoal e do património, como na área da poupança e reforma.
- ♥ Aumentar o Cross-Selling em colaboração com os canais de distribuição.
- ♥ Assegurar a retenção de clientes e sucesso das vendas, garantindo a máxima satisfação dos mesmos no que respeita ao nível de serviço prestado.

### **Alargamento da Rede de Distribuição**

- ♥ Consolidar e alargar a base de distribuição das Redes especializadas, Mediação profissional, Redes bancárias e *Affinities*.
- ♥ Desenvolver e implementar novas redes de consultores aproximando-nos dos nossos clientes e canais.

### **Sustentar um nível de rentabilidade**

- ♥ Incrementar as margens técnicas do negócio, através quer de uma política de preço adequada e uma seleção de riscos exigente, quer de uma redução contínua dos custos unitários, através do aumento da escala e da monitorização da base de custos.

### **Melhoria da operacionalidade**

- ♥ Promover a eficiência de processos através da automatização e desmaterialização de processos, tornando os processos simples e desburocratizados, com especial enfoque na área dos Sinistros e Contratação.
- ♥ Melhorar o atendimento aos clientes no serviço "pós-venda", quer nos tempos de resposta e na célere resolução da situação dos clientes, quer na qualidade e no serviço que é prestado aos clientes.
- ♥ Desenvolver, implementar e melhorar a eficácia do sistema de controlo de qualidade da empresa, aplicando métricas e definindo objetivos em cada fase do processo de negócio ou de suporte, com vista a garantir a qualidade de serviço ao cliente.

No âmbito da Gestão de Risco, para 2013 prevêem-se o desenvolvimento das seguintes atividades:

- ♥ Acompanhamento dos desenvolvimentos do futuro regime do Solvência II;
- ♥ Desenvolver políticas e exercícios de *stress test* tendo em conta os requisitos da gestão e os regulamentos emitidos pelo Instituto de Seguros de Portugal;
- ♥ Análise e desenvolvimento do suporte técnico e tecnológico para cumprimento dos estudos quantitativos;
- ♥ Reavaliação do risco operacional da Eurovida, através de análises qualitativas tendo em conta a frequência e o impacto de cada risco associado aos processos da companhia.

CONSIDERAÇÕES  
FINAIS

## VII. Considerações Finais

O Conselho de Administração está muito grato pela confiança demonstrada pelos clientes da **EUROVIDA** e agradece todo o esforço e dedicação demonstrados pelos colaboradores e a ação relevante do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas no exercício das funções que lhe estão estatutariamente cometidas.

Expressamos, igualmente, o nosso reconhecimento e apreço ao Banco Popular Portugal, Best Bank, Banco BIG, Banco BIC, NovaCaixaGalícia e à Mediação Profissional pela colaboração na divulgação e promoção da EUROVIDA.

Registamos ainda o agradecimento da **EUROVIDA** pelos apoios recebidos do Instituto de Seguros de Portugal e Associação Portuguesa de Seguradores.

Lisboa, 7 de março de 2013

### O Conselho de Administração



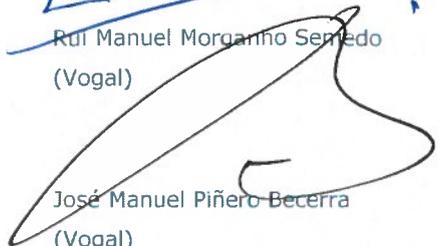
Luís Eduardo da Silva Barbosa  
(Presidente do Conselho de Administração)



Francisco José Ribeiro Valério  
(Administrador Delegado)



Rui Manuel Morgante Semedo  
(Vogal)



José Manuel Piñero Becerra  
(Vogal)



Hugues Victor Albert Pfyffer  
(Vogal)



Carlos Miguel de Paula Martins Roballo  
(Vogal)



Rafael Galan Mas  
(Vogal)

ANEXO  
AO RELATÓRIO DO  
CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO

## VIII. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Participação de Acionistas que, em 31 de dezembro de 2012, detinham um décimo ou mais do total das ações (Art. 448º do Código das Sociedades Comerciais):

### Participação de Acionistas

Unidade: Euros

	<b>2012</b>	<b>Percentagem</b>
Banco Popular Español, S.A.	6.304.890	84,07%
Banco Popular Portugal, S.A.	1.195.110	15,93%

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
*2012*

## Contas de Ganhos e Perdas em 2012

Unidade: Euros

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	2012			2011
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	17.334.228	-	17.334.228	17.049.498
Prémios brutos emitidos		19.444.267	-	19.444.267	19.450.004
Prémios de resseguro cedido		2.110.039	-	2.110.039	2.400.506
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	-	-	-
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	6	6.083.973	-	6.083.973	6.042.612
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	7	17.192.812	-	17.192.812	18.520.558
Montantes pagos		17.772.887	-	17.772.887	17.796.804
Montantes brutos		18.721.234	-	18.721.234	18.907.919
Parte dos resseguradores		948.347	-	948.347	1.111.115
Provisão para sinistros (variação)		(580.075)	-	(580.075)	723.754
Montante bruto		(662.374)	-	(662.374)	299.537
Parte dos resseguradores		(82.299)	-	(82.299)	(424.217)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		-	-	-	-
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	8	(5.460.497)	-	(5.460.497)	(8.286.809)
Montante bruto		(5.461.673)	-	(5.461.673)	(8.310.928)
Parte dos resseguradores		(1.176)	-	(1.176)	(24.119)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	9	1.343.030	-	1.343.030	1.698.803
Custos e gastos de exploração líquidos	10	5.643.652	-	5.643.652	4.901.221
Custos de aquisição		3.785.943	-	3.785.943	3.351.679
Custos de aquisição diferidos (variação)		-	-	-	-
Gastos administrativos		2.765.588	-	2.765.588	2.695.906
Comissões e participação nos resultados de resseguro		907.880	-	907.880	1.146.364
Rendimentos	12	6.293.173	496.408	6.789.581	7.500.469
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		5.994.313	343.089	6.337.402	7.144.991
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		298.860	153.319	452.178	355.479
Gastos financeiros	13	491.834	(55.291)	436.543	1.075.214
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(730.748)	(55.291)	(786.039)	(108.437)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		1.222.582	-	1.222.582	1.183.651
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	14	2.519.294	(8.999)	2.510.295	1.379.145
De ativos disponíveis para venda		2.430.474	33.727	2.464.201	677.847
De empréstimos e contas a receber		88.819	(42.725)	46.094	701.298
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	15	(701.169)	272.192	(428.977)	(2.002.050)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		(38.778)	(30.522)	(69.300)	150.820
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(662.391)	302.714	(359.677)	(2.152.870)

(cont.)

O Técnico Oficial de Contas

## Contas de Ganhos e Perdas em 2012

(cont.)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2012			Unidade: Euros
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	2011
Diferenças de câmbio	16	(259.874)	(1)	(259.876)	502.509
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	17	512.869	267.985	780.854	2.238.703
De ativos disponíveis para venda		532.639	267.985	800.624	2.145.536
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De outros		(19.770)	-	(19.770)	93.167
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	18	597.760	-	597.760	614.839
Outras provisões (variação)	19	-	(139.666)	(139.666)	(68.264)
Outros rendimentos/gastos	20	-	876.513	876.513	1.026.668
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-
<b>Resultado Líquido antes de Impostos</b>		<b>12.143.685</b>	<b>1.563.084</b>	<b>13.706.769</b>	<b>12.034.266</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	32	3.779.862	523.844	4.303.706	3.404.025
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	32	(130.953)	(45.934)	(176.887)	(87.308)
<b>Resultado Líquido do exercício</b>		<b>8.494.776</b>	<b>1.085.174</b>	<b>9.579.950</b>	<b>8.717.549</b>

O Técnico Oficial de Contas

## Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2012

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	Notas do Anexo	2012		2011	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>ATIVO</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	21	5.744.062	-	5.744.062	20.954.854
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	23	7.612.230	-	7.612.230	7.612.230
Ativos financeiros detidos para negociação	24	600	-	600	69.900
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	25	558.136.923	-	558.136.923	412.833.137
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	26	126.844.651	-	126.844.651	114.428.057
Empréstimos e contas a receber	27	47.143.705	-	47.143.705	40.004.609
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		36.126.818	-	36.126.818	21.364.669
Empréstimos concedidos		1.462.396	-	1.462.396	1.534.038
Contas a receber		9.394.843	-	9.394.843	15.945.062
Outros		159.648	-	159.648	1.160.840
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
Terrenos e edifícios		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	28	618.659	561.742	56.917	67.556
Inventários	28	6.271	-	6.271	35.375
Goodwill		-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	29	973.540	933.792	39.748	83.427
Provisões técnicas de resseguro cedido	30	995.490	-	995.490	1.078.966
Provisão para prémios não adquiridos		-	-	-	-
Provisão matemática do ramo vida		-	-	-	1.176
Provisão para sinistros		995.490	-	995.490	1.077.790
Provisão para participação nos resultados		-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	11	24.138	-	24.138	24.138
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	31	2.200.122	1.029.392	1.170.729	1.622.468
Contas a receber por operações de seguro direto		665.898	245.499	420.399	479.102
Contas a receber por outras operações de resseguro		337.221	-	337.221	646.801
Contas a receber por outras operações		1.197.003	783.894	413.109	496.565
Ativos por impostos	32	973.292	-	973.292	1.060.613
Ativos por impostos correntes		-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos		973.292	-	973.292	1.060.613
Acréscimos e diferimentos	33	124.955	-	124.955	138.939
Outros elementos do ativo		-	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>751.398.638</b>	<b>2.524.926</b>	<b>748.873.712</b>	<b>600.014.269</b>

O Técnico Oficial de Contas

## Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2012

		Unidade: Euros	
<b>DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>Notas do Anexo</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas	<b>30</b>	116.824.797	119.962.671
Provisão para prêmios não adquiridos		-	-
Provisão matemática do ramo vida		105.517.949	110.524.450
Provisão para sinistros		4.498.741	5.161.116
De vida		4.498.741	5.161.116
De acidentes de trabalho		-	-
De outros ramos		-	-
Provisão para participação nos resultados		6.808.107	4.277.105
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade		-	-
Provisão para riscos em curso		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	<b>34</b>	556.861.083	428.600.657
Outros passivos financeiros	<b>35</b>	5.520.920	4.776.575
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		4.000.000	4.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores		715.920	776.575
Outros		804.999	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	<b>31</b>	1.480.213	1.812.723
Contas a pagar por operações de seguro direto		101.292	154.911
Contas a pagar por outras operações de resseguro		59.682	219.535
Contas a pagar por outras operações		1.319.239	1.438.278
Passivos por impostos	<b>32</b>	6.591.475	518.004
Passivos por impostos correntes		6.551.373	399.638
Passivos por impostos diferidos		40.102	118.366
Acréscimos e diferimentos	<b>33</b>	805.000	705.426
Outras Provisões	<b>36</b>	406.625	546.291
Outros Passivos		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>688.490.113</b>	<b>556.922.347</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	<b>37</b>	7.500.000	7.500.000
(Ações Próprias)		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação	<b>37</b>	342.303	(10.746.927)
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		342.303	(10.746.927)
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos	<b>37</b>	(369.921)	3.007.583
Outras reservas	<b>37</b>	4.260.072	3.388.317
Resultados transitados	<b>37</b>	39.071.195	31.225.401
Resultado do exercício	<b>37</b>	9.579.950	8.717.549
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>60.383.598</b>	<b>43.091.922</b>
<b>Total do Passivo e Capital Próprio</b>		<b>748.873.712</b>	<b>600.014.269</b>

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro  
de 2012

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Capital Social	Ações Próprias	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total	
				Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal				
<b>Balanco a 31 de dezembro de 2011 (balanco de abertura)</b>	37	7.500.000	-	(10.746.927)	3.007.583	3.388.317	31.225.401	8.717.549	43.091.922	
Correções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-	-	
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Balanco de abertura alterado</b>	(1)	37	7.500.000	-	(10.746.927)	3.007.583	3.388.317	31.225.401	8.717.549	43.091.922
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)		-	-	-	871.755	7.845.794	(8.717.549)	-	
<b>Resultado líquido do período</b>	(3)	37	-	-	-	-	-	9.579.950	9.579.950	
<b>Outro rendimento integral do período</b>	(4)	37	-	-	11.089.230	(3.377.504)	-	-	7.711.726	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			-	-	11.089.230	(3.377.504)	-	-	7.711.726	
<b>Total do rendimento integral do período</b>	(5)-(3)-(4)		-	-	11.089.230	(3.377.504)	-	9.579.950	17.291.676	
Operações com detentores de capital	(6)		-	-	-	-	-	-	-	
<b>Total das variações do capital próprio</b>	(7)-(2)-(5)-(6)		-	-	11.089.230	(3.377.504)	871.755	7.845.794	862.402	17.291.676
<b>Balanco a 31 de dezembro de 2012</b>	(8)-(7)-(1)		7.500.000	-	342.303	(369.921)	4.260.072	39.071.195	9.579.950	60.383.598

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Alterações de Capital Próprio em 31 de dezembro  
de 2011

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Capital Social	Reservas de	Reserva por	Outras	Resultados	Resultado	Total
			Reavaliação		Reservas			
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Impostos Diferidos	Reserva legal	Transitados	do Exercício	
<b>Balanco a 31 de dezembro de 2010 (balanco de abertura)</b>	<b>37</b>	<b>7.500.000</b>	<b>(4.905.816)</b>	<b>1.355.662</b>	<b>2.720.043</b>	<b>25.210.931</b>	<b>6.682.744</b>	<b>38.563.564</b>
Correções de erros (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		-	-	-	-	-	-	-
<b>Balanco de abertura alterado</b>	<b>(1)</b>	<b>7.500.000</b>	<b>(4.905.816)</b>	<b>1.355.662</b>	<b>2.720.043</b>	<b>25.210.931</b>	<b>6.682.744</b>	<b>38.563.564</b>
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)	-	-	-	668.274	6.014.470	(6.682.744)	-
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.717.549</b>	<b>8.717.549</b>
<b>Outro rendimento integral do período</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>(5.841.112)</b>	<b>1.651.920</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.189.191)</b>
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		-	(5.841.112)	1.651.920	-	-	-	(4.189.191)
<b>Total do rendimento integral do período</b>	<b>(5)-(3)-(4)</b>	<b>-</b>	<b>(5.841.112)</b>	<b>1.651.920</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.717.549</b>	<b>4.528.358</b>
Operações com detentores de capital	(6)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total das variações do capital próprio</b>	<b>(7)-(2)-(5)-(6)</b>	<b>-</b>	<b>(5.841.112)</b>	<b>1.651.920</b>	<b>668.274</b>	<b>6.014.470</b>	<b>2.034.805</b>	<b>4.528.358</b>
<b>Balanco a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>(8)-(7)-(1)</b>	<b>7.500.000</b>	<b>(10.746.927)</b>	<b>3.007.583</b>	<b>3.388.317</b>	<b>31.225.401</b>	<b>8.717.549</b>	<b>43.091.922</b>

O Técnico Oficial de Contas

## Demonstração de Rendimento Integral

Unidade: Euros

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL	Notas do Anexo	2012			2011		
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	Técnica Vida	Não Técnica	Total
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>37</b>	<b>8.494.776</b>	<b>1.085.174</b>	<b>9.579.950</b>	<b>7.488.260</b>	<b>1.229.290</b>	<b>8.717.549</b>
<b>Outro rendimento integral do período</b>							
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	37	11.268.898	(179.668)	11.089.230	(6.005.256)	164.145	(5.841.111)
Ganhos e perdas líquidos		8.305.784	(481.379)	7.824.405	(8.649.433)	(15.061)	(8.664.494)
Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício		2.963.113	301.712	3.264.825	2.644.177	179.206	2.823.383
Imparidade		532.639	267.985	800.624	2.040.664	104.872	2.145.536
Alienação		2.430.474	33.727	2.464.201	603.513	74.334	677.847
Reserva por impostos	37	(3.431.692)	54.188	(3.377.504)	1.698.342	(46.422)	1.651.920
<b>Total do outro rendimento integral do período</b>		<b>7.837.206</b>	<b>(125.480)</b>	<b>7.711.726</b>	<b>(4.306.914)</b>	<b>117.723</b>	<b>(4.189.191)</b>
<b>Total de Rendimento integral do período, líquido de impostos</b>		<b>16.331.982</b>	<b>959.694</b>	<b>17.291.676</b>	<b>3.181.346</b>	<b>1.347.013</b>	<b>4.528.358</b>

O Técnico Oficial de Contas

---

## Demonstração de Fluxos de Caixa

Unidade: Euros			
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	Notas	2012	2011
<b>Fluxos de atividade operacional</b>			
+ Prémios de seguro direto recebidos		19.732.545	19.506.737
- Sinistros de seguro direto pagos		17.507.936	17.722.575
- Prémios de resseguro cedido pagos, líquidos de sinistros de resseguro cedido recebidos		175.170	888.238
+ Recebimentos de contratos de investimento		131.238.375	84.848.136
- Pagamentos de contratos de investimento		101.928.278	120.023.612
- Comissões por intermediação de seguros		2.202.570	2.027.555
- Pagamentos ao pessoal		1.523.290	1.458.399
- Pagamentos a fornecedores		1.984.479	2.006.147
+ Outros fluxos de caixa operacionais		(54.923)	4.112
+ Dividendos recebidos		2.092.876	1.573.946
+ Juros recebidos		26.483.893	22.943.770
+ Outras comissões recebidas		818.440	974.497
- Outras comissões pagas		406.329	274.979
+ Alienações e Reembolsos de Títulos		424.787.444	366.957.539
- Aquisição de investimentos		474.697.301	359.176.299
+ Variação instrumentos de curto prazo (DP's e PC's)		(12.918.030)	19.350.840
- Impostos sobre os rendimentos pagos		5.330.701	5.507.410
<b>Sub-Total</b>		<b>(13.575.433)</b>	<b>7.074.363</b>
<b>Fluxos de atividade de investimento</b>			
- Dividendos pagos a associadas		-	-
+ Dividendos recebidos de associadas		78.800	123.999
- Aquisição de imobilizado		18.630	71.256
+ Alienação de imobilizado		-	-
- Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-
+ Empréstimos pagos por partes relacionadas		-	-
<b>Sub-Total</b>		<b>60.170</b>	<b>52.742</b>
<b>Fluxos de atividade de financiamento</b>			
+ Recebimentos de aumento de capital		-	-
+ Recebimentos de empréstimos subordinados		-	-
- Pagamento de juros de empréstimos subordinados		95.529	72.488
+ Recebimentos de empréstimos concedidos		-	-
- Pagamentos de empréstimos obtidos		-	-
- Pagamentos de contratos de locação financeira		-	-
- Dividendos pagos a acionistas		-	-
- Dividendos pagos a interesses minoritários		-	-
<b>Sub-Total</b>		<b>(95.529)</b>	<b>(72.488)</b>
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>			
		-	-
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>21</b>	<b>(13.610.792)</b>	<b>7.054.617</b>
Caixa e seus equivalentes em 1 de janeiro	<b>21</b>	20.954.854	13.900.237
Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro	<b>21</b>	7.344.062	20.954.854
<b>Variação no período</b>		<b>(13.610.792)</b>	<b>7.054.617</b>

O Técnico Oficial de Contas

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO  
DA POSIÇÃO FINANCEIRA  
E À CONTA DE  
GANHOS E PERDAS  
*2012*

# Anexo à Demonstração da Posição Financeira e à Conta de Ganhos e Perdas de 2012

(Valores expressos em Euros)

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2013.

## Nota 1 – Informações Gerais

### 1.1. Domicílio e forma jurídica da empresa de seguros, o seu país de registo e o endereço da sede registada

A **EUROVIDA** – Companhia de Seguros de Vida, S.A. foi constituída em 8 de novembro de 1999, com um capital de 7.500.000 Euros, na sequência do despacho de autorização n.º 11630/99, de 24 de maio, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, publicado no Diário da República n.º 139, IIª Série, de 17 de junho de 1999, tendo como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do ramo vida. A sede da Companhia situa-se na Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 em Lisboa.

### 1.2. Descrição da natureza do negócio da empresa de seguros e do ambiente externo em que opera

A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguros para o ramo vida para o qual obteve a devida autorização do Instituto de Seguros de Portugal (ISP). Para além do ramo vida, dedica-se ainda à atividade de gestão de Fundos de Pensões.

A atividade seguradora em Portugal tem conhecido nos últimos anos um crescimento sustentado. No entanto, o Mercado Segurador viveu em 2012 um ano de contração, sem paralelo, da produção de seguro direto, recuando mesmo a volumes inferiores aos verificados em 2005.

No exercício de 2012, de acordo com os valores provisórios apresentados pelo Instituto de Seguros de Portugal, o mercado segurador vida apresentou um decréscimo face ao ano transato, mantendo contudo a sua posição de liderança no mercado segurador. O volume de prémios de seguro direto, do ramo Vida, emitidos em Portugal, apresentou assim um decréscimo de -6,9% (em 2011 assistiu-se também a um decréscimo mas de -38,1%). Como resultado, o peso do ramo Vida, no setor segurador, regrediu em -1,1%, mantendo no entanto o seu peso em 2012 ligeiramente abaixo a dois terços do volume de prémios do setor segurador.

A Eurovida tem mantido nos últimos anos a sua posição no ranking das 12 maiores Seguradoras Vida, comercializando produtos nos segmentos de Capitalização, Reforma e Proteção. Utiliza como canal de distribuição maioritário o *Bancassurance*, tendo o Banco Popular Portugal como canal preferencial, o Best Bank, o Banco BIG, o Banco BIC e a NovaCaixaGalícia, como outros canais. Recentemente tem vindo a apostar no reforço da sua distribuição no canal da Mediação e Redes Especializadas.

Outras informações sobre a natureza do negócio e do ambiente externo em que a Eurovida opera encontram-se nos capítulos II, III e IV do presente Relatório e Contas.

## Nota 2 – Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentemente alterado pelas Normas Regulamentares n.º 20/2007-R, de 31 de dezembro e n.º 22/2010-R, de 16 de dezembro e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este Plano de Contas, atualmente em vigor, introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS), tal como adotados na União Europeia, exceto o IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente ao qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

Tal como descrito abaixo, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e passivos financeiros associados a contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico. A Companhia opera sobre o princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3 do presente relatório.

No exercício de 2012 não ocorreram alterações das políticas contabilísticas na preparação da informação financeira relativamente ao exercício anterior.

### **a) Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas**

Em resultado das orientações emitidas por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012:

i) IFRS 7 (alteração), "Instrumentos financeiros: divulgações – transferência de ativos financeiros" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2011). Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efetuar relativamente a ativos financeiros transferidos para terceiros, mas não desconhecidos do balanço, por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **b) Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já se encontrarem publicadas, apenas são de aplicação obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de julho de 2012 ou em data posterior**

i) IAS 1 (alteração), "Apresentação de demonstrações financeiras" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2012). Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como "Outros rendimentos integrais", consoante estes possam ser recuperados ou não no futuro por resultados do exercício e o respetivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

ii) IAS 12 (alteração), "Impostos sobre o rendimento" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com ativos, dependendo se a mesma estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, exceto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii) IAS 19 (revisão 2011), "Benefícios aos empregados" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "Outros rendimentos integrais" (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

iv) Melhorias às normas – período 2009-2011 (a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013, ainda sujeitas ao processo de adoção pela UE). O processo de melhoria anual de 2009-2011 afeta as normas: IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34. Estas melhorias

serão adotadas pela Companhia, quando aplicáveis, exceto as relativas à IFRS 1, por a Companhia já aplicar as IFRS.

v) IFRS 1 (alteração), "Adoção pela primeira vez das IFRS" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias e adotam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite optar por mensurar determinados ativos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado" na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por "data da transição para as IFRS" nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

vi) IFRS 1 (alteração), "Adoção pela primeira vez das IFRS – Empréstimos do governo" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela UE. Esta alteração visa esclarecer como é que as entidades que adotam as IFRS pela primeira vez devem contabilizar um empréstimo do governo com uma taxa de juro inferior à taxa de mercado. Também introduz uma isenção à aplicação retrospectiva, semelhante à atribuída às entidades que já reportavam em IFRS, em 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

vii) IFRS 10 (novo), "Demonstrações financeiras consolidadas" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

viii) IFRS 11 (novo), "Acordos conjuntos" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações associados aos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre ativos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o ativo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida na mensuração de Entidades conjuntamente controladas. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

ix) IFRS 12 (novo), "Divulgação de interesses em outras entidades" (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

x) Alteração à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – "Regime de transição" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção da UE. Clarifica que, quando da aplicação da IFRS 10 resulte um tratamento contabilístico de um investimento financeiro diferente do seguido anteriormente, de acordo com a IAS 27/SIC 12, os comparativos têm de ser reexpressos mas apenas para o período comparativo anterior, e as diferenças

apuradas, à data de início do período comparativo, são reconhecidas no capital próprio. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

xi) Alteração à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – “Entidades gestoras de participações financeiras” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção da União Europeia. Esta alteração inclui a definição de Entidade gestora de participações financeiras e introduz o regime de exceção à obrigação de consolidar, para as Entidades gestoras de participações financeiras que qualifiquem como tal, uma vez que todos os investimentos serão mensurados ao justo valor. Divulgações específicas são exigidas pela IFRS 12. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

xii) IFRS 13 (novo), “Justo valor: mensuração e divulgação” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). A IFRS 13 tem como objetivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição de justo valor e constituir a única base dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal a todas as IFRS. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

xiii) IAS 27 (revisão 2011), “Demonstrações financeiras separadas” (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

xiv) IAS 28 (revisão 2011), “Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos” (a aplicar na UE nos exercícios que se iniciem o mais tardar em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 passando a incluir no seu âmbito o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, e estabelecendo os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

xv) IFRS 7 (alteração), “Divulgações – compensação de ativos e passivos financeiros” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB e introduz novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de ativos e passivos) não contabilizados, os ativos e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

xvi) IAS 32 (alteração), “Compensação de ativos e passivos financeiros” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração é parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB a qual clarifica a expressão “deter atualmente o direito legal de compensação” e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

xvii) IFRS 9 (novo), “Instrumentos financeiros – classificação e mensuração” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção

pela UE. Trata-se da primeira fase da IFRS 9, na qual se prevê a existência de duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros são valorizados ao justo valor por via de resultados. A Companhia aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

## 2.2. Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas, abaixo descritas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

### a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos/passivos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Eurovida encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Contratos de Seguro – Produtos de risco;
- Contratos de Seguro – Produtos financeiros;
- Contratos de Investimento;
- Gestão de Fundos de Pensões.

### b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

### c) Ativos fixos tangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sendo depreciados e sujeitos a testes de imparidade. As suas depreciações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, numa base duodecimal, considerando as seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>Taxas anuais</b>
Instalações	10%
Máquinas e Aparelhos	10% - 25%
Viaturas	25%
Mobiliário e Equipamento	10% - 33,33%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correto de um dado ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro. Relativamente à coleção de obras de arte e ao seu tratamento contabilístico, estas também estão valorizadas ao custo de aquisição (o montante em 2012 ascendeu a 2.649 Euros).

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### **d) Ativos intangíveis**

Estes ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, amortizados e sujeitos a testes de imparidade. As suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

<b>Ativos intangíveis</b>	<b>Taxas anuais</b>
Despesas com Aplicações Informáticas	33,33%
Outros	33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

## **e) Ativos financeiros**

### **(i) Classificação**

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- ***Investimentos em filiais***

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em empresas filiais são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

- ***Investimentos em associadas***

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em associadas estão reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como rendimentos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas associadas.

- ***Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas***

Os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas podem subdividir-se em duas categorias:

*(i) Ativos financeiros detidos para negociação*

Correspondem, essencialmente, a títulos adquiridos com o objetivo de realização de valias no curto prazo e a instrumentos financeiros derivados; e

*(ii) Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas*

Nesta categoria são classificados (i) os ativos financeiros associados a produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro (*unit-linked*), (ii) os ativos financeiros geridos e cujo

desempenho é avaliado numa base de justo valor, e/ou (iii) os ativos que contêm derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

- **Empréstimos e contas a receber**

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação imediata ou num prazo próximo ou que não tenham sido designados como ao justo valor através de ganhos e perdas ou como disponíveis para venda.

- **Investimentos a deter até à maturidade**

São os ativos financeiros não derivados sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe de "Ativos financeiros disponíveis para venda".

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Eurovida tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

### **(ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento**

Aquisições e alienações em (i) ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) empréstimos e contas a receber e (iv) investimentos detidos até à maturidade, são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente registados em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando:

- (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa;
- (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou;
- (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

### **(iii) Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os ativos disponíveis para venda são, igualmente, registados ao justo valor, sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas (capital próprio), na parte que pertence ao acionista. As variações ficam reconhecidas em reservas até que os ativos financeiros sejam vendidos ou desreconhecidos. No caso de ser identificada uma perda por imparidade, o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais

registados em reservas, é transferido para resultados. No caso dos produtos com participação nos resultados, as variações do justo valor são reconhecidas inicialmente em reservas (capital próprio), e posteriormente transferidas para a conta de participação nos resultados a atribuir, na parte correspondente ao tomador de seguro (*shadow accounting*).

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, no caso dos títulos de rendimento fixo, o ajustamento ao valor de balanço (valor de mercado) compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva, (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – ambas por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito acima.

Os empréstimos e contas a receber e os investimentos detidos até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) informações fornecidas pelas entidades gestoras/ emitentes, (ii) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo, quando necessário, a entidades especializadas), e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### **(iv) Reclassificação entre categorias de ativos financeiros**

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros das categorias de ativos detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber (*Loans and receivables*) ou para ativos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e detidos até à maturidade também são permitidas.

A Eurovida utilizou a permissão de reclassificação prevista no ponto 50E da IAS 39 para transferir obrigações classificadas na classe de ativos disponíveis para venda para a classe empréstimos e contas a receber. Em dezembro de 2008, foram reclassificadas algumas obrigações classificadas inicialmente como ativos disponíveis para venda. A reclassificação foi efetuada devido ao facto de se considerar que existia falta de liquidez no mercado àquela data para essas obrigações e que as suas cotações não refletiam o seu justo valor.

O critério utilizado para elegibilidade da reclassificação das obrigações classificadas como disponíveis para venda para empréstimos concedidos e contas a receber teve como base a análise de liquidez do

ativo, naquela data. A análise da liquidez dos ativos (cotação representativa do seu justo valor) teve por base a verificação cumulativa das seguintes condições: (i) existirem pelo menos três contribuidores de preços disponíveis no sistema de informação financeira *Bloomberg*; (ii) o "spread Bid/Ask" ser inferior ou igual a 50 bps; (iii) a diferença entre os dois melhores contribuidores ("spread Bid/Ask" mais curtos) ser inferior ou igual a 100 bps; e (iv) existirem quantidades significativas de transações superiores ou iguais a 500 mil unidades.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor registado nas demonstrações financeiras da Eurovida relativo às obrigações reclassificadas da categoria de empréstimos e contas a receber, com base no critério indicado, era de 9.394.843 Euros (15.945.062 Euros em 2011), ao passo que o seu valor com base nas cotações disponíveis à data é de 9.464.908 Euros (14.540.181 Euros em 2011).

Mensalmente é efetuada a monitorização do cumprimento dos critérios de liquidez para esses títulos. Sempre que se verifique que os mesmos apresentam valor de mercado, é efetuada a sua reclassificação de empréstimos concedidos e contas a receber para a classe de ativos disponíveis para venda.

Durante o exercício de 2012 foi reclassificado um título de empréstimos concedidos e contas a receber para a classe ativos disponíveis para venda uma vez que se verificou que o valor do ativo, àquela data, cumpria com os critérios definidos internamente para ser considerado como disponível para venda.

A reclassificação do ativo financeiro teve um impacto na reserva de reavaliação no montante de 665 Euros (4.036 Euros em 2011), contribuindo para um aumento dos Capitais Próprios. O valor em balanço dos ativos reclassificados, a 31 de dezembro de 2012, era de 264.519 Euros (640.640 Euros em 2011).

## **(v) Imparidade**

### ***Imparidade de títulos***

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, existe prova objetiva de imparidade, no caso dos instrumentos de capital, quando se verifica a existência de declínio significativo, isto é, sempre que ocorra uma desvalorização superior a 40% no justo valor ou, quando se verifica a existência de declínio prolongado, isto é, sempre que ocorra uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição num período de pelo menos 18 meses.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição/ custo amortizado

(no caso de títulos de rendimento fixo) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Qualquer perda de valor subsequente nestes ativos originará perdas por imparidade adicionais a serem reconhecidas no exercício.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição/ custo amortizado se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade e empréstimos e contas a receber, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

#### **Ajustamentos para recibos por cobrar e para dívidas de cobrança duvidosa**

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados em 31 de dezembro são refletidos na rubrica "Devedores – por operações de seguro direto".

Este ajustamento destina-se a reconhecer, no resultado da Companhia, o impacto da potencial não cobrança dos recibos de prémios emitidos. O cálculo deste ajustamento é efetuado com base nos valores dos prémios por cobrar, com emissão anterior a 90 dias, provisionando a totalidade dos recibos nesta situação.

Os ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

#### **f) Outros ativos financeiros – Derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes

derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados. Caso a Companhia considere reduzido o custo/benefício desta bifurcação, reconhece a “totalidade” do ativo ao justo valor através de ganhos e perdas, com as respetivas variações no justo valor em resultados.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é baseado em preços de cotação em mercado (valor de mercado), quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

#### **g) Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e, (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com exceção dos passivos por contratos de investimento, os quais são registados ao justo valor.

#### **h) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de constituição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### **i) Capital social**

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como uma dedução dos proveitos, líquida de imposto.

#### **j) Reserva legal**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

#### **k) Reservas de reavaliação**

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, bem como a reserva de reavaliação a amortizar relativa às obrigações reclassificadas da categoria de Ativos Disponíveis para Venda para Empréstimos e Contas a Receber, em 2008 (ver adicionalmente a Nota 27).

#### **l) Reserva por impostos diferidos**

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados

com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

#### **m) Contratos de seguro e contratos de investimento – Classificação**

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Em conformidade com o previsto na IFRS 4 e na IAS 39, a Companhia tem os seus contratos classificados como:

##### ▪ **Contratos de seguro**

Contratos em que a seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado a afetar de forma adversa. Este tipo de contrato cai no âmbito da IFRS 4 (seguros de vida puros). Também são tratados no âmbito desta IFRS os contratos emitidos pela Companhia, cujo risco de seguro transferido não é significativo, mas com risco financeiro e com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização com taxa garantida e com participação nos resultados), os quais são considerados contratos de investimento reconhecidos e mensurados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

##### ▪ **Contratos de investimento**

Contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária. Se os contratos de investimento forem puros cairão no âmbito da IAS 39 (é o caso dos produtos *unit-linked* sem risco de seguro e produtos de capitalização com taxa garantida e sem participação nos resultados, comercializados pela Companhia), enquanto que os contratos com a característica de participação discricionária (produtos de capitalização com taxa garantida e com participação nos resultados) se inserem na IFRS 4.

#### **(i) Contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados**

##### **Prémios**

Os prémios de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

A análise quantitativa dos prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro cedido, referente a contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados, é abordada na Nota 5 do presente Relatório.

**Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são, essencialmente, representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores (fundamentalmente, ao Banco Popular) pela angariação de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados.

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao canal de distribuição pela angariação de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados. As remunerações contratadas com agentes e angariadores são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémio.

**Provisões técnicas**

É requerido à Companhia pelas Leis e Regulamentos, bem como pelos princípios IFRS aplicáveis, o estabelecimento de Provisões Técnicas para fazer face às responsabilidades futuras para com os seus segurados, nomeadamente:

**1. Provisão matemática**

A provisão matemática dos produtos de risco corresponde ao valor atual estimado dos compromissos da Companhia relativamente às apólices emitidas de contratos de seguro, sendo calculada segundo o método atuarial prospetivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, toma em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições fixadas para cada contrato em curso.

O montante desta provisão é calculado com base em pressupostos atuariais, mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas nos normativos, com o conhecimento e fiscalização do ISP. No que respeita às tábuas de mortalidade utilizadas e às taxas técnicas implícitas no cálculo da provisão matemática, as mesmas encontram-se mencionadas na Nota 30.

A provisão matemática dos produtos financeiros é calculada pelo método retrospectivo, consistindo na capitalização da provisão do ano anterior acrescida do(s) prémio(s) pago(s) na anuidade e da participação nos resultados do exercício anterior, líquidos de resgates, capitalizados à taxa de juro técnica.

**2. Provisão para sinistros**

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício.

Esta provisão é determinada como segue: a) a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade restante nessa data; e b) a partir da análise do histórico do peso dos sinistros não declarados no ano de ocorrência sobre os declarados é apurada uma taxa a aplicar, aos sinistros declarados no ano, por forma a fazer face às responsabilidades com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR). Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

### **3. Provisão para participação nos resultados**

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

#### **3. a) Provisão para participação nos resultados a atribuir (shadow accounting)**

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros disponíveis para venda afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

Esta provisão corresponde desta forma ao valor da reserva de reavaliação positiva dos contratos de seguro de vida com participação nos resultados na quota-parte respeitante aos tomadores de seguro. Na data de transição, esta provisão absorveu o valor existente no Fundo para Dotações Futuras, corrigido dos ajustamentos decorrentes da nova classificação dos investimentos e respetiva valorização, em conformidade com o definido no novo PCES.

#### **3. b) Provisão para participação nos resultados atribuída**

Corresponde à parte atribuída, aos segurados ou aos beneficiários, dos resultados técnicos e financeiros dos contratos de seguro e de investimento com participação discricionária, sob a forma de participação nos resultados, apurados na gestão das respetivas carteiras, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

### **4. Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto em conformidade com o previsto no normativo em vigor, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor. Correspondem à parte das resseguradoras dos montantes brutos das provisões técnicas de seguro de vida.

### **5. Contas a receber e a pagar de contratos de seguro e de contratos de investimento**

Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro e de investimento são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes, corretores e tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem o valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Esta perda é calculada de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros, o qual podemos verificar acima na subalínea v) da alínea e).

#### **(ii) Contratos de investimento sem participação nos resultados**

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Tal como referido acima, os contratos de investimento puros caem no âmbito da IAS 39 (é o caso dos

produtos *unit-linked* sem risco de seguro e dos produtos de capitalização sem participação nos resultados e com taxa garantida, comercializados pela Companhia).

Os passivos financeiros relativos aos contratos de investimento sem participação nos resultados são registrados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e, (ii) subsequentemente, ao justo valor.

As responsabilidades decorrentes dos produtos *unit-linked* (contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador de seguro) detidos pela Companhia são classificadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais dependem do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *unit-linked*. Neste caso (produtos *unit-linked*) os passivos financeiros correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, as quais refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

#### **n) Resseguro**

No decurso normal da sua atividade a Companhia cede negócio. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar às resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos ativos relacionados com o Resseguro Cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

#### **o) Imposto sobre o rendimento**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registrados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem, de acordo com o estipulado na IAS 12.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

#### **p) Benefícios concedidos aos empregados**

##### ***Benefícios pós-emprego***

No dia 23 de dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato coletivo de trabalho (novo CCT) entre a Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP). Este novo CCT foi posteriormente publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 2, de 15 de janeiro de 2012.

O novo CCT veio, entre outros aspetos, alterar o plano de benefícios de reforma do anterior CCT, passando o mesmo para um plano de contribuição definida e aplicável a todos os trabalhadores no ativo. De acordo com o n.º 1 da cláusula 48º do novo CCT, “todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho”. Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da clausula 48º “o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respetivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respetivo plano individual de reforma”.

Face ao exposto, o plano de benefícios anterior foi alterado e o saldo das responsabilidades por serviços passados integralmente financiadas a 31 de dezembro de 2011, abrangendo trabalhadores no ativo, foi convertido num plano individual de reforma, em 2012.

O novo plano de pensões é financiado: i) para os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, abrangidos pelo anterior CCT, através da adesão coletiva no fundo de pensões Eurovida Reforma Valor (reconversão da anterior adesão coletiva para efeitos do novo plano de benefícios); ii) para os trabalhadores no ativo admitidos após 22 de junho de 1995, por apólices de seguro na modalidade Eurovida PIR (contrato de seguro individual, com garantia de capital).

Tendo em conta o disposto na cláusula 49ª do novo CCT, a Companhia efetuou e efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano Civil	Percentagem de contribuição para o PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

Em 2012, foi efetuada a primeira contribuição para o plano individual de reforma dos trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009.

Para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995, a primeira contribuição será efetuada no ano de 2015 e para aqueles no ativo admitidos depois de 1 de janeiro de 2010, no ano seguinte àquele em que completem dois anos de prestação de serviços efetivos na empresa.

O plano individual de reforma deverá prever a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da associada.

O novo plano de pensões (plano individual de reforma) passa a corresponder a um plano de contribuição definida em que a quantia dos benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados é determinada pela quantia de contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem sendo efetuadas.

Relativamente ao anterior contrato coletivo de trabalho para o setor segurador, publicado no BTE nº 32, de 29 de agosto de 2008, com alterações posteriores publicadas no BTE nº 29, de 8 de agosto de 2009, estava previsto que a Companhia assumisse o compromisso de conceder aos Colaboradores que iniciaram a sua atividade no setor até 22 de junho de 1995, pensões de reforma por velhice e por invalidez. Este plano de pensões corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que definia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma ao abrigo do anterior CCT, foram calculadas anualmente, na data de fecho de contas (correspondendo o último a 31 de dezembro de 2011), com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações incluídas no fundo de pensões.

Os ganhos e perdas atuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, foram reconhecidos nos resultados a que respeitaram.

**Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo):**

Ao abrigo do novo CCT, a cláusula 41ª contempla a obrigação da Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa, a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

As responsabilidades da Companhia com prémios de permanência foram calculadas, na data de fecho de contas, tendo sido apurado o montante de 13.200 Euros.

**Benefícios de vida e saúde**

A Eurovida oferece aos seus colaboradores um seguro de vida e de saúde. Estes seguros são contabilizados como gastos do exercício.

O **Seguro de Vida** é um dos benefícios em vigor na Eurovida. Pelo Seguro de Vida estão abrangidos, todos os colaboradores, em regime de contrato a termo certo e sem termo, até atingirem a idade de reforma obrigatória, salvo reforma antecipada por invalidez ou por vontade expressa do próprio. O Seguro de vida da Eurovida abrange as seguintes coberturas: Morte, Morte por Acidente, Invalidez Absoluta e Definitiva, sendo que no casos dos Órgãos Diretivos estão incluídas ainda as coberturas de Morte por Acidente de Circulação e Invalidez Profissional.

Para além do Seguro de vida, o **Seguro de Saúde** é um dos benefícios que a Eurovida disponibiliza a todos os colaboradores, assegurando a comparticipação dos cuidados médicos mais frequentes e/ou onerosos, para além do previsto no Contrato Coletivo de Trabalho. O Seguro de Saúde permite complementar ou mesmo substituir os serviços da Segurança Social, facilitando o acesso preventivo e curativos aos serviços de saúde. Em relação à sua abrangência, o Seguro de Saúde é dirigido a todos os seus colaboradores que se encontrem em efetividade de serviço ou na situação de pré-reforma e cuja idade não exceda os 70 anos.

**Bónus de desempenho**

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. O bónus é calculado tendo em consideração os resultados alcançados pela Companhia no exercício e de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos. Os critérios organizacionais dizem respeito à contribuição do colaborador para atingir os objetivos da Companhia (em termos de resultados). Os critérios qualitativos estão

relacionados com os seguintes objetivos: mudança, resultados, colaboração, clientes, colaboradores, interpessoal, estratégia, inovação e integridade. Se neste processo o avaliado obtiver uma classificação inferior a determinada percentagem, o colaborador não recebe prémio de desempenho, caso contrário recebe um prémio proporcional à classificação obtida.

#### **Estimativa para férias e subsídio de férias**

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

#### **q) Provisões, ativos e passivos contingentes**

São reconhecidas provisões quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de eventos passados, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão deve corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, não necessitando de se constituir a respetiva provisão, mas apenas ser objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### **r) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos**

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

#### **s) Juros e dividendos**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares, utilizando o método da taxa efetiva. No caso dos juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

#### **t) Locações**

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

##### ***Locações operacionais***

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

##### ***Locações financeiras***

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

#### **u) Ativos não correntes detidos para venda**

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

## **Nota 3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. No entanto, o Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### 3.1. Responsabilidades relativas a contratos de seguro e a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas são determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados nas normas/ diplomas legais em vigor e na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem a (i) provisão matemática, (ii) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir e (iii) provisão para sinistros.

As responsabilidades relativas aos seguros temporários e complementares foram calculadas pelo método prospetivo a prémio de inventário. Para os seguros temporários anuais renováveis as provisões técnicas correspondem ao *pró-rata temporis* do prémio de inventário e, anulam-se na data de renovação. No cálculo das responsabilidades da carteira dos seguros em caso de morte, foram utilizadas a taxa técnica de 2.5% e a tábua GKM 80.

Para os contratos de rendas vitalícias, a responsabilidade é apurada pela interpolação linear das provisões matemáticas aniversárias a prémio de inventário, sendo a mesma base técnica quer para o cálculo dos prémios, quer para o cálculo da provisão matemática de inventário. A base técnica para o cálculo da responsabilidade na data aniversária, nos contratos de rendas vitalícias com taxa técnica de 6% diminuiu para 3% e a tábua de mortalidade PF 60/64 foi alterada para a GKF 95.

A responsabilidade do seguro misto com pagamentos intercalares anuais/ trimestrais dos benefícios em caso de sobrevivência, a prémio único durante 8 ou 10 anos, classificados como contratos de investimento (produto com taxa garantida sem participação nos resultados), é calculada ao "fair value". O valor das responsabilidades ao "fair value" é calculado através do valor atual dos *cash-flows* dos produtos, até à maturidade. As taxas de desconto por anuidade correspondem às taxas de juro sem risco de mercado, atualizadas mensalmente.

Para os seguros ligados a fundos de investimento em que o risco é do tomador de seguro, a provisão matemática mensal é calculada pelo número de unidades de conta, deduzidas do encargo de gestão, pelo valor da cotação da unidade de participação de cada fundo autónomo, no último dia de cada mês.

A Companhia calcula as provisões técnicas e os passivos financeiros com base nas fichas técnicas e planos de participação nos resultados dos produtos. O cálculo das provisões técnicas para cada produto está configurado, na aplicação "Gestão Integrada de Seguros", em ambiente AS400 e tem uma periodicidade mensal e diária, respetivamente para os seguros de risco e os seguros financeiros.

Qualquer eventual alteração de critérios é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros.

A provisão para participação nos resultados a atribuir corresponde ao valor da reserva de reavaliação positiva dos contratos de seguro de vida com participação nos resultados na quota-parte respeitante aos tomadores de seguro. Na data de transição, esta provisão absorveu o valor existente no fundo para dotações futuras, corrigido dos ajustamentos decorrentes da nova classificação dos investimentos e respetiva valorização, em conformidade com o definido no novo PCES. Para apuramento da provisão para participação nos resultados a atribuir é estimada a valorização potencial dos ativos classificados como disponíveis para venda que se estima pertencerem ao tomador de seguro com base nas taxas de participação incluídas nos clausulados dos contratos.

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde à parte dos resultados técnicos e financeiros apurados na gestão das carteiras dos seguros com participação nos resultados para ser distribuída no futuro. Para apuramento da provisão para participação nos resultados atribuída, a Companhia utiliza os critérios de atribuição e distribuição conforme o estabelecido nos clausulados dos contratos e o normativo interno. A Provisão para participação nos resultados é apurada com base na percentagem mínima, estabelecida contratualmente, do saldo credor da conta de resultados técnico e/ou financeiros dos produtos.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente pelo atuário responsável.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodado na

provisão IBNR. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ver adicionalmente as Notas 30 e 34.

### 3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (i) informações fornecidas pelas entidades gestoras/ emitentes, (ii) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas), e (iii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Ver adicionalmente a Nota 22.

### 3.3. Imparidade

#### ***Ativos financeiros disponíveis para venda***

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos classificados como disponíveis para venda (títulos de rendimento variável) quando existe um declínio prolongado ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de um declínio prolongado ou de valor significativo requer julgamento, conforme descrito na Nota 2.2, alínea e).

No caso dos títulos de rendimento fixo, a Companhia determina que existe imparidade quando ocorrem eventos que tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### ***Empréstimos e contas a receber***

A Companhia efetua regularmente a análise das perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber numa base individual, conforme descrito na Nota 2.2, alínea e).

A determinação de expectativas de perdas futuras nos títulos detidos baseia-se no acompanhamento regular dos emitentes, nomeadamente, da evolução das notações de *rating* das diversas agências. Perante a degradação da perceção de risco do emitente, como é o caso de uma descida significativa das notações de *rating*, a Companhia procede a uma análise detalhada da situação financeira e económica do emitente. Eventuais imparidades são constituídas com base na informação recolhida e na perceção quanto à capacidade de reembolso do título por parte do emitente.

A Companhia considera que a imparidade, determinada com base nas metodologias anteriormente descritas permite refletir de forma adequada o risco de crédito associado a estes investimentos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

### 3.4. Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## Nota 4 – Informação por Segmentos

A Companhia opera no ramo vida. Para efeitos de relato por segmento de negócio, foram considerados como segmentos básicos de negócio os seguintes:

- Contratos de Seguro – Produtos de risco;
- Contratos de Seguro – Produtos financeiros;
- Contratos de Investimento;
- Gestão de Fundos de Pensões.

Os contratos de seguro compreendem os produtos em que a seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado a afetar de forma adversa. Tanto podem ser da categoria de risco, que protegem a pessoa segura contra os riscos de morte, invalidez, doença grave e outros, como da categoria de financeiros, que possuem uma característica de participação discricionária.

Já o segmento de contratos de investimentos compreende os produtos de seguros que envolvem exclusivamente risco financeiro. Para além dos contratos de seguro e de investimentos, a Companhia gere ainda Fundos de Pensões.

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

### **Segmento por negócio**

O quadro anexo evidencia o relato por segmentos de negócio, para os exercícios de 2012 e 2011, detalhando os mesmos entre a posição financeira e a conta de ganhos e perdas, como segue:

**1. Demonstração da posição financeira**

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira - Ativo	2012					Total
	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	Não afetos	
	Risco	Financeiro				
Caixa e equivalentes	183.957	95.895	4.558.881	-	905.329	5.744.062
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	7.612.230	7.612.230
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	300	-	300	600
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	1.984.278	521.781.060	-	34.371.585	558.136.923
Ativos disponíveis para venda	19.190.495	96.335.760	313.468	-	11.004.928	126.844.651
Empréstimos e contas a receber	2.107.969	10.446.325	31.549.565	-	3.039.846	47.143.705
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	56.917	56.917
Outros ativos	-	-	(462.035)	6.536	3.790.123	3.334.624
<b>Total</b>	<b>21.482.421</b>	<b>108.862.258</b>	<b>557.741.238</b>	<b>6.536</b>	<b>60.781.259</b>	<b>748.873.712</b>

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira - Passivo	2012					Total
	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	Não afetos	
	Risco	Financeiro				
Provisões técnicas	16.001.939	100.822.858	-	-	-	116.824.797
Provisão matemática	8.771.189	96.746.760	-	-	-	105.517.949
Provisão para participação nos resultados	2.815.574	3.992.533	-	-	-	6.808.107
Provisão para sinistros	4.415.176	83.565	-	-	-	4.498.741
Passivos financeiros relativos a contratos investimento	-	-	556.861.083	-	-	556.861.083
Outros passivos financeiros	715.920	-	804.824	-	4.000.176	5.520.920
Outros credores	160.974	-	-	-	1.319.239	1.480.213
Passivos por impostos	-	-	-	-	6.591.475	6.591.475
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	805.000	805.000
Outros passivos	-	-	-	-	406.625	406.625
<b>Total</b>	<b>16.878.833</b>	<b>100.822.858</b>	<b>557.665.907</b>	<b>-</b>	<b>13.122.515</b>	<b>688.490.113</b>

Unidade: Euros

Demonstração da posição financeira - Ativo	2011					Total
	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	Não afetos	
	Risco	Financeiro				
Caixa e equivalentes	550.115	2.659.351	17.332.779	-	412.608	20.954.854
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	-	7.612.230	7.612.230
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	39.943	-	29.957	69.900
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	2.151.209	386.009.513	-	24.672.415	412.833.137
Ativos disponíveis para venda	18.515.294	85.696.171	2.807.411	-	7.409.181	114.428.057
Empréstimos e contas a receber	1.308.305	14.172.417	23.119.603	-	1.404.285	40.004.609
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	67.556	67.556
Outros ativos	(14)	(8)	(516.522)	-	4.560.470	4.043.925
<b>Total</b>	<b>20.373.700</b>	<b>104.679.140</b>	<b>428.792.727</b>	<b>-</b>	<b>46.168.703</b>	<b>600.014.269</b>

Unidade: Euros

**2011**

Demonstração da posição financeira - Passivo	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	Não afetos	Total
	Risco	Financeiro				
Provisões técnicas	17.605.550	102.357.121	-	-	-	119.962.671
Provisão matemática	10.126.482	100.397.968	-	-	-	110.524.450
Provisão para participação nos resultados	2.412.168	1.864.938	-	-	-	4.277.105
Provisão para sinistros	5.066.900	94.215	-	-	-	5.161.116
Passivos financeiros relativos a contratos investimento	-	-	428.600.657	-	-	428.600.657
Outros passivos financeiros	776.575	-	-	-	4.000.000	4.776.575
Outros credores	374.445	-	-	-	1.438.278	1.812.723
Passivos por impostos	-	-	-	-	518.004	518.004
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	705.426	705.426
Outros passivos	-	-	-	-	546.291	546.291
<b>Total</b>	<b>18.756.570</b>	<b>102.357.121</b>	<b>428.600.657</b>	<b>-</b>	<b>7.208.000</b>	<b>556.922.347</b>

## 2. Conta de ganhos e perdas

Unidade: Euros

**2012**

Conta de Ganhos e Perdas	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	Não afetos	Total
	Risco	Financeiro				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	13.548.411	3.785.816	-	-	-	17.334.228
Comissões de contratos de investimento	-	-	6.083.973	-	-	6.083.973
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(4.825.359)	(12.367.452)	-	-	-	(17.192.812)
Provisão matemática vida, líquida de resseguro	1.522.310	3.938.186	-	-	-	5.460.497
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(766.657)	(576.374)	-	-	-	(1.343.030)
Custos e gastos de exploração líquidos	(3.886.852)	(13.402)	(1.683.277)	(60.121)	-	(5.643.652)
Rendimentos	763.492	4.166.134	23.135.546	-	1.102.845	29.168.018
Gastos financeiros	(206.124)	615.804	(901.514)	-	55.291	(436.543)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	560.289	2.129.083	(22.903.120)	-	(343.246)	(20.556.994)
Perdas por imparidade	(120.324)	(392.545)	-	-	(267.985)	(780.854)
Outros rendimentos/ gastos, líquidos de resseguro	(5.586)	-	-	603.346	1.016.179	1.613.939
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>6.583.600</b>	<b>1.285.252</b>	<b>3.731.608</b>	<b>543.225</b>	<b>1.563.084</b>	<b>13.706.769</b>
<b>Impostos</b>						<b>(4.126.819)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>						<b>9.579.950</b>

Unidade: Euros

**2011**

Conta de Ganhos e Perdas	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	Gestão de Fundos de Pensões	Não afetos	Total
	Risco	Financeiro				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	13.201.448	3.848.050	-	-	-	17.049.498
Comissões de contratos de investimento	-	-	6.042.612	-	-	6.042.612
Custos com sinistros líquidos de resseguro	(4.657.227)	(13.863.331)	-	-	-	(18.520.558)
Provisão matemática vida, líquida de resseguro	1.763.036	6.523.773	-	-	-	8.286.809
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.448.914)	(249.889)	-	-	-	(1.698.803)
Custos e gastos de exploração líquidos	(3.256.907)	(10.615)	(1.575.092)	(58.607)	-	(4.901.221)
Rendimentos	771.502	4.351.964	19.133.356	-	769.569	25.026.391
Gastos financeiros	(273.980)	249.439	(946.777)	-	(103.896)	(1.075.214)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	112.880	980.948	(18.719.648)	-	(20.498)	(17.646.318)
Perdas por imparidade	(430.282)	(1.703.549)	-	-	(104.872)	(2.238.703)
Outros rendimentos/ gastos, líquidos de resseguro	1.322	6.608	-	606.910	1.094.933	1.709.772
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>5.782.878</b>	<b>133.398</b>	<b>3.934.452</b>	<b>548.303</b>	<b>1.635.235</b>	<b>12.034.266</b>
<b>Impostos</b>						<b>(3.316.717)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>						<b>8.717.549</b>

**Segmento geográfico**

Tal como referido na Nota 2, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento geográfico.

**Nota 5 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro****5.1. Indicação dos prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro**

A totalidade dos prémios brutos emitidos de seguro direto respeita a contratos de seguro celebrados em Portugal, tendo ascendido ao montante de 19.444.267 Euros em 2012 (19.450.004 Euros em 2011). Os prémios de resseguro cedido ascenderam a 2.110.039 Euros em 2012 (2.400.506 Euros em 2011).

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Prémios brutos emitidos de seguro direto</b>	<b>19.444.267</b>	<b>19.450.004</b>
Produtos Financeiros	3.785.816	3.848.050
Produtos de Risco	15.658.450	15.601.954
<b>Prémios de resseguro cedido</b>	<b>2.110.039</b>	<b>2.400.506</b>
Produtos Financeiros	-	-
Produtos de Risco	2.110.039	2.400.506
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>	<b>17.334.228</b>	<b>17.049.498</b>

No que respeita aos prémios de seguro direto verificou-se um ligeiro decréscimo em 2012, comparativamente com o período homólogo, estando esta redução justificada na totalidade pelos produtos financeiros que se reduziram em -1,6%.

No que respeita à classe de produtos de risco, os mesmos apresentaram um crescimento de 0,4% face ao ano transato, não obstante as dificuldades de venda de produtos associados ao crédito habitação, com a redução deste pelo canal bancário aos clientes particulares.

Os prémios de resseguro cedido sofreram uma redução de -12,1% face ao período homólogo, justificada pela renegociação dos tratados de resseguro ocorrida em 2012, que contemplou a redução da tarifa.

De acordo com os princípios de classificação da IFRS 4 e IAS 39, os valores recebidos relativamente a contratos em que apenas se transfere o risco financeiro (incluindo produtos *unit-linked*), sem participação nos resultados, são classificados como contratos de investimentos e contabilizados no passivo. Desta forma, os valores recebidos, relativamente aos produtos *unit-linked* e aos contratos de taxa fixa sem participação nos resultados, não são contabilizados como prémios.

**5.2. Indicação de alguns valores relativos ao seguro de vida**

A informação relativa aos prémios de seguro direto, prémios de resseguro aceite e saldo do resseguro cedido, relativos a 2012 e 2011 pode ser decomposta ainda da seguinte forma:

	2012		2011	
<b>Prémios Brutos emitidos de Seguro Direto</b>		<b>19.444.267</b>		<b>19.450.004</b>
Relativos a Contratos Individuais	16.428.886		17.020.091	
Relativos a Contratos de Grupo	3.015.381	<b>19.444.267</b>	2.429.913	<b>19.450.004</b>
Periódicos	17.785.527		18.032.243	
Não periódicos	1.658.740	<b>19.444.267</b>	1.417.761	<b>19.450.004</b>
De contratos sem participação nos resultados	9.772.224		9.406.979	
De contratos com participação nos resultados	9.672.043	<b>19.444.267</b>	10.043.025	<b>19.450.004</b>
<b>Prémios Brutos emitidos de Resseguro Aceite</b>	-	-	-	-
<b>Saldo de Resseguro</b>		<b>(337.288)</b>		<b>(591.363)</b>

## Nota 6 – Comissões recebidas por tipo de contrato

De acordo com a IAS 18, o reconhecimento das comissões obedece ao princípio da especialização dos exercícios. As comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento distribuem-se da seguinte forma:

	2012		
	Contratos de Seguro com participação nos resultados	Contratos de Seguro sem participação nos resultados	Contratos de Investimento
Comissões de Subscrição	-	-	723.628
Comissões de Gestão	-	-	4.910.564
Comissões de Resgate	-	-	449.781
<b>Total</b>	-	-	<b>6.083.973</b>

	2011		
	Contratos de Seguro com participação nos resultados	Contratos de Seguro sem participação nos resultados	Contratos de Investimento
Comissões de Subscrição	-	-	778.620
Comissões de Gestão	-	-	4.922.657
Comissões de Resgate	-	-	341.335
<b>Total</b>	-	-	<b>6.042.612</b>

As comissões de subscrição dos produtos comercializados pela Companhia correspondem a percentagens fixas, independentemente do prémio pago, ou a percentagens variáveis, consoante o prémio pago, e incidem, no momento da contratação, sobre o prémio pago. As comissões de gestão dos produtos comercializados pela Companhia correspondem a percentagens fixas, cobradas mensalmente sobre o número de unidades de conta detidas pelo Tomador do Seguro ou sobre o valor patrimonial do fundo

autônomo, ou a percentagens variáveis, cobradas mensalmente sobre o valor patrimonial do fundo autônomo. Por fim, as comissões de resgate dos produtos comercializados pela Companhia correspondem a percentagens fixas ou variáveis, consoante o montante do resgate ou a anuidade da efetivação do resgate, e incidem, no momento do resgate, sobre o respetivo montante resgatado.

De acordo com os requisitos da IFRS 4 e IAS 39, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e o respetivo valor recebido contabilizado como um passivo (contabilidade de depósito). Desta forma, os valores recebidos de contratos relativamente aos quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit-linked*) e de contratos de seguro com garantia de taxa sem participação nos resultados, não são reconhecidos sob a forma de prémios, sendo apenas registadas as respetivas comissões de subscrição, gestão e resgate.

Ver complementarmente a Nota 34.

## Nota 7 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

### 7.1. Indicação dos sinistros reconhecidos resultantes de contratos de seguro

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro, relativos a contratos de seguros, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisados no quadro que se segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Custos com sinistros - Seguro direto</b>	<b>18.021.973</b>	<b>19.188.445</b>
Montantes pagos	18.666.838	18.856.203
Prestações	17.464.414	17.684.070
Custos de gestão de sinistros imputados (Nota 10)	1.202.424	1.172.133
Provisão para sinistros (variação)	(644.865)	332.243
<b>Custos com sinistros - Resseguro aceite</b>	<b>36.887</b>	<b>19.011</b>
Montantes pagos	54.396	51.717
Provisão para sinistros (variação)	(17.509)	(32.706)
<b>Custos com sinistros - Resseguro cedido</b>	<b>866.048</b>	<b>686.898</b>
Montantes pagos	948.347	1.111.115
Provisão para sinistros (variação)	(82.299)	(424.217)
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>17.192.812</b>	<b>18.520.558</b>

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro, desagregados por negócio, podem ser vistos como segue, a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Unidade: Euros

	2012	2011
<b>Custos com sinistros - Seguro direto</b>	<b>16.819.549</b>	<b>18.016.313</b>
Produtos de Risco	4.452.097	4.171.992
Produtos Financeiros	12.367.452	13.844.320
<b>Custos com sinistros - Resseguro aceite</b>	<b>36.887</b>	<b>19.011</b>
Produtos de Risco	-	-
Produtos Financeiros	36.887	19.011
<b>Custos com sinistros - Resseguro cedido</b>	<b>866.048</b>	<b>686.898</b>
Produtos de Risco	866.048	686.898
Produtos Financeiros	-	-
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro (sem imputação)</b>	<b>15.990.387</b>	<b>17.348.425</b>

A quebra registada nos custos com sinistros de seguro direto está relacionada com o decréscimo nos resgates dos produtos financeiros tal como se pode verificar no quadro seguinte, que desagrega os custos com sinistros por tipologia de sinistro:

Unidade: Euros

Tipo de sinistro	2012			2011		
	Montantes pagos	Provisão para sinistros (variação)	Total	Montantes pagos	Provisão para sinistros (variação)	Total
Vencimentos	1.491.668	(337.022)	<b>1.154.646</b>	792.697	172.525	<b>965.223</b>
Morte/invalidiz	6.974.565	(299.165)	<b>6.675.400</b>	4.716.197	108.045	<b>4.824.243</b>
Rendas	1.912.708	379	<b>1.913.086</b>	1.798.787	(492)	<b>1.798.296</b>
Resgates	7.085.473	(9.056)	<b>7.076.417</b>	10.376.388	52.164	<b>10.428.551</b>
<b>Custos com sinistros de seguro direto (sem imputação)</b>	<b>17.464.414</b>	<b>(644.865)</b>	<b>16.819.549</b>	<b>17.684.070</b>	<b>332.243</b>	<b>18.016.313</b>

De seguida, apresentamos o detalhe dos custos com sinistros de resseguro cedido, por tipo de sinistro, sendo a totalidade dos valores aplicáveis ao negócio risco:

Unidade: Euros

Tipo de sinistro	2012			2011		
	Montantes pagos	Provisão para sinistros (variação)	Total	Montantes pagos	Provisão para sinistros (variação)	Total
Vencimentos	10.873	(74.608)	<b>(63.734)</b>	13.212	(98.234)	<b>(85.022)</b>
Morte/invalidiz	937.474	(7.692)	<b>929.782</b>	1.097.904	(325.983)	<b>771.921</b>
<b>Custos com sinistros de resseguro cedido</b>	<b>948.347</b>	<b>(82.299)</b>	<b>866.048</b>	<b>1.111.115</b>	<b>(424.217)</b>	<b>686.898</b>

## 7.2. Informação dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas

Os principais rácios de atividade, referentes ao negócio risco, para o exercício de 2012 e 2011, são como segue:

Em percentagem		
<b>Negócio Risco</b>		
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Rácio de Sinistralidade	36,1%	34,3%
Rácio de Despesas	30,6%	28,2%
Rácio de Aquisição (1)	15,3%	13,2%
Rácio Administrativo (2)	15,4%	15,0%
<b>Rácio Combinado (4)</b>	<b>66,7%</b>	<b>62,5%</b>
Rácio de Investimentos (3)	6,2%	1,2%
<b>Rácio Total</b>	<b>60,5%</b>	<b>61,3%</b>

(1) (Remunerações de mediação e de aquisição + custos imputados) / Total de prémios emitidos  
(2) (Remunerações de mediação e administrativas + custos imputados) / Total de Produção  
(3) (Rendimentos - gastos em investimentos + ganhos líquidos em investimentos - imparidades) / Total de prémios emitidos  
(4) Rácio que mede o peso dos custos com sinistros e das despesas com aquisição e administração, incluindo os custos imputados a estas funções, sobre o total dos prémios emitidos

Analisando a evolução dos rácios do negócio risco em 2012, comparativamente com o período homólogo, verificou-se uma ligeira redução do rácio total de 61,3% para 60,5%. Esta redução de -0.8 p.p. em 2012 ficou justificada, essencialmente, pelo aumento do rácio de investimentos (em 5.1 p.p.), decorrente, essencialmente, das valias realizadas e da diminuição das perdas por imparidade verificadas em 2012.

Por outro lado, assistimos em 2012, por um lado a um aumento da taxa de sinistralidade efetiva em 2012 (isto é, custos com sinistros sem considerar o efeito da imputação de custos) e, por outro, a um aumento do rácio de despesas (em 2.4 p.p.), verificando-se assim em 2012 um crescimento do rácio combinado de 62,5% para 66,7%.

## Nota 8 – Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro

A rubrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados.

Unidade: Euros		
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Montante bruto</b>	<b>(5.461.673)</b>	<b>(8.310.928)</b>
<b>Seguro direto</b>	<b>(5.424.299)</b>	<b>(8.362.064)</b>
Produtos de Risco	(1.486.113)	(1.787.155)
Produtos Financeiros	(3.938.186)	(6.574.909)
<b>Resseguro aceite</b>	<b>(37.374)</b>	<b>51.136</b>
Produtos de Risco	-	-
Produtos Financeiros	(37.374)	51.136
<b>Parte dos Resseguradores</b>	<b>(1.176)</b>	<b>(24.119)</b>
Produtos de Risco	(1.176)	(24.119)
Produtos Financeiros	-	-
<b>Total</b>	<b>(5.460.497)</b>	<b>(8.286.809)</b>

A quebra registada ao nível dos prémios dos produtos financeiros e o volume de sinistros teve como consequência a diminuição das responsabilidades da Companhia, justificando assim a redução da dotação da provisão matemática, líquida de resseguro cedido. Ver adicionalmente a Nota 30.

## Nota 9 – Participação nos resultados, líquida de resseguro

A rubrica de participação nos resultados, líquida de resseguro diz respeito ao acréscimo de responsabilidades da Companhia relativo aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados.

No quadro seguinte apresentamos o detalhe por segmento da participação nos resultados, para os exercícios de 2012 e 2011:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Provisão para participação nos resultados</b>		
Produtos de Risco	766.657	1.448.914
Produtos Financeiros	576.374	249.889
<b>Total</b>	<b>1.343.030</b>	<b>1.698.803</b>

No ano 2012 verificou-se uma redução da dotação da provisão para participação nos resultados em -20,9% (1.343.030 Euros em 2012 e 1.698.903 Euros em 2011), sendo esta redução justificada, na sua totalidade, pelo segmento do negócio risco (766.657 Euros em 2012 e 1.448.914 Euros em 2011).

A redução em 2012 no segmento do negócio risco, quando comparado com 2011, encontra-se justificada pelo decréscimo que se assistiu na produção emitida em contratos com participação nos resultados. Também a penalizar o resultado operacional destes produtos, teve o aumento da taxa de sinistralidade verificada no ano corrente.

Por outro lado, o negócio financeiro viu aumentada a sua dotação da provisão para participação nos resultados (576.374 Euros em 2012 e 249.889 Euros em 2011), justificada essencialmente pelos resultados financeiros, nomeadamente, mais valias realizadas e um menor valor de imparidade reconhecido, face ao ano de 2011.

## Nota 10 – Custos e gastos de exploração líquidos

A contabilização dos custos e gastos (custos indiretos) é inicialmente realizada pela sua natureza, sendo posteriormente efetuada uma imputação, tendo por base uma chave de repartição, de acordo com a sua função: a Custos de Aquisição, Administrativos, Sinistros, Investimentos e a Custos de Gestão de Fundos de Pensões.

Assim, os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas cinco funções referidas, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas de ganhos e perdas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos (Nota 7);
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;

- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros – Outros (Nota 13);
- Função Gestão de Fundos de Pensões: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos de fundos de pensões.

### 10.1. Indicação dos custos e gastos de exploração líquidos

O montante dos custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Custos de aquisição</b>	<b>3.785.943</b>	<b>3.351.679</b>
Remunerações de intermediação	2.595.239	2.201.401
Outros custos de aquisição	48.401	36.752
Custos imputados	1.142.303	1.113.526
<b>Custos de aquisição diferidos (variação)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Custos administrativos</b>	<b>2.765.588</b>	<b>2.695.906</b>
Remunerações de intermediação	13	-
Custos imputados - Função administrativa	2.705.455	2.637.299
Custos imputados - Função gestão de fundos de pensões	60.121	58.607
<b>Comissões e participação nos resultados de resseguro</b>	<b>907.880</b>	<b>1.146.364</b>
<b>Total</b>	<b>5.643.652</b>	<b>4.901.221</b>

Os custos e gastos de exploração líquidos ascenderam, em 2012, ao montante de 5.643.652 Euros (4.901.221 Euros em 2011), apresentando um crescimento de 15,1% face ao período homólogo. A variação mais significativa ocorreu ao nível das remunerações de intermediação, com um crescimento de 17,9%, estando diretamente associado ao aumento da produção.

No que respeita à rubrica Comissões e participação nos resultados de resseguro está incluído o montante de 701.190 Euros (915.984 Euros em 2011) referente à participação de resultados de resseguro cedido, sendo que a redução da participação nos resultados de resseguro cedido está diretamente relacionado com a redução da produção de resseguro cedido e do aumento na sinistralidade de resseguro cedido, verificada nos produtos de risco.

### 10.2. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função

A discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua função, nomeadamente, para aquisição de contratos de seguro e investimento (aquisição e administrativos), custos com sinistros, custos com investimentos e custos com a gestão de fundos de pensões, foi a seguinte:

Unidade: Euros

	2012			2011		
	Custos Imputados	Conta Não Técnica	Total	Custos Imputados	Conta Não Técnica	Total
Custos com sinistros (Nota 7)	1.202.424	-	<b>1.202.424</b>	1.172.133	-	<b>1.172.133</b>
Custos de aquisição	1.142.303	-	<b>1.142.303</b>	1.113.526	-	<b>1.113.526</b>
Custos administrativos	2.705.455	-	<b>2.705.455</b>	2.637.299	-	<b>2.637.299</b>
Custos gestão dos investimentos (Nota 13)	1.222.582	-	<b>1.222.582</b>	1.183.651	-	<b>1.183.651</b>
Custos com gestão de fundos de pensões	60.121	-	<b>60.121</b>	58.607	-	<b>58.607</b>
<b>Total</b>	<b>6.332.885</b>	<b>-</b>	<b>6.332.885</b>	<b>6.165.216</b>	<b>-</b>	<b>6.165.216</b>

No quadro que se segue, é apresentado em termos de valores e percentagens, a imputação dos gastos baseados na sua natureza, por cada uma das funções de imputação, para os anos de 2012 e 2011:

Valores em Euros

Descrição	2012										
	Sinistros		Aquisição		Administrativos		Investimentos		Pensões		
	Total	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoal	3.385.008	677.002	20,0%	643.152	19,0%	1.523.254	45,0%	507.751	15,0%	33.850	1,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.480.844	496.169	20,0%	471.360	19,0%	1.116.380	45,0%	372.127	15,0%	24.808	1,0%
Impostos	73.322	14.664	20,0%	13.931	19,0%	32.995	45,0%	10.998	15,0%	733	1,0%
Amortizações	72.947	14.589	20,0%	13.860	19,0%	32.826	45,0%	10.942	15,0%	729	1,0%
Juros Suportados	87.077	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	87.077	100,0%	-	0,0%
Comissões	233.688	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	233.688	100,0%	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>6.332.885</b>	<b>1.202.424</b>	<b>19,0%</b>	<b>1.142.303</b>	<b>18,0%</b>	<b>2.705.455</b>	<b>42,7%</b>	<b>1.222.582</b>	<b>19,3%</b>	<b>60.121</b>	<b>0,9%</b>

Valores em Euros

Descrição	2011										
	Sinistros		Aquisição		Administrativos		Investimentos		Pensões		
	Total	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoal	3.188.734	637.747	20,0%	605.859	19,0%	1.434.930	45,0%	478.310	15,0%	31.887	1,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.473.189	494.638	20,0%	469.906	19,0%	1.112.935	45,0%	370.978	15,0%	24.732	1,0%
Impostos	52.307	10.461	20,0%	9.938	19,0%	23.538	45,0%	7.846	15,0%	523	1,0%
Amortizações	146.434	29.287	20,0%	27.822	19,0%	65.895	45,0%	21.965	15,0%	1.464	1,0%
Juros Suportados	76.215	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	76.215	100,0%	-	0,0%
Comissões	228.337	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	228.337	100,0%	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>6.165.216</b>	<b>1.172.133</b>	<b>19,0%</b>	<b>1.113.526</b>	<b>18,1%</b>	<b>2.637.299</b>	<b>42,8%</b>	<b>1.183.651</b>	<b>19,2%</b>	<b>58.607</b>	<b>1,0%</b>

### 10.3. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza.

No quadro abaixo, está a discriminação dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza:

Unidade: Euros		
	2012	2011
Gastos com o pessoal	3.385.008	3.188.734
Fornecimentos e serviços externos		
Conservação e reparação	702.687	772.882
Trabalhos especializados	311.672	223.597
Cedência de pessoal	292.691	305.269
Rendas e alugueres	221.174	218.346
Custos com cobrança de prémios	204.784	224.830
Comunicações	187.300	203.214
Custos com Medicina Dentária	96.814	91.216
Publicidade e propaganda	85.891	109.784
Deslocações, estadas e despesas de representação	85.833	76.667
Impressões	63.356	74.533
Livros e documentação técnica	58.748	49.233
Material de escritório	54.558	41.000
Contencioso e notariado	44.753	4.021
Outros custos	33.420	30.668
Custos com trabalho independente	24.360	33.252
Quotizações	12.803	14.676
<b>Sub-Total</b>	<b>2.480.844</b>	<b>2.473.189</b>
Impostos e taxas	73.322	52.307
Amortizações/depreciações do exercício		
Ativo Intangível (Nota 29)	43.678	111.559
Ativo Tangível (Nota 28)	29.269	34.875
<b>Sub-Total</b>	<b>72.947</b>	<b>146.434</b>
Provisões	-	-
Juros suportados (Nota 35)	87.077	76.215
Comissões	233.688	228.337
<b>Total</b>	<b>6.332.885</b>	<b>6.165.215</b>

### **Gastos com pessoal**

#### **a) Indicação do montante das despesas com o pessoal referente ao exercício**

Os gastos com pessoal decompõem-se, a 31 de dezembro de 2011 e 2010, como segue:

Unidade: Euros		
	2012	2011
Remunerações	2.576.789	2.370.853
dos Órgãos Sociais	237.095	237.294
do Pessoal	2.339.694	2.133.559
Encargos sobre remunerações	529.164	515.050
Benefícios pós-emprego (Nota 11)	12.103	26.590
Planos de benefício definido	-	26.590
Planos de contribuição definida	12.103	-
Seguros obrigatórios	54.169	63.491
Gastos de ação pessoal	8.365	4.858
Outros gastos com pessoal	21.874	23.464
Estimativa para bónus	182.545	184.428
<b>Total</b>	<b>3.385.008</b>	<b>3.188.734</b>

**b) Indicação da remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo, de forma direta ou indireta**

A política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Eurovida tem como objetivo remunerar de forma justa, eficiente e competitiva os Órgãos, tendo em atenção a performance individual de cada membro, bem como o seu contributo para a Companhia como um todo.

De acordo com o disposto n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, a Companhia submete, anualmente, a aprovação da Assembleia Geral a política de remuneração dos respetivos Órgãos de Administração e Fiscalização.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o montante anual da remuneração auferida pelos Órgãos de Administração e Fiscalização foi como segue:

	Unidade: Euros		
	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Total 2012
Presidente do Conselho de Administração	31.265	-	31.265
Administrador Delegado	187.154	10.000	197.154
<b>Total</b>	<b>218.419</b>	<b>10.000</b>	<b>228.419</b>

	Unidade: Euros		
	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Total 2011
Presidente do Conselho de Administração	30.972	-	30.972
Administrador Delegado	186.860	20.000	206.860
<b>Total</b>	<b>217.832</b>	<b>20.000</b>	<b>237.832</b>

Durante o exercício de 2012, a Eurovida procedeu ao pagamento de remunerações no montante de 6.396 Euros (4.920 Euros em 2011) referente ao Conselho Fiscal (Dr. António Manuel Mendes Barreira) e 59.074 Euros (o mesmo montante em 2011) referente ao Revisor Oficial de Contas (valores incluindo o IVA).

No quadro abaixo estão indicadas, para os exercícios de 2012 e 2011, as remunerações atribuídas à Direção e Administração no que se refere à componente de benefícios de curto prazo para os empregados, para os benefícios pós-emprego e para outros benefícios de longo prazo:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Benefícios aos empregados, de curto prazo	931.000	915.920
Benefícios pós-emprego	2.308	13.295
Outros benefícios de longo prazo	2.700	-
<b>Total</b>	<b>936.008</b>	<b>929.215</b>

**c) Indicação do número médio de trabalhadores ao serviço no exercício, ventilado por categorias profissionais**

Durante o exercício de 2012 a Companhia teve, em média, 67 trabalhadores ao seu serviço, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

<b>Categorias</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Diretor	13	12
Gestor Comercial	4	4
Gestor Técnico	10	11
Coordenador Operacional	11	11
Especialista Operacional	23	25
Assistente Operacional / Especialista Operacional Estagiário	6	4
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>67</b>

**d) Indicação, relativamente aos membros dos órgãos sociais, de forma global para cada um dos órgãos, do montante dos créditos concedidos**

Existe um empréstimo hipotecário, concedido a um membro do Conselho de Administração, cujo capital em dívida, em 31 de dezembro de 2012, era de 75.381 Euros (89.784 Euros em 2011). A taxa de juro associada é a *Euribor* a um ano e o empréstimo é amortizado anualmente.

**Fornecimentos e serviços externos**

A estrutura de custos da Companhia é idêntica à do ano anterior, pelo que os custos com fornecimentos e serviços externos registaram um total de 2.480.844 Euros e de 2.473.189 Euros, em 2012 e 2011, respetivamente.

A rubrica mais representativa dos Fornecimentos e Serviços Externos, a rubrica de Conservação e Reparação, apresentou um decréscimo em 2012, face ao ano de 2011, de -9,1%, justificado pela redução dos custos que ocorreram ao nível dos contratos de manutenção de *software*.

Salientamos o incremento na rubrica de Trabalhos Especializados, de 39,4%, onde estão refletidos os montantes de 115.658 Euros (51.988 Euros em 2011), relativos a serviços informáticos, 178.276 Euros referentes a serviços de Auditoria e Consultoria legal e fiscal (156.286 em 2011), e ainda 17.737 relativos a outros serviços (15.323 em 2011).

O aumento dos custos contabilizados na rubrica Contencioso e Notariado, verificado em 2012, prendeu-se com o aumento do contencioso judicial, que se traduziu num aumento dos valores pagos a sociedades de advogados.

A rubrica Material de Escritório reflete o valor do custo com estacionário, no montante de 54.558 Euros em 2012 (41.000 Euros em 2011), tendo-se registado no ano corrente custos com itens obsoletos, que se encontravam em *stock* de economato.

A rubrica Outros Custos ascendeu a 33.420 Euros (30.668 Euros em 2011), registando um incremento de 9% face ao período homólogo. Este deve-se, essencialmente, ao aumento dos custos com artigos para oferta, que ascenderam a 22.191 Euros (4.261 Euros em 2011).

### **Comissões**

As comissões de serviços bancários ascenderam a 233.688 Euros em 2012 (228.337 Euros em 2011), as quais incluem comissões de guarda e custódia de títulos, nomeadamente no Banco Popular Portugal, S.A..

## **Nota 11 – Benefícios concedidos aos empregados**

### **1. Plano de benefícios pós-emprego (Novo CCT) – Contribuição definida**

#### **a) Descrição geral do plano, com indicação dos benefícios assegurados, do prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos e do grupo de pessoas abrangidas**

Conforme referido na Nota 2.2, alínea p), nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo dos Trabalhadores do setor Segurador, cujo texto foi publicado no BTE n.º 2 de 15 janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores. A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos trabalhadores que cumprem a regra referida acima.

O quadro que se segue descreve o grupo de pessoas abrangidas:

	<b>2012</b>
Nº Participantes	55
Idade média	39,0
Antiguidade média	12,0
Salário médio anual	27.426

#### **b) Veículo de financiamento utilizado**

O financiamento dos benefícios para o plano individual de reforma resume-se como segue:

- Para os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, abrangidos pelo anterior CCT (12 pessoas), é assegurado através do Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor (reconversão da anterior adesão coletiva para efeitos do novo plano de benefícios);
- Para os restantes trabalhadores no ativo, admitidos após 22 de junho de 1995 (43 pessoas), é assegurado por apólices de seguro através da modalidade Eurovida PIR (contrato de seguro individual, com garantia de capital).

#### **c) Quantia dos ativos do plano e a taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano**

As taxas de rentabilidade obtidas em 2012, foram seguintes:

- Para a adesão ao Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor foi de 7,5% utilizando como medida de referência relativa à rentabilidade a TWR (*Time Weighted Rate of Return*);
- Para a modalidade Eurovida PIR foi de 2,5% (taxa de juro técnica).

De seguida apresentamos o quadro com a evolução dos dois veículos de financiamento:

	Unidade: Euros	
	FP Eurovida Reforma Valor	Eurovida PIR
<b>Saldo do fundo em 1 de janeiro de 2012</b>	<b>254.474</b>	<b>-</b>
Contribuições	-	12.103
Rentabilidade	18.368	26
<b>Saldo do fundo a 31 de dezembro de 2012</b>	<b>272.862</b>	<b>12.129</b>

A tipologia de ativos para o Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor e para a modalidade Eurovida PIR é a que se indica:

#### Fundo de Pensões

	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Títulos de Rendimento Variável	29.995	11,0%	-	0,0%
Títulos de Rendimento Fixo	226.968	83,2%	213.235	83,8%
Depósitos a Prazo	12.233	4,5%	26.475	10,4%
Outros	3.666	1,3%	14.763	5,8%
<b>Total dos Ativos do Fundo</b>	<b>272.862</b>	<b>100,0%</b>	<b>254.474</b>	<b>100,0%</b>

#### Eurovida PIR

	Unidade: Euros	
	2012	
	Valor	%
Títulos de Rendimento Variável	-	0,0%
Títulos de Rendimento Fixo	11.457	94,5%
Depósitos a Prazo	-	0,0%
Outros	672	5,5%
<b>Total dos Ativos do Fundo</b>	<b>12.129</b>	<b>100,0%</b>

#### d) Quantia reconhecida como gasto

A contribuição feita pela Companhia para modalidade Eurovida PIR do plano individual de reforma durante o exercício de 2012 ascendeu a 12.103 Euros. Relativamente à adesão ao Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor não foi efetuada qualquer contribuição, conforme previsto no novo CCT (apenas será efetuada a primeira contribuição em 2015).

## 2. Alteração do plano de benefícios pós-emprego para o pessoal ativo

Até 31 de dezembro de 2011, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos trabalhadores de Seguros para o setor segurador, cujo texto foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE)

n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com alterações posteriores publicadas no BTE n.º 29, de 8 de agosto de 2009, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados com contrato de trabalho em vigor à data de 22 de junho de 1995 que tenham sido admitidos na atividade seguradora até essa data, complementos de reforma por velhice e por invalidez.

O plano de pensões da Eurovida ao abrigo deste CCT (anterior) era de benefício definido, complementar e independente do regime público da Segurança Social. Anualmente, foi sendo realizada uma avaliação atuarial de forma a monitorizar a performance e adequação dos ativos financeiros às responsabilidades do plano.

Ver adicionalmente a Nota 2.2, alínea p).

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais para 31 de dezembro de 2011 foram os seguintes:

**a) Descrição dos principais pressupostos atuariais (em termos absolutos) usados**

Os principais pressupostos atuariais usados para o exercício de 2011 foram os seguintes:

	2011
<b>Pressupostos Financeiros</b>	
Taxa de crescimento salarial	3%
Taxa de crescimento das pensões	1%
Taxa técnica das rendas	3%
Taxa de rendimento do fundo	4,50%
Taxa de atualização das pensões para a idade da reforma	1%
Percentagem esperada de pré-reformas	-
<b>Pressupostos demográficos e Métodos de Avaliação</b>	
Tábua de mortalidade	GKF95
Tábua de invalidez	ERC Frankona
<b>Método de Valorização Atuarial</b>	
Pensão de Velhice	<i>Project Unit Credit</i>
Pensão de invalidez	Prémios Únicos Sucessivos

**b) Características da população**

A 31 de dezembro de 2011, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2011
Activos	12
Idade média	45,6
Antiguidade média	20,8
Taxa média de crescimento salarial	3%
Reformados	-

**c) Reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos ativos do plano com os ativos e passivos reconhecidos no balanço**

No quadro que se segue é apresentada a reconciliação entre o valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos ativos do plano com os ativos e passivos reconhecidos no balanço, com referência a 31 de dezembro de 2012:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Responsabilidades em 31 de dezembro	-	230.336
Saldo do Fundo em 31 de dezembro	-	254.474
<b>(Excesso) / Insuficiência do plano</b>	<b>-</b>	<b>(24.138)</b>
Ganhos ou perdas atuariais líquidos não reconhecidos no balanço	-	-
Custo do serviço passado corrigido não reconhecido no balanço	-	-
Quantia não reconhecida como um ativo (devido a limite IAS 19)	-	-
Outras quantias reconhecidas no balanço	-	-
<b>(Ativo) / Passivo reconhecido em Balanço</b>	<b>(24.138)</b>	<b>(24.138)</b>

A alteração de plano de benefícios originou a transformação, da adesão coletiva do Fundo de Pensões Eurovida Reforma Valor de benefício definido, em contribuição definida, no mesmo fundo de pensões, sendo efetuada também a conversão da responsabilidade por serviços passados para um plano individual de reforma. Em conformidade com o proposto pela Eurovida, submetido à entidade de supervisão (ISP), o saldo líquido positivo do fundo (24.138 euros), à data de 31 de dezembro de 2011, representado por ativos financeiros, foi mantido no atual fundo de pensões, sendo a sua utilização apenas possível pela redução de contribuições futuras da Companhia para o novo plano de pensões. Desta forma, este ativo será desreconhecido, por contrapartida de contribuições futuras. À data de 31 de dezembro de 2012 o valor deste ativo ascende a 24.138 Euros.

**d) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos ativos do plano de pensões de benefício definido**

A reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos ativos do plano de benefícios definido e dos saldos de abertura e de fecho de qualquer direito de reembolso reconhecido como ativo, mostrando separadamente, os efeitos durante o período atribuíveis a cada um dos itens como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Saldo do Fundo afeto ao plano de pensões de benefício definido em 1 de janeiro</b>	<b>254.474</b>	<b>260.632</b>
Retorno esperado dos ativos do plano	-	12.211
Ganhos/(Perdas) atuariais no fundo	-	(18.368)
Contribuições do empregador	-	-
Conversão no Plano Individual de Reforma	(254.474)	-
<b>Saldo do Fundo afeto ao plano de pensões de benefício definido em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>254.474</b>

**e) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefício definido**

A reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefícios definidos mostrando separadamente, os efeitos durante o período atribuíveis a cada uma das rubricas foi como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Responsabilidades afetas ao plano de pensões de benefício definido em 1 de janeiro</b>	<b>230.336</b>	<b>216.369</b>
Custo do serviço corrente	-	10.713
Custo de juros	-	10.219
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	-	(6.965)
Benefícios pagos pela Companhia	-	-
Custo corrigido dos serviços passados	-	-
Cortes e liquidações	-	-
Conversão no Plano Individual de Reforma	(230.336)	-
<b>Responsabilidades afetas ao plano de pensões de benefício definido em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>230.336</b>

**f) Indicação do gasto total reconhecido na Conta de Ganhos e Perdas do exercício corrente**

A quantia reconhecida como gasto, em 2012 e 2011, decompõe-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Anterior CCT</b>		
Custo do serviços correntes	-	10.713
Custo corrigido dos serviços passados	-	-
Custo de juros	-	10.219
Retorno esperado dos ativos do plano e de eventuais direitos de reembolso	-	(12.211)
(Ganhos)/Perdas atuariais nas responsabilidades	-	(6.965)
(Ganhos)/Perdas atuariais no fundo	-	18.368
Outros gastos	-	-
<b>Novo CCT</b>		
Contribuições	12.103	-
<b>Total de impactos no Ganhos e Perdas</b>	<b>12.103</b>	<b>20.125</b>

**g) Evolução do saldo líquido de balanço**

A movimentação do saldo de balanço nos exercícios de 2012 e 2011 é como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 1 de janeiro</b>	<b>(24.138)</b>	<b>(44.262)</b>
(Ganhos)/Perdas atuariais nas responsabilidades	-	(6.965)
(Ganhos)/Perdas atuariais no fundo	-	18.368
Encargos do ano:	-	-
Custo dos serviços correntes	-	10.713
Custo dos juros	-	10.219
Retorno esperado dos ativos do plano	-	(12.211)
Outros gastos	-	-
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-	-
<b>(Ativos)/Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro</b>	<b>(24.138)</b>	<b>(24.138)</b>

A evolução das responsabilidades e do fundo afetos ao plano de benefícios definido nos últimos cinco exercícios foi a seguinte:

	Unidade: Euros				
	2012	2011	2010	2009	2008
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	-	230.336	216.369	187.620	211.553
Justo valor dos ativos do plano	-	254.474	260.632	237.426	217.222
<b>Déficit / (excedente) do plano</b>	<b>-</b>	<b>(24.138)</b>	<b>(44.263)</b>	<b>(49.806)</b>	<b>(5.669)</b>

## Nota 12 – Rendimentos

A distribuição, por categoria de investimento, dos rendimentos reconhecidos, para os períodos de 2012 e 2011, foi a seguinte:

	2012			2011		
Rendimentos	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total
<b>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>	<b>5.994.313</b>	<b>343.089</b>	<b>6.337.402</b>	<b>6.730.486</b>	<b>414.505</b>	<b>7.144.990</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Juros	3.831.249	128.353	3.959.602	3.674.518	20.866	3.695.385
Empréstimos e contas a receber						
Juros	2.133.342	196.792	2.330.134	2.999.135	341.870	3.341.005
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem						
Juros	29.722	17.944	47.666	56.833	51.768	108.601
<b>De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros</b>	<b>298.860</b>	<b>153.319</b>	<b>452.178</b>	<b>166.234</b>	<b>189.245</b>	<b>355.479</b>
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos						
Dividendos	-	78.800	78.800	-	123.999	123.999
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Dividendos	298.860	74.519	373.378	166.234	65.246	231.480
<b>Total</b>	<b>6.293.173</b>	<b>496.408</b>	<b>6.789.581</b>	<b>6.896.720</b>	<b>603.750</b>	<b>7.500.469</b>

Durante o exercício de 2012 verificou-se um desinvestimento em Depósitos a Prazo, bem como vencimentos e vendas de obrigações classificadas como contas a receber, o que originou uma

redução dos juros na conta de Empréstimos e contas a receber, no montante de -1.010.871 Euros face ao ano de 2011.

## Nota 13 – Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros acomoda o alisamento à taxa efetiva dos títulos de rendimento fixo em carteira, a amortização da reserva de reavaliação resultante dos títulos que foram reclassificados, em 2008, da classe de Ativos disponíveis para venda para Empréstimos e contas a receber no montante de 283.960 Euros (523.760 Euros em 2011) e ainda os custos imputados à função investimentos.

Nos exercícios de 2012 e 2011 os gastos financeiros foram os seguintes:

Gastos financeiros	2012			2011		
	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total
<b>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>	<b>(730.748)</b>	<b>(55.291)</b>	<b>(786.039)</b>	<b>(212.333)</b>	<b>103.896</b>	<b>(108.437)</b>
Ativos disponíveis para venda	(1.035.871)	(45.113)	(1.080.984)	(530.979)	(46.950)	(577.930)
Empréstimos e contas receber	305.123	(10.178)	294.945	318.646	150.847	469.493
<b>De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>	<b>1.222.582</b>	-	<b>1.222.582</b>	<b>1.183.651</b>	-	<b>1.183.651</b>
Custos imputados	1.222.582	-	1.222.582	1.183.651	-	1.183.651
<b>Total</b>	<b>491.834</b>	<b>(55.291)</b>	<b>436.544</b>	<b>971.318</b>	<b>103.896</b>	<b>1.075.214</b>

Nos ativos disponíveis para venda encontra-se registado um proveito que reflete o efeito do alisamento à taxa efetiva nos títulos de rendimento fixo que foram adquiridos abaixo do par.

## Nota 14 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

A distribuição, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas líquidos dos ativos não valorizados ao justo valor através de resultados foi, como segue:

Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	2012			2011		
	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total
<b>De ativos disponíveis para venda</b>	<b>2.430.474</b>	<b>33.727</b>	<b>2.464.201</b>	<b>603.513</b>	<b>74.334</b>	<b>677.847</b>
Ações e outros títulos de rendimento variável	(5.278)	-	(5.278)	130.333	18.479	148.812
Mais valias realizadas	58.188	-	58.188	152.694	41.024	193.718
Menos valias realizadas	(63.466)	-	(63.466)	(22.361)	(22.546)	(44.906)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2.435.753	33.727	2.469.479	473.179	55.855	529.035
Mais valias realizadas	3.835.254	33.727	3.868.981	596.634	64.131	660.765
Menos valias realizadas	(1.399.502)	-	(1.399.502)	(123.455)	(8.276)	(131.730)
<b>De empréstimos e contas a receber</b>	<b>88.819</b>	<b>(42.725)</b>	<b>46.094</b>	<b>607.162</b>	<b>94.136</b>	<b>701.298</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	88.819	(42.725)	46.094	607.162	94.136	701.298
Mais valias realizadas	201.796	1.020	202.815	613.906	94.136	708.042
Menos valias realizadas	(112.976)	(43.745)	(156.721)	(6.744)	-	(6.744)
<b>De investimentos a deter até à maturidade</b>	-	-	-	-	-	-
<b>De passivos financeiros valorizados a custo amortizado</b>	-	-	-	-	-	-
<b>De outros</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.519.294</b>	<b>(8.999)</b>	<b>2.510.295</b>	<b>1.210.674</b>	<b>168.470</b>	<b>1.379.145</b>

A evolução favorável dos mercados financeiros ao longo de 2012 está na origem da melhoria registada nas valias realizadas, nomeadamente nos títulos de rendimento fixo.

Os ajustamentos de justo valor, no caso dos ativos disponíveis para venda, não são reconhecidos em ganhos e perdas, mas sim em reservas de reavaliação.

## Nota 15 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

A distribuição, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas líquidos dos ativos e passivos valorizados ao justo valor através de resultados foi, como segue:

	2012			2011		
	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas</b>						
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação</b>	<b>(38.778)</b>	<b>(30.522)</b>	<b>(69.300)</b>	<b>133.567</b>	<b>17.253</b>	<b>150.820</b>
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	(38.778)	(30.522)	(69.300)	133.567	17.253	150.820
Valias realizadas	(45)	-	(45)	(389.195)	208	(388.988)
Mais valias	148	-	148	853	208	1.060
Menos valias	(193)	-	(193)	(390.048)	-	(390.048)
Valias potenciais	(38.733)	(30.522)	(69.255)	(272.238)	17.045	(255.192)
Mais valias	30.245	24.207	54.452	49.419	28.141	77.560
Menos valias	(68.977)	(54.729)	(123.707)	(321.657)	(11.096)	(332.752)
Rendimentos	-	-	-	795.000	-	795.000
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	<b>(662.391)</b>	<b>302.714</b>	<b>(359.677)</b>	<b>(2.078.891)</b>	<b>(73.979)</b>	<b>(2.152.870)</b>
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	103.922.131	302.714	104.224.845	(27.209.537)	(73.979)	(27.283.516)
Valias realizadas	4.189.124	49.206	4.238.331	1.045.391	193.378	1.238.769
Mais valias	5.501.531	184.425	5.685.956	2.078.680	371.651	2.450.331
Menos valias	(1.312.406)	(135.219)	(1.447.626)	(1.033.289)	(178.273)	(1.211.562)
Valias potenciais	77.961.008	(352.930)	77.608.078	(44.820.030)	(433.177)	(45.253.207)
Mais valias	143.326.239	433.655	143.759.894	82.183.555	209.119	82.392.673
Menos valias	(65.365.231)	(786.585)	(66.151.816)	(127.003.585)	(642.295)	(127.645.880)
Rendimentos	21.771.999	606.437	22.378.437	16.565.102	165.820	16.730.922
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	(104.584.522)	-	(104.584.522)	25.130.646	-	25.130.646
<b>Total</b>	<b>(701.169)</b>	<b>272.192</b>	<b>(428.977)</b>	<b>(1.945.324)</b>	<b>(56.726)</b>	<b>(2.002.050)</b>

O incremento das mais-valias potenciais líquidas está diretamente relacionado com a evolução favorável dos mercados financeiros, que, por sua vez, se refletiu ao nível dos Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, nos produtos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro.

## Nota 16 – Diferenças de Câmbio

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

A quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados foi a seguinte:

Diferenças de câmbio	2012			2011		
	Afetos	Não afetos	Total	Afetos	Não afetos	Total
Ativos disponíveis para venda	196	-	196	61	-	61
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(512.404)	(1)	(512.405)	203.918	33.577	237.495
De empréstimos e contas a receber	268.323	-	268.323	142.841	-	142.841
Depósitos à Ordem	(15.989)	-	(15.989)	122.112	-	122.112
<b>Total</b>	<b>(259.874)</b>	<b>(1)</b>	<b>(259.875)</b>	<b>468.932</b>	<b>33.577</b>	<b>502.509</b>

Os saldos de ativos/passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reavaliados para Euros à taxa de câmbio média indicativa do Banco de Portugal no fim de cada mês. No final de cada exercício registaram-se as seguintes taxas de câmbio:

Cotação da moeda	2012	2011
USD	1,3194	1,2939
DKK	7,461	7,434
BRL	2,7036	2,4159

## Nota 17 – Perdas de imparidade (líquidas de reversão)

As perdas de imparidade, líquidas de reversões, reconhecidas nos anos de 2012 e 2011 são analisadas como segue:

Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	2012			2011		
	afetos	Não afetos	Total	afetos	Não afetos	Total
<b>De ativos disponíveis para venda</b>	<b>532.639</b>	<b>267.985</b>	<b>800.624</b>	<b>2.040.664</b>	<b>104.872</b>	<b>2.145.536</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	101.889	-	101.889	1.402.308	-	1.402.308
Ações e outros títulos de rendimento variável	430.750	267.985	698.735	638.356	104.872	743.228
<b>De empréstimos e contas a receber</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>De investimentos a deter até à maturidade</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>De outros</b>	<b>(19.770)</b>	<b>-</b>	<b>(19.770)</b>	<b>93.167</b>	<b>-</b>	<b>93.167</b>
Recibos por cobrar	(19.770)	-	(19.770)	93.167	-	93.167
Créditos de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>512.869</b>	<b>267.985</b>	<b>780.854</b>	<b>2.133.831</b>	<b>104.872</b>	<b>2.238.703</b>

Durante o ano de 2012 foram registadas perdas por imparidade de ativos financeiros no montante de 800.624 Euros (2.145.536 Euros em 2011). Destes, 101.889 Euros (1.402.308 Euros em 2011) dizem respeito a Títulos de Dívida Grega e, os restantes 698.735 Euros (743.228 Euros em 2011) a Unidades de Participação em Fundos de Investimento.

O detalhe dos títulos sobre os quais foi registada imparidade é como segue:

Unidade: Euros

Designação do título	ISIN	Imparidade 31-12-2011	Aumento de imparidade	Redução de imparidade	Imparidade 31-12-2012
<b>Ações e outros títulos de rendimento variável</b>					
Aberdeen Ipp Active Class A2	LU0306025361	-	-	-	-
Aviva Investors Central European Property Fund	LU0210282827	<b>3.167.962</b>	546.297	-	<b>3.714.259</b>
Kanam Grundinvest Fonds	DE0006791809	-	77.760	-	<b>77.760</b>
Man Ap Unison Series 1 Ltd	XS0164384728	<b>19.270</b>	-	(19.270)	-
Preff Pan European Real Estate fund of Funds	IE00B06YB805	<b>674.446</b>	10.605	-	<b>685.051</b>
Imopromoção	PTYIOTIE0001	<b>13.287</b>	10.253	-	<b>23.540</b>
New Energy Fund	PTYBNZMM0005	<b>103.842</b>	27.500	-	<b>131.342</b>
Iberia Fund	PTNOFJIM0009	<b>593.475</b>	26.319	-	<b>619.794</b>
SEB Asian Property	LU0304382566	<b>43.709</b>	-	-	<b>43.709</b>
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>					
Hellenic Republic 3,6 20-07-2016	GR0124029639	<b>360.826</b>	29.282	(390.108)	-
Hellenic Republic 4,3 20-07-2017	GR0124029639	<b>186.495</b>	14.356	(200.851)	-
Hellenic Republic 5,25 18-05-2012	GR0124029639	<b>607.708</b>	40.639	(648.347)	-
Hellenic Republic 5,3 20-03-2026	GR0124029639	<b>247.279</b>	17.612	(264.892)	-
<b>Total</b>		<b>6.018.299</b>	<b>800.624</b>	<b>(1.523.467)</b>	<b>5.295.456</b>

Durante o ano de 2012, a Companhia libertou a imparidade registada, no montante de 1.523.467 Euros, com a venda dos títulos da "Man Ap Unison Series 1 Ltd" no montante de 19.270 Euros e dos títulos de Dívida Grega, no montante de 1.504.197 Euros.

Entre 2011 e 2012, a imparidade evoluiu como segue:

Unidade: Euros

	2012	2011
<b>Saldo inicial</b>	<b>6.018.299</b>	<b>4.538.906</b>
Reforço de imparidade	800.624	2.145.536
Libertação de imparidade por venda	(1.523.467)	(666.143)
<b>Saldo final</b>	<b>5.295.456</b>	<b>6.018.299</b>

## Nota 18 – Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro

A rubrica de outros rendimentos/gastos técnicos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, decompõe-se como segue:

Unidade: Euros

	2012	2011
<b>Outros rendimentos/ gastos técnicos</b>		
<b>Rendimentos</b>	<b>614.848</b>	<b>615.179</b>
Comissões com a gestão de fundos de pensões	612.642	607.250
Outros rendimentos técnicos	2.206	7.930
<b>Gastos</b>	<b>17.088</b>	<b>340</b>
Gastos com fundos de pensões	9.296	340
Outros gastos técnicos	7.792	-
<b>Total</b>	<b>597.760</b>	<b>614.839</b>

Durante o ano de 2012 foi registado um proveito com a gestão dos fundos de pensões, no montante de 612.642 Euros (607.250 Euros em 2011), referente a comissões de gestão.

## Nota 19 – Outras provisões (variação)

A 31 de dezembro de 2012 e a 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava os seguintes montantes em Outras provisões:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Outras provisões</b>		
Impostos	(90.666)	(15.970)
Processos judiciais em curso	(49.000)	(65.000)
Outros	-	12.705
<b>Total</b>	<b>(139.666)</b>	<b>(68.264)</b>

Ver adicionalmente a Nota 36 – Outras provisões.

## Nota 20 – Outros rendimentos/ gastos

A rubrica de outros rendimentos/gastos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, decompõe-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Outros rendimentos/ gastos não técnicos</b>		
<b>Rendimentos</b>	<b>986.199</b>	<b>1.106.947</b>
Cedência de pessoal	553.790	566.784
Correções de exercícios anteriores	107.889	109.320
Rebates de comissões	203.592	359.318
Retenção de IRC sobre UP's de F.I.	92.215	57.650
Outros rendimentos não técnicos	28.713	13.876
<b>Gastos</b>	<b>109.686</b>	<b>80.278</b>
Custos de exercícios anteriores	53.962	-
Outros gastos não técnicos	55.724	80.278
<b>Total</b>	<b>876.513</b>	<b>1.026.668</b>

Os valores refletidos na rubrica Cedência de pessoal no valor de 553.790 Euros em 2012 (566.784 Euros em 2011) são relativos aos serviços prestados pelos colaboradores da Eurovida à Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. e ao Banco Popular, S.A. A este respeito ver a Nota 38 do presente Relatório.

A rubrica Rebates de comissões reflete as comissões reembolsadas à Eurovida, pelas entidades gestoras de fundos de investimento, de acordo com o contratualmente definido.

Na rubrica Retenção de IRC sobre UP's de F.I. encontra-se registado o montante de 92.215 Euros (57.650 em 2011) referente a retenções na fonte efetuadas por sociedades gestoras residentes em Portugal, relativas aos rendimentos de fundos de investimento e dividendos. O acréscimo verificado em 2012 encontra-se relacionado com o aumento dos montantes sob gestão dessas sociedades.

## Nota 21 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem decompunha-se, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Numerário	664	1.205
Depósitos à ordem	5.743.398	20.953.648
<b>Sub-Total</b>	<b>5.744.062</b>	<b>20.954.854</b>
Depósitos a prazo imediatamente mobilizáveis (1)	1.600.000	-
<b>Total</b>	<b>7.344.062</b>	<b>20.954.854</b>

(1) O valor aqui demonstrado encontra-se refletido na rubrica de Empréstimos e Contas a Receber (ver Nota 27)

Em depósitos à ordem estão refletidos, entre outros, os depósitos à ordem no Banco Popular Portugal, S.A. no montante de 2.558.287 Euros (20.055.360 Euros em 2011).

## Nota 22 – Instrumentos Financeiros

### 22.1. Inventário de participações e instrumentos financeiros

A listagem das participações e instrumentos financeiros, da Companhia em 31 de dezembro de 2012 está apresentada no Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Ativos financeiros detidos para negociação	600	69.900
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7.612.230	7.612.230
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	558.136.923	412.833.137
Ativos disponíveis para venda	126.844.651	114.428.057
Empréstimos e contas a receber	9.394.843	15.945.062
<b>Total participações e instrumentos financeiros</b>	<b>701.989.247</b>	<b>550.888.385</b>

A rubrica Empréstimos e contas a receber, apresentada acima, inclui apenas os instrumentos financeiros.

### 22.2. Análise das classes de ativos financeiros não valorizados a justo valor

O justo valor dos ativos financeiros, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, pode ser analisado como segue:

	Unidade: Euros			
	2012		2011	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.744.062	5.744.062	20.954.854	20.954.854
Investimentos em filiais e associadas (Nota 23)	-	7.612.230	-	7.612.230
Empréstimos e contas a receber	47.213.770	47.143.705	38.599.727	40.004.609
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1.170.729	1.170.729	1.622.468	1.622.468
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>54.128.561</b>	<b>61.670.725</b>	<b>61.177.049</b>	<b>70.194.160</b>

Tendo em conta que estes ativos são de curto prazo, com exceção dos empréstimos e contas a receber, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data de balanço.

A Companhia tem parte dos seus títulos de rendimento fixo classificados em "Empréstimos e contas a receber", os quais se encontram valorizados ao valor ajustado pelo método da taxa efetiva. Estes títulos não estão valorizados ao justo valor porque os critérios que permitem a sua reclassificação para a categoria de Ativos Disponíveis para Venda, não se verificaram até à data (ver Nota 2.2. e Nota 27).

### 22.3. Afetação dos investimentos e outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de investimentos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respetiva afetação:

	Unidade: Euros				
	2012				Total
	Seguro de vida com participação nos resultados	Seguro de vida sem participação nos resultados	Seguro de vida e operações classificados como contratos de investimento	Não afetos	
Caixa e equivalentes	96.380	183.472	4.558.881	905.329	<b>5.744.062</b>
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	7.612.230	<b>7.612.230</b>
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	300	300	<b>600</b>
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	535.740	1.448.538	521.781.060	34.371.586	<b>558.136.923</b>
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	108.962.120	6.564.134	313.468	11.004.928	<b>126.844.651</b>
Empréstimos e contas a receber	11.682.871	871.423	31.549.565	3.039.846	<b>47.143.705</b>
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	56.917	<b>56.917</b>
Outros ativos	-	-	(462.035)	3.796.659	<b>3.334.624</b>
<b>Total</b>	<b>121.277.112</b>	<b>9.067.568</b>	<b>557.741.238</b>	<b>60.787.795</b>	<b>748.873.712</b>

Unidade: Euros

	2011				Total
	Seguro de vida com participação nos resultados	Seguro de vida sem participação nos resultados	Seguro de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Não afetos	
Caixa e equivalentes	2.881.672	327.795	17.332.779	412.608	<b>20.954.854</b>
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empresas conjuntas	-	-	-	7.612.230	<b>7.612.230</b>
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	39.943	29.957	<b>69.900</b>
Ativos classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	544.420	1.606.789	386.009.513	24.672.415	<b>412.833.137</b>
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	98.065.361	6.146.104	2.807.411	7.409.181	<b>114.428.057</b>
Empréstimos e contas a receber	15.392.348	88.373	23.119.603	1.404.285	<b>40.004.609</b>
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	67.556	<b>67.556</b>
Outros ativos	(22)	-	(516.522)	4.560.470	<b>4.043.925</b>
<b>Total</b>	<b>116.883.779</b>	<b>8.169.061</b>	<b>428.792.727</b>	<b>46.168.703</b>	<b>600.014.269</b>

## Nota 23 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

### 23.1. Identificação da empresa-mãe do grupo e listagem dos investimentos significativos em filiais, entidades conjuntamente controladas e associadas

A empresa-mãe do grupo da **EUROVIDA** é o Banco Popular Español. No que respeita às participações financeiras, a Eurovida detém participações no capital da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A. e da Refundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A., as quais estão valorizadas ao custo de aquisição. A Eurovida, com referência a 31 de dezembro de 2012, prepara demonstrações financeiras consolidadas onde são incluídas aquelas sociedades.

A informação relativa às participações detidas, a 31 de dezembro de 2012, é a seguinte:

Unidade: Euros

Designação	Pais	% Capital	% Votos	Valor da Participação Financeira
Refundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A.	Lisboa	20%	20%	112.230
Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100%	100%	7.500.000

### 23.2. Informação financeira resumida das filiais

Os indicadores que se apresentam de seguida ilustram a atividade da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. em 2012 e 2011:

	Unidade: Euros		
	2012	2011	Var.% 12/11
<b>Balanço</b>			
Investimentos	12.837.001	11.274.303	13,9%
Ativo Líquido	15.341.103	13.914.851	10,2%
Capital Próprio	9.048.953	8.034.532	12,6%
Provisões Técnicas de Seguro Direto	4.998.207	4.334.961	15,3%
<b>Conta de Ganhos e Perdas</b>			
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto	5.584.358	4.922.819	13,4%
Prémios Adquiridos, líquidos de Resseguro	2.811.275	2.025.809	38,8%
Custos com Sinistros de Seguro Direto	2.325.129	1.733.505	34,1%
Custos com Sinistros, líquidos de Resseguro	1.742.758	1.310.018	33,0%
Custos Operacionais	751.718	741.863	1,3%
Resultado Líquido	592.913	365.566	62,2%
<b>Indicadores</b>			
Taxa de Sinistralidade de Seguro Direto	41,6%	38,8%	+2,8 p.p.
Taxa de Sinistralidade líquida de Resseguro	62,0%	64,7%	- 2,7 p.p.
Resultado Líquido/ Prémios Brutos Emitidos	10,6%	7,4%	+3,2 p.p.
Rácio Combinado	64,2%	62,9%	+1,3 p.p.
Rácio de Solvência	237,9%	226,4%	+11,5 p.p.

### 23.3. Informação financeira resumida das associadas

A **REFUNDOS** é detida pela Eurovida em 20%, sendo consolidada pelo método da equivalência patrimonial. Os indicadores que se apresentam seguidamente ilustram a atividade de 2012 e 2011:

	Unidade: Euros		
	2012	2011	Var.% 12/11
<b>Balanço</b>			
Aplicações em Instituições de Crédito	998.773	984.688	1,4%
Ativo Líquido	1.281.390	1.392.714	-8,0%
Capital Próprio	1.041.388	1.154.089	-9,8%
<b>Demonstração de Resultados</b>			
Margem Financeira	11.372	53.888	-78,9%
Produto Bancário	1.146.180	1.275.815	-10,2%
Resultados antes de impostos	416.892	538.116	-22,5%
Resultado Líquido	281.299	394.381	-28,7%

## Nota 24 – Ativos financeiros detidos para negociação

### 24.1. Indicação do valor dos ativos detidos para negociação

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

Unidade: Euros

	2012		2011	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Swaps	-	-	-	-
Opções	600	6.000.000	69.900	7.500.000
<b>Total</b>	<b>600</b>	<b>6.000.000</b>	<b>69.900</b>	<b>7.500.000</b>

## 24.2. Prestação de informação relativa à utilização de produtos derivados e à utilização de operações de reporte e de empréstimo de valores

Os derivados detidos em carteira têm como objetivo a gestão eficaz da carteira. Mensalmente é efetuada a monitorização do Risco de crédito da Emissão, do Emitente e da Contraparte.

No quadro abaixo, apresentam-se as posições em aberto referentes a produtos derivados relativas a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Unidade: Euros

2012						
Tipo de Produto	Contraparte	Tipo de risco a cobrir	Valor Nocial	Valor Ativo	Rating de Contraparte	Valor Balanço
Opção sobre 4 Commodities	Banco BPI, S.A.	Indexante Commodities	6.000.000	600	BB-	600
<b>Total</b>			<b>6.000.000</b>	<b>600</b>		<b>600</b>

Agenda de Rating: Standard and Poor's

Unidade: Euros

2011						
Tipo de Produto	Contraparte	Tipo de risco a cobrir	Valor Nocial	Valor Ativo	Rating de Contraparte	Valor Balanço
Opção sobre a Inflação	Banco Santander, S.A.	Indexante Inflação	1.500.000	300	BBB	300
Opção sobre 4 Commodities	Banco BPI, S.A.	Indexante Commodities	6.000.000	69.600	AA-	69.600
<b>Total</b>			<b>7.500.000</b>	<b>69.900</b>		<b>69.900</b>

Agenda de Rating: Standard and Poor's

De seguida encontram-se apresentados, para esta categoria de ativos financeiros, as valorizações por hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 7, em 2012 e 2011:

Unidade: Euros

2012				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Opções	-	600	-	600
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>600</b>	<b>-</b>	<b>600</b>

Unidade: Euros

2011				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Opções	-	69.600	300	69.900
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>69.600</b>	<b>300</b>	<b>69.900</b>

## Nota 25 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Nesta categoria são classificados os títulos que a Companhia considera que (i) os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, e/ou (ii) estes ativos contêm derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

Unidade: Euros		
<b>Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	<b>451.806.730</b>	<b>304.921.607</b>
De dívida pública	160.605.548	72.462.481
De outros emissores públicos	28.425.241	21.162.007
De outros emissores	262.775.942	211.297.120
Ações e outros títulos de rendimento variável	<b>106.330.193</b>	<b>107.911.529</b>
<b>Total</b>	<b>558.136.923</b>	<b>412.833.137</b>

De seguida encontram-se apresentados, para esta categoria de ativos financeiros, as valorizações por hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 7 em 2012 e 2011:

Unidade: Euros				
<b>2012</b>				
	<b>Tier 1</b>	<b>Tier 2</b>	<b>Tier 3</b>	<b>Total</b>
Títulos de rendimento fixo	378.670.421	72.313.852	822.458	451.806.730
Títulos de rendimento variável	100.257.628	6.028.305	44.259	106.330.193
<b>Total</b>	<b>478.928.049</b>	<b>78.342.157</b>	<b>866.717</b>	<b>558.136.923</b>

Unidade: Euros				
<b>2011</b>				
	<b>Tier 1</b>	<b>Tier 2</b>	<b>Tier 3</b>	<b>Total</b>
Títulos de rendimento fixo	261.156.979	40.723.685	3.040.944	304.921.608
Títulos de rendimento variável	107.847.779	-	63.750	107.911.529
<b>Total</b>	<b>369.004.758</b>	<b>40.723.685</b>	<b>3.104.694</b>	<b>412.833.137</b>

## Nota 26 – Ativos disponíveis para venda

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

Unidade: Euros		
<b>Ativos disponíveis para venda</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	<b>99.884.339</b>	<b>85.158.635</b>
De dívida pública	16.689.674	20.308.855
De outros emissores públicos	9.241.186	11.485.111
De outros emissores	73.953.478	53.364.669
Ações e outros títulos de rendimento variável	<b>26.960.312</b>	<b>29.269.423</b>
<b>Total</b>	<b>126.844.651</b>	<b>114.428.057</b>

De seguida encontram-se apresentados, para esta categoria de ativos financeiros, as valorizações por hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 7 em 2012 e 2011:

Unidade: Euros

	2012			
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo	93.103.744	6.780.594	-	99.884.339
Títulos de rendimento variável	20.926.214	509.376	38.341	21.473.932
<b>Total</b>	<b>114.029.958</b>	<b>7.289.971</b>	<b>38.341</b>	<b>121.358.270</b>

Unidade: Euros

	2011			
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo	80.156.859	5.001.776	-	85.158.635
Títulos de rendimento variável	23.718.324	-	-	23.718.324
<b>Total</b>	<b>103.875.183</b>	<b>5.001.776</b>	<b>-</b>	<b>108.876.958</b>

A decomposição dos valores finais de balanço, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

Unidade: Euros

Ativos disponíveis para venda	2012				
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro decorrido	Varição de Justo Valor *	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	96.094.883	1.853.949	1.935.507	-	99.884.339
De dívida pública	15.946.426	398.310	344.939	-	16.689.674
De outros emissores públicos	8.559.482	164.935	11.504	-	8.735.922
De outros emissores	71.588.975	1.290.704	1.579.064	-	74.458.743
Ações e outros títulos de rendimento variável	31.789.669	-	466.099	5.295.456	26.960.312
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2012</b>	<b>127.884.552</b>	<b>1.853.949</b>	<b>2.401.606</b>	<b>5.295.456</b>	<b>126.844.651</b>

\* Líquido de perdas por imparidade. A reconciliação da Reserva de Reavaliação de Justo Valor encontra-se na Nota 37.2.

Unidade: Euros

Ativos disponíveis para venda	2011				
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro decorrido	Varição de Justo Valor *	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	95.942.661	2.222.892	(11.604.610)	1.402.308	85.158.635
De dívida pública	26.101.895	669.641	(5.060.373)	1.402.308	20.308.855
De outros emissores públicos	12.615.209	247.841	(1.377.938)	-	11.485.111
De outros emissores	57.225.557	1.305.410	(5.166.299)	-	53.364.669
Ações e outros títulos de rendimento variável	32.693.503	-	1.191.910	4.615.991	29.269.422
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>128.636.163</b>	<b>2.222.892</b>	<b>(10.412.699)</b>	<b>6.018.299</b>	<b>114.428.057</b>

\* Líquido de perdas por imparidade. A reconciliação da Reserva de Reavaliação de Justo Valor encontra-se na Nota 37.2.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 17. Adicionalmente a decomposição da reserva de reavaliação encontra-se na Nota 37.2.

## Nota 27 – Empréstimos concedidos e contas a receber

O saldo desta tipologia de ativo, à data de 31 de dezembro de 2012 e 2011, é decomposto como segue:

Unidade: Euros		
Empréstimos e Contas a Receber	2012	2011
<b>Depósitos junto de empresas cedentes</b>	-	-
<b>Outros depósitos</b>	<b>36.126.818</b>	<b>21.364.669</b>
Depósitos a prazo	36.126.818	21.364.669
<b>Empréstimos concedidos</b>	<b>1.462.396</b>	<b>1.534.038</b>
Empréstimos hipotecários	664.586	732.106
Empréstimos sobre apólices	797.810	801.931
<b>Contas a receber</b>	<b>9.394.843</b>	<b>15.945.062</b>
De dívida pública	-	-
De outros emissores públicos	-	-
De outros emissores	9.394.843	15.945.062
<b>Outros</b>	<b>159.648</b>	<b>1.160.840</b>
Operações em liquidação	159.648	1.160.840
<b>Total</b>	<b>47.143.705</b>	<b>40.004.609</b>

O acréscimo verificado na rubrica de Empréstimos e contas a receber está relacionado com o aumento dos depósitos a prazo.

A decomposição dos valores finais de balanço das contas a receber, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

Unidade: Euros					
2012					
Contas a receber	Custo Amortizado	Juro decorrido	Variação de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	9.229.267	165.576	-	-	9.394.843
De dívida pública	-	-	-	-	-
De outros emissores públicos	-	-	-	-	-
De outros emissores	9.229.267	165.576	-	-	9.394.843
<b>Total a 31 de dezembro de 2012</b>	<b>9.229.267</b>	<b>165.576</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.394.843</b>

Unidade: Euros					
2011					
Contas a receber	Custo Amortizado	Juro decorrido	Variação de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	15.630.296	314.766	-	-	15.945.062
De dívida pública	-	-	-	-	-
De outros emissores públicos	-	-	-	-	-
De outros emissores	15.630.296	314.766	-	-	15.945.062
<b>Total a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>15.630.296</b>	<b>314.766</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.945.062</b>

O decréscimo ocorrido na rubrica Contas a receber – Obrigações e outros títulos de rendimento fixo, em 2012 face ao ano anterior, está relacionado com o facto de os ativos terem sido vendidos, terem ocorrido vencimentos durante o ano, assim como com a reclassificação para ativos disponíveis para venda, tendo em conta os critérios de liquidez da Companhia.

## Nota 28 – Outros ativos tangíveis e inventários

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2012 e 2011 resumem-se como segue:

	Unidade: Euros							
	Saldo inicial 2012	Aumentos	Transferências e Abates	Depreciações/ Imparidade		Saldo final 2012		
	Valor líquido	Aquisições		Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor líquido
Equipamento administrativo	33.715	-	-	6.285	-	228.326	200.895	27.431
Máquinas e ferramentas	1.171	-	-	1.099	-	31.846	31.774	72
Equipamento informático	28.462	18.630	-	20.933	-	285.918	259.759	26.159
Instalações interiores	1.561	-	-	953	-	16.689	16.081	607
Material de transporte	-	-	-	-	-	51.912	51.912	-
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	1.319	1.319	-
Património artístico	2.649	-	-	-	-	2.649	-	2.649
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>67.557</b>	<b>18.630</b>	<b>-</b>	<b>29.269</b>	<b>-</b>	<b>618.659</b>	<b>561.741</b>	<b>56.918</b>

	Unidade: Euros							
	Saldo inicial 2011	Aumentos	Transferências e Abates	Depreciações/ Imparidade		Saldo final 2011		
	Valor líquido	Aquisições		Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor líquido
Equipamento administrativo	40.214	-	-	6.499	-	228.325	194.611	33.715
Máquinas e ferramentas	3.912	-	-	2.741	-	31.846	30.676	1.171
Equipamento informático	27.238	25.906	14.175	24.682	14.175	267.288	238.827	28.462
Instalações interiores	2.514	-	-	953	-	16.689	15.128	1.561
Material de transporte	-	-	-	-	-	51.912	51.912	-
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	1.319	1.319	-
Património artístico	2.649	-	-	-	-	2.649	-	2.649
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>76.525</b>	<b>25.906</b>	<b>14.175</b>	<b>34.875</b>	<b>14.175</b>	<b>600.029</b>	<b>532.472</b>	<b>67.556</b>

No que respeita à rubrica Inventários, a mesma ascendeu ao montante de 6.271 Euros em 2011 (35.375 Euros em 2011). O valor registado nesta rubrica respeita a material de escritório consumível.

Durante os exercícios de 2012 e 2011 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

## Nota 29 – Outros ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos nos exercícios resumem-se como segue:

	Unidade: Euros							
	Saldo inicial 2012	Aumentos	Transferências e Abates	Amortizações/ Imparidade		Saldo final 2012		
	Valor líquido	Aquisições		Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações/ Imparidade	Valor líquido
Despesas com aplicações informáticas	83.427	-	-	43.678	-	973.541	933.792	39.748
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	90.000	-	90.000	-	-	-
<b>Total</b>	<b>83.427</b>	<b>-</b>	<b>90.000</b>	<b>43.678</b>	<b>90.000</b>	<b>973.541</b>	<b>933.792</b>	<b>39.748</b>

Unidade: Euros

	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e Abates	Amortizações/ Imparidade		Saldo final		
	2011			Reforço	Regularizações	2011	Amortizações/ Imparidade	Valor líquido
	Valor líquido	Aquisições				Valor Bruto		
Despesas com aplicações informáticas	100.269	45.351	(19.360)	81.553	-	973.541	890.114	83.427
Ativos intangíveis em curso	19.360	-	19.360	-	-	-	-	-
Outros	30.006	-	-	30.006	-	90.000	90.000	-
<b>Total</b>	<b>149.635</b>	<b>45.351</b>	<b>-</b>	<b>111.559</b>	<b>-</b>	<b>1.063.541</b>	<b>980.114</b>	<b>83.427</b>

A amortização do exercício do ativo intangível ascendeu ao montante de 43.678 Euros (111.599 Euros em 2011) o qual se encontra repartido por funções da seguinte forma:

Unidade: Euros

	2012	2011
<b>Amortizações do exercício de ativos intangíveis</b>		
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	8.736	22.312
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	8.299	21.196
Gastos administrativos	19.655	50.202
Gastos financeiros		
Outros	6.552	16.734
Gastos com a Gestão de Fundos de Pensões		
Outros	437	1.116
<b>Total</b>	<b>43.678</b>	<b>111.559</b>

Durante os exercícios de 2012 e 2011 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos intangíveis.

### Nota 30 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

As rubricas de provisões técnicas, líquidas de resseguro, decompunham-se a 31 de dezembro de 2012 e 2011, como se segue:

Unidade: Euros

	2012			Total
	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	
	Risco	Financeiro		
<b>Provisões técnicas - Seguro direto</b>	<b>16.001.936</b>	<b>100.717.684</b>	-	<b>116.719.620</b>
Provisão matemática	8.771.185	96.642.512	-	<b>105.413.697</b>
Provisão para sinistros	4.415.176	83.165	-	<b>4.498.341</b>
Provisão para participação nos resultados	2.815.574	3.992.008	-	<b>6.807.582</b>
Atribuída	2.646.289	1.358.437	-	4.004.726
A atribuir	169.285	2.633.571	-	2.802.857
<b>Provisões técnicas - Resseguro aceite</b>	-	<b>105.177</b>	-	<b>105.177</b>
Provisão matemática	-	104.253	-	<b>104.253</b>
Provisão para sinistros	-	400	-	<b>400</b>
Provisão para participação nos resultados	-	525	-	<b>525</b>
A atribuir	-	525	-	525
<b>Provisões técnicas - Resseguro cedido</b>	<b>995.490</b>	-	-	<b>995.490</b>
Provisão matemática	-	-	-	-
Provisão para sinistros	995.490	-	-	<b>995.490</b>
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total provisões técnicas, líquidas de resseguro</b>	<b>15.006.445</b>	<b>100.822.862</b>	-	<b>115.829.307</b>

Unidade: Euros

	2011			Total
	Contratos de Seguro		Contratos de Investimento	
	Risco	Financeiro		
<b>Provisões técnicas - Seguro direto</b>	<b>17.605.550</b>	<b>102.196.471</b>	-	<b>119.802.022</b>
Provisão matemática	10.126.482	100.256.341	-	<b>110.382.823</b>
Provisão para sinistros	5.066.900	76.306	-	<b>5.143.206</b>
Provisão para participação nos resultados	2.412.168	1.863.824	-	<b>4.275.992</b>
Atribuída	2.376.384	471.865	-	2.848.249
A atribuir	35.783	1.391.960	-	1.427.743
<b>Provisões técnicas - Resseguro aceite</b>	-	<b>160.649</b>	-	<b>160.649</b>
Provisão matemática	-	141.627	-	<b>141.627</b>
Provisão para sinistros	-	17.909	-	<b>17.909</b>
Provisão para participação nos resultados	-	1.113	-	<b>1.113</b>
A atribuir	-	1.113	-	1.113
<b>Provisões técnicas - Resseguro cedido</b>	<b>1.078.966</b>	-	-	<b>1.078.966</b>
Provisão matemática	1.176	-	-	<b>1.176</b>
Provisão para sinistros	1.077.790	-	-	<b>1.077.790</b>
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total provisões técnicas, líquidas de resseguro</b>	<b>16.526.584</b>	<b>102.357.121</b>	-	<b>118.883.705</b>

### 30.1. Provisão matemática

A provisão matemática para o ramo vida tem como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas e é calculada mediante tabelas e fórmulas atuariais enquadradas no normativo do ISP, como segue:

<i>Produtos</i>	<i>Tábuas de Mortalidade*</i>	<i>Taxa Técnica *</i>	<i>Produtos</i>	<i>Tábuas de Mortalidade*</i>	<i>Taxa Técnica *</i>
<b>Seguros em caso de Morte</b>			<b>Seguros em caso de vida</b>		
Conforto	GKM 80	2,50%	Confortis PPR	TV 88-90	4,0% e 6,0%
Conforto Online	GKM 80	2,50%	Rendas 3%	GKF 95	3,00%
Crédito	GKM 80	2,50%	Rendas 4%	GKF 95	3,00%
Crédito Integrado	GKM 80	2,50%	Rendas 5%	GKF 95	3,00%
Crédito Online	GKM 80	2,50%	Rendas 6%	GKF 95	3,00%
Doenças Graves	GKM 80	2,50%	<b>Seguros de capitalização</b>		
Executivo	GKM 80	2,50%	Capitais Dif. Grupo 2,5%	GKF 80	2,50%
Plano Proteção Duo T	GKM 80	2,50%	Capitais Dif. Grupo 4%	GKF 80	4,00%
Plano Proteção Crédito H T	GKM 80	2,50%	Capitais Dif. Ind. Mín 0%	GKF 80	Mín 0%
Mulher	GKF 80	2,50%	Capitais Dif. Ind. 2,5%	GKF 80	2,50%
Mulher Segura	GKF 80	2,50%	Capitais Dif. Ind. 4%	GKF 80	4,00%
Multi-Proteção	GKM 80	2,50%	Conta Certa Tx Garantida	GKF 80	3,5% e 4,5%
Pessoa Chave Escalonado	GKM 80	2,50%	PPR TT 4%	GKF 80	4,00%
Pessoa Chave Nivelado	GKM 80	2,50%			
Plano Proteção	GKM 80	2,50%			
Proteção	GKM 80	2,50%			
Proteção Crédito	GKM 80	2,50%			
Proteção Online	GKM 80	2,50%			
Risco Aviva	GKM 80, PM 60/64 e TD 88/90	4,00%			
Sorriso	GKM 80	2,50%			
Viver Seguro	GKM 80	2,50%			

\* Para efeitos de cálculo das provisões matemáticas

As provisões são calculadas contrato a contrato, segundo um método atuarial prudente e que considera o método de avaliação dos ativos que as representa. Para os seguros em caso de morte, as provisões matemáticas relativas aos seguros temporários e complementares foram calculadas pelo método prospetivo a prémio de inventário. Para os seguros temporários anuais renováveis, as provisões matemáticas representam o *pro-rata temporis* do prémio de inventário e anulam-se na data de renovação. No cálculo das provisões matemáticas da carteira dos seguros em caso de morte, foram utilizadas a taxa técnica e tábua de mortalidade consideradas adequadas.

Durante o ano de 2012, a Companhia efetuou a revisão das bases técnicas para o cálculo das provisões matemáticas dos produtos dos seguros de rendas vitalícias, diminuindo a taxa técnica de juro garantida para 3% e alterando a tábua de mortalidade para a tábua GKF 95, em conformidade com as bases técnicas prudentes dos produtos em comercialização. Esta revisão teve um aumento de responsabilidades no montante 1.467.033 Euros.

A provisão matemática refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

	<b>Saldo de Balanço em 2011</b>	<b>Variação</b>	<b>Incorporação de Participação nos Resultados</b>	<b>Outras variações</b>	<b>Saldo de Balanço em 2012</b>
Produtos de Risco	10.126.479	(1.486.113)	130.819	-	8.771.185
Produtos Financeiros	100.397.971	(3.975.561)	324.353	-	96.746.764
<b>Total</b>	<b>110.524.450</b>	<b>(5.461.673)</b>	<b>455.172</b>	<b>-</b>	<b>105.517.949</b>

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

	Unidade: Euros				
	Saldo de Balanço em 2011	Variação	Incorporação de Participação nos Resultados	Outras variações	Saldo de Balanço em 2012
Produtos de Risco	1.176	(1.176)	-	-	-
Produtos Financeiros	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.176</b>	<b>(1.176)</b>	-	-	-

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento. Nessa base, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os contratos de taxa garantida sem participação nos resultados discricionária são classificados e registados na rubrica passivos financeiros por contratos de investimentos (ver Nota 34).

### 30.2 Provisão para sinistros

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

	Unidade: Euros			
	Saldo de Balanço em 2011	Variação da provisão	Variação do IBNR	Saldo de Balanço em 2012
Produtos de Risco	5.066.900	(373.772)	(277.952)	4.415.176
Produtos Financeiros	94.215	(10.650)	-	83.565
<b>Total</b>	<b>5.161.116</b>	<b>(384.422)</b>	<b>(277.952)</b>	<b>4.498.741</b>

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 793.194 Euros em 2012 (1.071.146 Euros em 2011) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR).

Esta provisão é determinada como segue: a) a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade restante nessa data; e b) a partir da análise do histórico do peso dos sinistros não declarados sobre os declarados, é apurada a taxa a aplicar, aos sinistros declarados no ano, por forma a fazer face às responsabilidades com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR). Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

O desenvolvimento da provisão para sinistros de seguro direto ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos referente ao exercício de 2012 e 2011, conforme formato requerido pelo ISP relativo ao Anexo 2, é analisado como segue:

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2012 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Vida</b>	<b>5.143.206</b>	<b>2.044.246</b>	<b>1.612.215</b>	<b>(1.486.746)</b>
<b>Não Vida</b>	-	-	-	-
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade Civil	-	-	-	-
Outras coberturas	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5.143.206</b>	<b>2.044.246</b>	<b>1.612.215</b>	<b>(1.486.746)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2011 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Vida</b>	<b>4.810.964</b>	<b>2.775.320</b>	<b>2.523.356</b>	<b>487.712</b>
<b>Não Vida</b>	-	-	-	-
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade Civil	-	-	-	-
Outras coberturas	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.810.964</b>	<b>2.775.320</b>	<b>2.523.356</b>	<b>487.712</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Em 2012, assistiu-se a um reajustamento da provisão para sinistros em menos 1.486.746 Euros, estando este montante justificado, essencialmente por dois fatores: i) a revisão de processos de sinistros e ii) o ajuste da provisão IBNR, referente a sinistros ocorridos, mas ainda não reportados à data de 31 de dezembro.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

	Saldo de Balanço em 2011	Variação da provisão	Variação do IBNR	Saldo de Balanço em 2012
Produtos de Risco	1.077.790	(82.299)	-	995.490
Produtos Financeiros	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.077.790</b>	<b>(82.299)</b>	<b>-</b>	<b>995.490</b>

### 30.3. Provisão para participação nos resultados

A informação acerca das metodologias de cálculo das estimativas dos montantes a atribuir aos tomadores de seguros ou beneficiários e dos montantes efetivamente atribuídos como participação nos resultados resume-se como segue:

#### **Provisão para Participação nos Resultados atribuída**

Os critérios que serviram de base ao cálculo da participação nos resultados dos contratos de seguro, bem como os critérios de atribuição e distribuição, respeitam o estabelecido nos clausulados dos contratos e o normativo interno.

A elaboração das contas de resultados global (técnicos e financeiros), do cálculo da participação nos resultados e da provisão para participação são da responsabilidade das Áreas de Negócio.

A Provisão para participação nos resultados é apurada com base na percentagem mínima, estabelecida contratualmente, do saldo credor da conta de resultados técnico e/ou financeiros dos produtos.

#### **Provisão para Participação nos Resultados a atribuir**

A Provisão para Participação nos Resultados a atribuir consiste na parte da valorização potencial dos ativos classificados como disponíveis para venda que se estima pertencerem ao tomador de seguro com base nas taxas de participação incluídas nos clausulados dos contratos.

#### **a) Decomposição do saldo da provisão para participação nos resultados**

O valor da Provisão para Participação nos Resultados, apurado nas contas de resultados técnico-financeiros foi de 6.808.107 Euros (4.277.105 Euros em 2011), constituída pela provisão para participação nos resultados atribuída de 4.004.725 Euros (2.848.249 Euros em 2011) e a provisão para participação nos resultados a atribuir de 2.803.381 Euros (1.428.856 Euros em 2011).

A provisão para participação nos resultados a atribuir, no montante de 2.803.381 Euros, pode ser vista como segue:

Unidade: Euros

Designação do Fundo	Saldo da Reserva a 31-Dez-12 (*)	Cláusula de PR: % mínima sobre saldo credor Conta de Resultados	PPR a atribuir (% da Reserva de Reav.)	Provisão para PR a atribuir relativa a Resultados transitados à data da transição (**)	Valor transferido para PPR atribuída (***)	Total de PPR a atribuir
Risco	131.938	75%	98.953	34.829	-	133.783
Rendas a 3%	601.479	85%	511.257	3.474	-	514.732
Risco Grupo Fechado	32.727	75%	24.545	290	-	24.835
Risco Especifico	13.338	75%	10.004	664	-	10.667
Rendas a 4%	(53.429)	85%	-	-	-	-
Unilivre	144.412	85%	122.750	-	-	122.750
Rendas a 6%	4.750	85%	4.037	-	-	4.037
Capitais Diferidos PPR Ind. 4%	57.455	85%	48.837	-	-	48.837
Capitais Diferidos Ind. 4%	55.816	85%	47.444	-	-	47.444
Confortis 6%	86.514	75%	64.885	-	-	64.885
Confortis 4%	50.028	75%	37.521	-	-	37.521
PPR Gold 4%	38.925	85%	33.086	-	-	33.086
PPR Gold 4%	28.689	85%	24.385	-	-	24.385
Capitais Diferidos Grupo 4%	834.790	85%	709.572	-	-	709.572
Capitais Diferidos Grupo 2,5%	289.404	85%	245.993	1.585.825	831.891	999.927
Capitais Diferidos Ind. 2,5%	(109.615)	85%	-	171.721	171.721	-
Capitais Diferidos Individual 0%	35.193	75%	26.395	-	-	26.395
Resseguro aceite - Vic Life	617	85%	525	-	-	525
<b>Total</b>	<b>2.243.031</b>		<b>2.010.190</b>	<b>1.796.803</b>	<b>1.003.612</b>	<b>2.803.381</b>

\* De Fundos com Participação nos Resultados antes da alocação do PPR a atribuir

\*\* Só para carteiras com histórico de distribuição de resultados

\*\*\* Valor acumulado transferido desde a data de transição

A provisão para participação nos resultados a atribuir em 2011, no montante de 1.428.856 Euros, apresentou a seguinte composição:

Unidade: Euros

Designação do Fundo	Saldo da Reserva a 31-Dez-11 (*)	Cláusula de PR: % mínima sobre saldo credor Conta de Resultados	PPR a atribuir (% da Reserva de Reav.)	Provisão para PR a atribuir relativa a Resultados transitados à data da transição (**)	Valor transferido para PPR atribuída (***)	Total de PPR a atribuir
Risco	(898.268)	75%	-	34.829	-	34.829
Rendas a 3%	(1.425.481)	85%	-	3.474	-	3.474
Risco Grupo Fechado	(180.040)	75%	-	290	-	290
Risco Especifico	(98.180)	75%	-	664	-	664
Rendas a 4%	(1.016.499)	85%	-	-	-	-
Unilivre	(315.754)	85%	-	-	-	-
Rendas a 6%	(14.202)	85%	-	-	-	-
Capitais Diferidos PPR Ind. 4%	(164.384)	85%	-	-	-	-
Capitais Diferidos Ind. 4%	(645.822)	85%	-	-	-	-
Confortis 6%	(182.938)	75%	-	-	-	-
Confortis 4%	(199.665)	75%	-	-	-	-
PPR Gold 4%	(77.315)	85%	-	-	-	-
PPR Gold 4%	(114.066)	85%	-	-	-	-
Capitais Diferidos Grupo 4%	(1.279.857)	85%	-	-	-	-
Capitais Diferidos Grupo 2,5%	(1.382.584)	85%	-	1.585.825	203.404	1.382.420
Capitais Diferidos Ind. 2,5%	(2.301.298)	85%	-	171.721	165.656	6.065
Capitais Diferidos Individual 0%	(158)	100%	-	-	-	-
Resseguro aceite - Vic Life	1.310	85%	1.113	-	-	1.113
<b>Total</b>	<b>(10.295.200)</b>		<b>1.113</b>	<b>1.796.803</b>	<b>369.060</b>	<b>1.428.856</b>

\* De Fundos com Participação nos Resultados antes da alocação do PPR a atribuir

\*\* Só para carteiras com histórico de distribuição de resultados

\*\*\* Valor acumulado transferido desde a data de transição

A provisão para participação nos resultados atribuída, no montante de 4.004.725 Euros, decompunha-se em 31 de dezembro de 2012 como segue:

Unidade: Euros

	Provisão para Participação nos Resultados 01/01/2012	Provisão para Participação nos Resultados 31/12/2012	Dotação da Provisão para Participação nos Resultados 2012 (*)	Dotação da Provisão para Participação nos Resultados 2012 (**)	Resultados Distribuídos 2012
Eurovida Crédito	1.701.058	2.178.229	477.171	-	-
Eurovida Pessoa-Chave	15.015	11.382	9.679	-	13.313
Eurovida Empresa Multi-Protecção	370.890	253.005	216.892	-	334.776
Eurovida Mulher	130.990	60.279	46.576	-	117.286
Eurovida HIV Ocupacional	1.135	948	34	-	220
Protecção Financeira	42.257	11.100	-	-	31.158
Valor Jovem	8.461	10.371	1.910	-	-
Renda Educação	194	256	63	-	-
Familiar 1	54.342	64.257	9.916	-	-
Valor Crédito	52.044	56.462	4.418	-	-
<b>Contratos de Seguro - Risco</b>	<b>2.376.384</b>	<b>2.646.289</b>	<b>766.657</b>	-	<b>496.753</b>
Unilivre	16.784	16.784	-	-	-
Pro-Reforma I	-	123.837	123.837	-	-
Pro-Reforma II	295.191	819.681	173.225	628.487	277.222
Select Invest	159.890	398.134	279.311	6.065	47.131
<b>Contratos de Seguro - Financeiros</b>	<b>471.865</b>	<b>1.358.437</b>	<b>576.374</b>	<b>634.552</b>	<b>324.353</b>
<b>Total</b>	<b>2.848.249</b>	<b>4.004.725</b>	<b>1.343.030</b>	<b>634.552</b>	<b>821.106</b>

\* Reconhecidos nos custos do ano

\*\* Transferência da PPR a atribuir

A provisão para participação nos resultados atribuída, no montante de 2.848.249 Euros, decompunha-se em 31 de dezembro de 2011 como segue:

Unidade: Euros

	Provisão para Participação nos Resultados 01/01/2011	Provisão para Participação nos Resultados 31/12/2011	Dotação da Provisão para Participação nos Resultados 2011 (*)	Dotação da Provisão para Participação nos Resultados 2011 (**)	Resultados Distribuídos 2011
Eurovida Crédito	788.840	1.701.058	912.218	-	-
Eurovida Pessoa-Chave	95.982	15.015	-	-	80.967
Eurovida Empresa Multi-Protecção	357.196	370.890	341.386	-	327.692
Eurovida Mulher	8.414	130.990	129.907	-	7.331
Eurovida HIV Ocupacional	1.135	1.135	-	-	-
Protecção Financeira	18.028	42.257	31.158	-	6.929
Valor Jovem	8.099	8.461	362	-	-
Renda Educação	194	194	-	-	-
Familiar 1	29.257	54.342	25.084	-	-
Valor Crédito	43.245	52.044	8.799	-	-
<b>Contratos de Seguro - Risco</b>	<b>1.350.389</b>	<b>2.376.384</b>	<b>1.448.914</b>	-	<b>422.918</b>
Unilivre	16.784	16.784	-	-	-
Pro-Reforma II	279.846	295.191	241.726	47.633	274.013
Select Invest	239.582	159.890	8.163	55.014	142.870
<b>Contratos de Seguro - Financeiros</b>	<b>536.212</b>	<b>471.865</b>	<b>249.889</b>	<b>102.647</b>	<b>416.884</b>
<b>Total</b>	<b>1.886.601</b>	<b>2.848.249</b>	<b>1.698.803</b>	<b>102.647</b>	<b>839.802</b>

\* Reconhecidos nos custos do ano

\*\* Transferência da PPR a atribuir

## b) Evolução da provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo apresentou a seguinte evolução em 2012 e 2011:

Unidade: Euros						
Provisão para Participação nos Resultados	Saldo de Balanço em 2011	Variação	Participação Atribuída	Pagamentos	Incorporação em Provisão Matemática	Saldo de Balanço em 2012
Participação nos Resultados atribuída	2.848.249	-	1.977.582	365.934	455.172	4.004.726
Participação nos Resultados a atribuir	1.428.856	2.009.077	(634.552)	-	-	2.803.381
<b>Total</b>	<b>4.277.106</b>	<b>2.009.077</b>	<b>1.343.030</b>	<b>365.934</b>	<b>455.172</b>	<b>6.808.107</b>

Unidade: Euros						
Provisão para Participação nos Resultados	Saldo de Balanço em 2010	Variação	Participação Atribuída	Pagamentos	Incorporação em Provisão Matemática	Saldo de Balanço em 2011
Participação nos Resultados atribuída	1.886.601	-	1.801.450	334.620	505.182	2.848.249
Participação nos Resultados a atribuir	1.530.642	862	(102.647)	-	-	1.428.856
<b>Total</b>	<b>3.417.243</b>	<b>862</b>	<b>1.698.803</b>	<b>334.620</b>	<b>505.182</b>	<b>4.277.105</b>

### 30.4. Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

No que respeita aos prémios, importa referir que os mesmos estão em conformidade com as bases técnicas das modalidades a comercializar pela seguradora, tendo a sua determinação obedecido às regras estabelecidas nos n.º 3 e 4 do artigo 68º do decreto-lei n.º 251/2003, de 14 de outubro, concluindo-se, para o exercício de 2012, pela adequação das tarifas e consequentemente dos prémios.

Relativamente às provisões, as mesmas são calculadas contrato a contrato, segundo um método atuarial prudente e que considere o método de avaliação dos ativos que as represente. Para o exercício de 2012, as provisões técnicas são consideradas adequadas.

Os mapas demonstrativos da situação de representação das provisões técnicas a 31 de dezembro de 2012, do Instituto de Seguros de Portugal, evidenciam um total de provisões técnicas de 673.685.881 Euros (548.563.328 Euros em 2011) e um total de ativos a representar as referidas provisões de 688.085.917 Euros (553.845.566 Euros em 2011). As responsabilidades da Companhia encontravam-se a 31 de dezembro de 2012 cobertas em 102,1% (101% em 2011).

A representação da distribuição das provisões técnicas por carteira, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, era a seguinte:

Unidade: Euros		
Provisões / Passivos Financeiros	2012	2011
<b>Carteira 1</b>		
Provisões técnicas e passivos financeiros de seguros de vida e operações de capitalização excluindo as provisões e passivos financeiros relativos a seguros e operações ligados a fundos de investimento e os enquadrados no regime de fundos de poupança	109.351.405	115.248.501
Provisão matemática e Provisão para compromissos de taxa relativas a seguros ligados a fundos de investimento	-	-
<b>Carteira 2</b>		
Provisões técnicas e passivos financeiros de seguros de vida enquadrados no regime de fundos de poupança excluindo os seguros ligados a fundos de investimento	5.936.305	5.824.466
Provisão e passivos financeiros de seguros ligados a fundos de investimento, enquadrados no regime de fundos de poupança	113.245.817	114.682.657
<b>Carteira 3</b>		
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que não sejam qualificados como "Não Normalizados"	106.486.094	112.390.487
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que não sejam qualificados como "Não Normalizados" apenas pelo facto de já se encontrarem em comercialização à data de divulgação da Norma n.º 13/2003-R (n.º 7 do artigo 10.º)	29.770.127	23.467.073
<b>Carteira 4</b>		
Provisão e passivos financeiros de seguros e operações ligadas que sejam qualificados como "Não Normalizados"	308.896.134	176.950.144
<b>Total</b>	<b>673.685.881</b>	<b>548.563.328</b>

## Nota 31 – Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

### 31.1 Ativo e Ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

Unidade: Euros		
Contas a receber por operações de seguro direto	2012	2011
<b>Ativo Bruto</b>	<b>665.898</b>	<b>744.372</b>
Tomadores de seguros (recibos por cobrar)	648.643	712.799
Mediadores de seguros	17.255	31.573
<b>Ajustamentos</b>	<b>245.499</b>	<b>265.269</b>
Recibos por cobrar	245.499	265.269
<b>Ativo Líquido</b>	<b>420.399</b>	<b>479.102</b>

A natureza dos ajustamentos de recibos por cobrar e a sua movimentação encontram-se mencionados na Nota 36.

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

Unidade: Euros		
<b>Contas a receber por operações de resseguro</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ativo Bruto</b>	<b>337.221</b>	<b>646.801</b>
Resseguradores	337.221	646.801
Ressegurados	-	-
<b>Ajustamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
<b>Ativo Líquido</b>	<b>337.221</b>	<b>646.801</b>

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

Unidade: Euros		
<b>Contas a receber por outras operações</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ativo Bruto</b>	<b>1.197.003</b>	<b>1.112.124</b>
Empréstimos hipotecários	821.985	646.476
Fornecedores	35.918	71.971
Pessoal	48.006	62.333
Devedores diversos	143.714	162.797
Outros valores a receber	147.381	168.547
<b>Ajustamentos por crédito de cobrança duvidosa</b>	<b>783.894</b>	<b>615.559</b>
Empréstimos hipotecários	494.000	325.666
Fornecedores	15.223	15.223
Devedores Diversos e outros valores a receber	274.671	274.671
<b>Ativo Líquido</b>	<b>413.109</b>	<b>496.565</b>

A natureza dos ajustamentos por crédito de cobrança duvidosa e a sua movimentação encontram-se mencionados na Nota 36.

### 31.2 Passivo

O saldo da rubrica Outros credores por outras operações de seguros e outras operações é decomposto como segue:

Unidade: Euros		
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>		
<b>Contas a pagar por operações de seguro direto</b>	<b>101.292</b>	<b>154.911</b>
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	38.033	119.522
Mediadores de seguros	63.259	35.389
<b>Contas a pagar por outras operações de resseguro</b>	<b>59.682</b>	<b>219.535</b>
Resseguradores	59.682	219.535
Ressegurados	-	-
<b>Contas a pagar por outras operações</b>	<b>1.319.239</b>	<b>1.438.278</b>
Tomadores de seguro (outras operações)	1.074.416	1.088.733
Fornecedores	12.815	61.971
Comissões de Intermediação	181.948	209.987
Outros valores a pagar	50.059	77.586
<b>Total</b>	<b>1.480.213</b>	<b>1.812.724</b>

O valor registado em tomadores de seguro (outras operações), inclui o montante de 956.472 Euros em 2012 (912.230 Euros em 2011), referente a valores a pagar relativos a seguros de apólices já vencidas e/ou penhoradas.

Nas comissões de intermediação estão refletidas as comissões a pagar aos mediadores de seguros, sendo o mais representativo o Banco Popular Portugal, S.A..

## Nota 32 – Ativos e passivos por impostos

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

A Companhia tem sido objeto de inspeções pela DGCI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2008, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues em exercícios anteriores.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2012 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 25% (25% em 2011), aplicável à matéria coletável da Companhia. A derrama municipal aplicável ao lucro tributável ascendeu a 1,5% (1,5% em 2011). A derrama estadual aplicável ao lucro tributável depende do montante deste, ou seja, para o lucro tributável acima de 1,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de 3% sobre o excedente e para o lucro tributável acima de 10 milhões de Euros é aplicada uma taxa de 5% sobre o excedente.

A derrama estadual foi criada pela Lei n.º 12-A/2010 – Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) – Dívida Pública e atualizada pela Lei n.º 64-B/2011 – Orçamento de Estado 2012, atualmente em vigor no art.º 87º A do Código do IRC.

No exercício de 2012, comparativamente com o período anterior, a taxa nominal de imposto sofreu um acréscimo decorrente da alteração dos escalões e das taxas a aplicar da derrama estadual. Para o exercício de 2012, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento apurado incidiu uma taxa adicional de 3% e sobre a parte do lucro tributável superior a 10.000.000 Euros incidiu uma taxa adicional de 5%, de acordo com o artigo 87.º-A do código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

### 32.1. Decomposição de ativos e passivos por impostos

As rubricas Ativos e Passivos por Impostos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, decompõem-se como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Ativos por Impostos</b>		
Ativos por impostos correntes	-	-
Ativos por impostos diferidos	973.292	1.060.613
<b>Total</b>	<b>973.292</b>	<b>1.060.613</b>
<b>Passivos por Impostos</b>		
Passivos por impostos correntes	<b>6.551.373</b>	<b>399.638</b>
Imposto sobre o rendimento	5.662.832	117.634
Retenção de imposto na fonte	752.586	141.038
Contribuições para a Segurança Social	54.949	54.152
Outros impostos e taxas	81.006	86.814
Passivos por impostos diferidos	<b>40.102</b>	<b>118.366</b>
<b>Total</b>	<b>6.591.475</b>	<b>518.004</b>

O valor registado em passivos por impostos correntes referentes ao imposto sobre o rendimento encontra-se líquido dos pagamentos por conta que ascenderam aos montantes de 1.417.844 Euros em 2012 e 1.226.464 Euros em 2011.

O aumento verificado em 2012 na rubrica Retenção de imposto na fonte, face a 2011, encontra-se justificado pelo aumento de pagamentos de capital/ resgates de produtos financeiros ocorridos no final do exercício de 2012.

O valor de outros impostos e taxas é composto, fundamentalmente, pelos montantes a liquidar ao INEM (59.763 Euros) e ISP (17.506 Euros).

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2012 e 2011, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados como segue:

	Unidade: Euros			
	Saldo de Balanço em 2011	Movimento do período		Saldo de Balanço em 2012
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	
<b>Ativos por impostos diferidos</b>	<b>1.060.613</b>	<b>(46.474)</b>	<b>133.792</b>	<b>973.292</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda de carteiras livres e afetadas sem PR	133.792	-	133.792	-
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Imparidade ativos disponíveis para venda de fundos livres e afetados sem participação nos resultados	669.114	(86.735)	-	755.849
Ajustamentos em recibos por cobrar e provisões não técnicas	257.706	40.262	-	217.444
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	<b>118.366</b>	<b>130.413</b>	<b>(52.150)</b>	<b>40.102</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda de carteiras livres e afetadas sem PR	-	-	(32.823)	32.823
Excesso de financiamento da responsabilidade com benefícios pós-emprego	7.157	(123)	-	7.280
Ajustamentos de transição	111.209	130.536	(19.327)	-
<b>Impostos diferidos líquidos</b>	<b>942.246</b>	<b>(176.887)</b>	<b>185.942</b>	<b>933.190</b>

	Saldo de Balanço em 2010	Movimento do período		Saldo de Balanço em 2011
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	
<b>Ativos por impostos diferidos</b>	<b>1.079.685</b>	<b>36.810</b>	<b>(17.738)</b>	<b>1.060.613</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda de carteiras livres e afetadas sem PR	116.054	-	(17.738)	133.792
Ajustamentos de transição	-	-	-	-
Imparidade ativos disponíveis para venda de fundos livres e afetados sem participação nos resultados	743.821	74.707	-	669.114
Ajustamentos em recibos por cobrar e provisões não técnicas	219.809	(37.897)	-	257.706
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	<b>224.883</b>	<b>124.118</b>	<b>(17.601)</b>	<b>118.366</b>
Excesso de financiamento da responsabilidade com benefícios pós-emprego	12.396	5.239	-	7.157
Ajustamentos de transição	212.488	118.880	(17.601)	111.209
<b>Impostos diferidos líquidos</b>	<b>854.801</b>	<b>(87.308)</b>	<b>(137)</b>	<b>942.247</b>

### 32.2. Decomposição dos principais componentes de gasto de impostos

Os principais componentes de gasto de impostos foram os seguintes:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Imposto corrente	<b>4.303.706</b>	<b>3.404.025</b>
Imposto diferido	<b>(176.887)</b>	<b>(87.308)</b>
Diferenças temporárias	(176.887)	(87.308)
<b>Total</b>	<b>4.126.819</b>	<b>3.316.717</b>

#### **Imposto corrente**

Em 31 de dezembro de 2012 estimou-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de 4.303.706 Euros (3.404.025 Euros em 2011), sendo o montante da derrama incluído de 1.348.241 Euros (92.576 Euros em 2011).

A taxa efetiva de imposto estimada para o exercício foi de 30,1% (27,6% em 2011), ver reconciliação na nota 32.3.

#### **Imposto diferido**

Foi registado um proveito de 176.887 Euros em 2012 (87.308 em 2011) por impostos diferidos, na conta de ganhos e perdas, com a seguinte desagregação:

- Custo de 5.683 Euros (150.953 Euros em 2011) relativo ao desreconhecimento do ativo por impostos diferidos associados à imparidade de Unidades de Participação que foram vendidas em 2011, que se encontravam em carteiras livres e afetadas sem participação nos resultados;
- Proveito de 92.418 Euros (76.244 Euros em 2011) relativo às perdas por imparidade de cinco fundos de investimento que se encontravam em investimentos livres e afetados sem participação nos resultados;
- Custo de 40.262 Euros (Proveito de 37.897 Euros em 2011) relativo a provisões não técnicas não admissíveis fiscalmente;
- Custo de 123 Euros (Proveito de 5.239 Euros em 2011) relativo ao excesso de financiamento das responsabilidades com benefício pós-emprego;

- Proveito de 130.536 Euros (118.880 Euros em 2011) relativo ao efeito nos capitais próprios da adoção pela primeira vez do novo plano de contas (art. 12º do DL 237/2008).

### 32.3. Explicitação do relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa efetiva de imposto está indicada no quadro seguinte:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Resultado antes de Imposto</b>	<b>13.706.769</b>	<b>12.034.266</b>
Valor de Imposto considerando a taxa de imposto nominal (IRC mais Derrama Municipal)	3.632.294	3.189.081
Derrama estadual sobre o resultado superior a 1.500.000 Euros (2.000.000 Euros em 2011)	3,0% 255.000	250.857
Derrama estadual sobre o resultado superior a 10.000.000 Euros (não aplicável em 2011)	5,0% 185.338	-
<b>Valor de Imposto Teórico</b>	<b>4.072.632</b>	<b>3.439.937</b>
<b>Taxa nominal média</b>	<b>29,71%</b>	<b>28,58%</b>
<b>Custo do IRC</b>	<b>4.126.819</b>	<b>3.316.717</b>
Imposto corrente	4.303.706	3.404.025
Imposto diferido	(176.887)	(87.308)
<b>Diferença entre taxa nominal e efetiva</b>	<b>(54.187)</b>	<b>123.220</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>30,1%</b>	<b>27,6%</b>
<b>Ajustamentos fiscais no exercício</b>		
Encargos não dedutíveis	402	17.374
Provisões/ajustamentos não dedutíveis	(26.939)	(4.565)
Receitas isentas ou não tributáveis	(85.593)	(62.633)
Correções de imposto de exercícios anteriores	16.034	14
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	(1.902)	(2.098)
Tributação autónoma	19.173	13.997
<b>Total dos ajustamentos fiscais no exercício</b>	<b>(78.826)</b>	<b>(37.910)</b>
<b>Alteração de estimativa em impostos diferidos</b>	<b>133.013</b>	<b>(85.309)</b>
<b>Total de diferenças no exercício</b>	<b>54.187</b>	<b>(123.220)</b>

### 32.4. Indicação separada do imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditados ao capital próprio

Dentro do imposto diferido passivo, temos um montante de 32.823 Euros (imposto diferido ativo de 133.772 Euros em 2011), cuja contrapartida é a reserva por impostos diferidos. Este montante está relacionado com a Reserva de Reavaliação associada aos ativos disponíveis para venda das carteiras não afetadas e afetadas sem participação nos resultados.

No Imposto corrente do exercício está refletida a variação do exercício da Reserva de Reavaliação de modalidades afetadas com participação, bem como 20% da Reserva de Reavaliação de produtos afetados com participação nos resultados existente à data de transição para as Normas Internacionais de Contabilidade, totalizando uma variação negativa de -3.191.560 Euros (1.651.782 Euros em 2011).

O quadro seguinte mostra o imposto calculado sobre as rubricas de capital próprio (variação do ano):

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Saldo inicial</b>	<b>3.007.583</b>	<b>1.355.662</b>
<b>Imposto corrente</b>	<b>(3.191.561)</b>	<b>1.651.783</b>
Variação da Reserva de Reavaliação de modalidades afetas com participação	(3.211.441)	1.633.424
Correspondente a 20% da Reserva de reavaliação dos produtos afetos com PR à data de transição	19.881	18.359
<b>Imposto diferido</b>	<b>(185.942)</b>	<b>137</b>
Variação da Reserva de Reavaliação de carteiras de investimento associadas a produtos sem part. nos resultados e a carteiras de investimento não afetas	(166.615)	17.738
Correspondente a 20% da Reserva de reavaliação dos produtos afetos com PR à data de transição	(19.327)	(17.601)
<b>Saldo final</b>	<b>(369.921)</b>	<b>3.007.583</b>

## Nota 33 – Acréscimos e diferimentos

### 33.1. Ativo

O saldo do ativo de Acréscimos e Diferimentos é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Acréscimos de rendimentos</b>	<b>48.000</b>	<b>60.000</b>
Outros acréscimos de rendimentos	48.000	60.000
<b>Gastos Diferidos</b>	<b>76.955</b>	<b>78.939</b>
Outros gastos diferidos	76.955	78.939
<b>Total</b>	<b>124.955</b>	<b>138.939</b>

O valor registado em Outros na rubrica de Acréscimos de rendimentos no valor de 48.000 Euros em 2012 (60.000 Euros em 2011) corresponde à especialização das comissões de rebate referentes ao quarto trimestre do ano corrente.

Os Outros Gastos Diferidos dizem respeito a custos com sistemas informáticos anuais, cujo período não é totalmente afeto ao exercício de 2012.

### 33.2. Passivo

O saldo do passivo de Acréscimos e Diferimentos é decomposto como segue:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Rendimentos diferidos</b>	-	-
<b>Acréscimos de custos</b>	<b>805.000</b>	<b>705.426</b>
Juros a liquidar	5.409	13.862
Custos com pessoal	642.191	573.156
Outros	157.400	118.408
<b>Total</b>	<b>805.000</b>	<b>705.426</b>

O valor registado em Custos com Pessoal na rubrica de Acréscimos de custos no valor de 642.191 Euros (573.156 Euros em 2011) corresponde a subsídios e encargos com o pessoal.

Em Outros Acréscimos de Custos está refletida a especialização dos custos incorridos, em 2012, mas que ainda não foram faturados ou pagos. Do montante registado em 2012 (157.400 Euros), destacam-se pela sua relevância, os acréscimos relativos a: comissão de custódia a pagar ao Banco Popular Portugal, S.A. (50 mil Euros), serviços prestados de Auditoria/consultoria sobre o ano de 2012 (34 mil Euros), valores incorridos com publicidade e propaganda (13 mil Euros), serviços de impressão e envelopagem (31 mil Euros) e serviços de consultoria legal e contencioso (13 mil Euros).

## Nota 34 – Passivos por Contratos de Investimento

Os contratos de investimento da Companhia encontram-se na sua totalidade valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas, tratando-se na sua maioria de produtos *unit-linked*, com exceção do produto “Conta Certa Taxa Garantida” que se trata de um seguro de capitalização não *unit-linked*.

No caso deste produto, e uma vez que o passivo financeiro encontra-se classificado ao justo valor, existe uma diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro e a quantia que a Companhia teria contratualmente de pagar no vencimento dos contratos. À data de 31 de dezembro de 2012, o justo valor do passivo financeiro ascendia ao montante 283.914 Euros (2.904.969 Euros em 2011), ao passo que o valor que a Companhia teria de pagar àquela data, contratualmente, seria de 279.764 Euros (2.966.569 Euros em 2011).

A análise dos movimentos ocorridos em passivos por contratos de investimento, para 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

Unidade: Euros

Produto	2012				
	Valor inicial	Passivos adicionais (entregas)	Montantes pagos	Rendimentos e gastos	Passivo Financeiro final
Conta Certa Taxa Garantida	2.904.968	-	2.719.034	97.979	283.914
Conta Certa Unit Linked	31.261.757	-	2.365.383	12.512.407	41.408.781
Eurovida Aforro Semestral	3.480.410	-	202.231	1.975.398	5.253.577
Eurovida Crescimento Real	2.252.479	-	2.390.028	137.548	-
Eurovida Depósito Seguro	9.848.779	94.486	2.986.618	236.856	7.193.503
Eurovida Portfolio	33.515.924	1.615.464	10.364.051	1.892.215	26.659.552
Eurovida Renda Certa	102.437.451	44.426.409	15.959.370	37.718.719	168.623.209
Eurovida Renda Crescente	29.046.676	-	3.848.735	11.556.741	36.754.683
Eurovida Renda Popular	18.068.133	62.588.395	9.552.677	12.417.531	83.521.382
Eurovida Valor 8 Commodities	2.818.336	-	596.532	805.087	3.026.891
Gestão de Patrimónios	55.495.177	14.703.267	16.942.328	4.057.084	57.313.200
Multinveste	19.709.475	217.820	8.811.446	(47.231)	11.068.618
Multireforma	2.831.021	232.104	774.766	59.462	2.347.821
PPR BIZ	475.069	15.814	86.971	99.607	503.520
PPR/E	107.727.199	6.620.987	21.844.489	15.474.875	107.978.572
PPR/E Património	6.712.400	-	2.470.000	679.227	4.921.626
Select Portfolio	15.401	-	13.619	452	2.235
<b>TOTAL</b>	<b>428.600.657</b>	<b>130.514.746</b>	<b>101.928.278</b>	<b>99.673.957</b>	<b>556.861.083</b>

Unidade: Euros

Produto	2011				
	Valor inicial	Passivos adicionais (entregas)	Montantes pagos	Rendimentos e gastos	Passivo Financeiro final
Conta Certa Taxa Garantida	8.580.331	-	5.746.457	71.095	2.904.969
Conta Certa Unit Linked	51.437.010	-	14.763.459	(5.411.794)	31.261.757
Eurovida Aforro Semestral	4.236.653	-	202.231	(554.012)	3.480.410
Eurovida Crescimento Real	2.524.492	-	235.455	(36.557)	2.252.479
Eurovida Depósito Seguro	26.772.289	603.197	17.899.496	372.789	9.848.779
Eurovida Portfolio	51.024.115	696.079	16.371.372	(1.832.897)	33.515.924
Eurovida Renda Certa	76.888.922	46.237.919	9.796.787	(10.892.602)	102.437.451
Eurovida Renda Crescente	33.432.097	1.900.862	2.033.558	(4.252.725)	29.046.676
Eurovida Renda Popular	-	18.075.580	-	(7.447)	18.068.133
Eurovida Valor 8 Commodities	3.783.584	-	591.951	(373.298)	2.818.336
Gestão de Patrimónios	59.728.321	7.881.942	9.547.217	(2.567.868)	55.495.177
Multinveste	38.456.202	278.911	18.667.473	(358.164)	19.709.476
Multireforma	2.807.956	32.995	14.184	4.254	2.831.021
PPR BIZ	560.705	20.447	75.297	(30.786)	475.069
PPR/E	126.593.126	8.341.585	23.003.338	(4.204.173)	107.727.199
PPR/E Património	7.646.522	-	960.000	25.877	6.712.400
Select Portfolio	477.068	-	456.672	(4.994)	15.401
<b>TOTAL</b>	<b>494.949.393</b>	<b>84.069.516</b>	<b>120.364.948</b>	<b>(30.053.302)</b>	<b>428.600.658</b>

A rubrica "Rendimentos e Gastos" contém a variação dos passivos financeiros devida à (des)valorização dos ativos financeiros subjacentes e às comissões de gestão cobradas pela Eurovida na qualidade de entidade gestora. Ao contrário do que sucedeu em 2011, o ano de 2012 foi caracterizado por uma evolução positiva dos mercados financeiros, o que explica o aumento expressivo da rubrica.

## Nota 35 – Outros passivos financeiros

Durante os exercícios de 2005 e 2006, a **EUROVIDA** contraiu dois empréstimos subordinados junto do Banco Popular Portugal, S.A., no montante de 2.000.000 Euros, cada um, com um prazo de dez anos e

reembolso de uma só vez. Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de um ano acrescida de *spread*, com pagamento de juros anuais na data aniversário. As taxas em vigor, em 31 de dezembro de 2012, eram de 0,871% e 0,986%, respetivamente.

As cláusulas dos contratos relativos a estes empréstimos incluem as condições de subordinação previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 96º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 251/2003, de 14 de outubro. Os empréstimos são incluídos nos elementos constitutivos da margem de solvência.

Os gastos registados em 2012 referente a juros com os empréstimos subordinados ascenderam ao montante de 87.077 Euros (76.215 Euros em 2011).

A rubrica de Outros Passivos Financeiros – Depósitos recebidos de resseguradores, a 31 de dezembro de 2012, apresenta um valor de 715.920 Euros (776.575 Euros em 2011) referente a Depósitos recebidos de resseguradores. Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

A rubrica de Outros Passivos Financeiros – Outros, a 31 de dezembro de 2012, apresentava um valor de 804.999 Euros referente a operações em liquidação credoras, associadas a compras de títulos cuja liquidação financeira ocorreu apenas em 2013.

## Nota 36 – Outras provisões

O movimento ocorrido nas rubricas Ajustamentos de contas a receber, por subconta, no exercício de 2012 e 2011, foi como segue:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final 2012
490 - Ajustamentos de recibos por cobrar	265.269	-	19.770	245.499
491 - Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	783.894	-	-	783.894
492 - Outras provisões	546.291	-	139.666	406.625
<b>Total</b>	<b>1.595.454</b>	<b>-</b>	<b>159.437</b>	<b>1.436.017</b>

Os ajustamentos e as provisões registadas a 31 de dezembro correspondem às responsabilidades futuras da Companhia. A natureza das mesmas, bem como as suas movimentações, pode ser descrita como segue:

- **Ajustamento de recibos por cobrar**

O ajustamento de recibos por cobrar respeita à totalidade dos montantes de recibos por cobrar com uma antiguidade superior a 90 dias, ascendendo, em 31 de dezembro de 2012, ao montante de 245.499 Euros (265.269 Euros em 2011). A redução verificada em 2012 explica-se, por 19.770 Euros, referente a recibos por cobrar do ano, tendo a sua contrapartida sido registada em custos na rubrica “Imparidade-Outros”.

- **Ajustamento de créditos de cobrança duvidosa**

Este ajustamento respeita aos créditos de cobrança duvidosa relativos a outros devedores por outras operações no montante de 783.893 Euros. Durante o exercício de 2012, estes ajustamentos não sofreram qualquer alteração, tendo apenas se verificado, na demonstração da posição financeira, a transferência da linha de empréstimos concedidos para a linha de outros devedores por outras operações, no montante de 168.334 Euros.

- **Outras provisões**

O valor registado no passivo em "Outras provisões" corresponde a uma provisão para impostos no montante de 335.625 Euros (426.291 Euros em 2011) e a uma provisão para processos judiciais em curso, no valor de 71.000 Euros (120.000 Euros em 2011). A movimentação verificada, nestas provisões, pode ser visualizada como segue:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Unidade: Euros Saldo final 2012
492 - Outras provisões				
Provisão para impostos	426.291	-	90.667	335.625
Processos judiciais em curso	120.000	-	49.000	71.000
<b>Total</b>	<b>546.291</b>	<b>-</b>	<b>139.667</b>	<b>406.625</b>

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Unidade: Euros Saldo final 2011
492 - Outras provisões				
Provisão para impostos	442.261	-	15.970	426.291
Processos judiciais em curso	200.000	-	80.000	120.000
<b>Total</b>	<b>642.262</b>	<b>-</b>	<b>95.970</b>	<b>546.291</b>

Os ajustamentos e provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim de uma estimativa resultante de um julgamento profissional e dos factos conhecidos à data.

As variáveis na determinação da estimativa dos ajustamentos e provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de contencioso, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento do conhecimento do evento e o montante em que este é efetivamente pago pela Companhia. Os ajustamentos e provisões são revistos regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

A redução das Outras Provisões para processos judiciais em curso está relacionada com o desfecho favorável para a Companhia, de alguns dos processos em contencioso.

## Nota 37 – Capital próprio

### 37.1. Capital

A adequação do capital é definida de forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e à desvalorização de instrumentos de capital e unidades de participação, assim como perdas inesperadas não representadas pelas provisões técnicas.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da **Eurovida** encontrava-se representado por 1.500.000 ações nominativas com o valor nominal de 5 Euros cada, as quais estavam naquela data inteiramente pagas.

A composição do Capital Social para os anos de 2012 e 2011 foi como segue:

	2012			2011		
	Nº de ações	Valor	%	Nº de ações	Valor	%
Banco Popular Portugal	239.022	1.195.110	15,93%	239.022	1.195.110	15,93%
Banco Popular Español	1.260.978	6.304.890	84,07%	1.260.978	6.304.890	84,07%
<b>Total</b>	<b>1.500.000</b>	<b>7.500.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.500.000</b>	<b>7.500.000</b>	<b>100,00%</b>

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário	9.579.950	8.717.549
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	1.500.000	1.500.000
<b>Resultado por Ação básico</b>	<b>6,39</b>	<b>5,81</b>

Não foram distribuídos dividendos em 2012, nem irão ser distribuídos dividendos em 2013 relativamente ao exercício de 2012, conforme proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral.

### 37.2. Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

#### Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, bem como a reserva de reavaliação a amortizar relativa às obrigações reclassificadas da categoria de Ativos Disponíveis para Venda para Empréstimos e Contas a Receber, em 2008 (ver adicionalmente a Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as reservas de reavaliação associadas aos Ativos Disponíveis para Venda decompunham-se como segue:

Unidade: Euros

	2012				
	Custo amortizado/ Custo de aquisição	Imparidade acumulada reconhecida	Variação do Justo Valor	Valias potenciais imputáveis aos tomadores de seguro	Reserva de reavaliação
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>127.884.552</b>	<b>5.295.456</b>	<b>(2.893.177)</b>	<b>(2.010.190)</b>	<b>392.089</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	96.094.883	-	1.935.507	(1.620.057)	315.450
De dívida pública	15.946.426	-	344.939	(288.721)	56.218
De outros emissores públicos	8.559.482	-	11.504	(9.629)	1.875
De outros emissores	71.588.975	-	1.579.064	(1.321.707)	257.357
Ações e outros títulos de rendimento variável	31.789.669	5.295.456	(4.828.684)	(390.134)	76.638
<b>Total</b>	<b>127.884.552</b>	<b>5.295.456</b>	<b>(2.893.177)</b>	<b>(2.010.190)</b>	<b>392.089</b>

Unidade: Euros

	2011				
	Custo amortizado/ Custo de aquisição	Imparidade acumulada reconhecida	Variação do Justo Valor	Valias potenciais imputáveis aos tomadores de seguro	Reserva de reavaliação
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>128.636.163</b>	<b>6.018.299</b>	<b>(16.430.998)</b>	<b>(1.113)</b>	<b>(10.413.813)</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	95.942.661	1.402.308	(13.006.918)	-	(11.604.610)
De dívida pública	26.101.895	1.402.308	(6.462.681)	-	(5.060.373)
De outros emissores públicos	12.615.209	-	(1.377.938)	-	(1.377.938)
De outros emissores	57.225.557	-	(5.166.299)	-	(5.166.299)
Ações e outros títulos de rendimento variável	32.693.503	4.615.991	(3.424.081)	(1.113)	1.190.797
<b>Total</b>	<b>128.636.163</b>	<b>6.018.299</b>	<b>(16.430.998)</b>	<b>(1.113)</b>	<b>(10.413.813)</b>

A movimentação da reserva de reavaliação durante os exercícios de 2012 e 2011 foi como segue:

Unidade: Euros

	Saldo em 2011	Movimento do período				Saldo em 2012
		Imparidade	Variação do Justo Valor	Valias potenciais imputáveis aos tomadores de seguro	Amortização da Reserva de Reavaliação	
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>(10.413.181)</b>	<b>(722.843)</b>	<b>13.537.190</b>	<b>(2.009.077)</b>	<b>-</b>	<b>392.089</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(11.604.610)	(1.402.308)	14.942.425	(1.620.057)	-	315.450
De dívida pública	(5.060.373)	(1.402.308)	6.807.620	(288.721)	-	56.218
De outros emissores públicos	(1.377.938)	-	1.389.442	(9.629)	-	1.875
De outros emissores	(5.166.299)	-	6.745.363	(1.321.707)	-	257.357
Ações e outros títulos de rendimento variável	1.191.429	679.465	(1.405.235)	(389.020)	-	76.638
<b>Reserva de Reavaliação a amortizar relativa às obrigações reclassificadas da categoria ADV para ECR em 2008</b>	<b>(333.746)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>283.960</b>	<b>(49.786)</b>
<b>Total de reservas de reavaliação</b>	<b>(10.746.927)</b>	<b>(722.843)</b>	<b>13.537.190</b>	<b>(2.009.077)</b>	<b>283.960</b>	<b>342.303</b>

Unidade: Euros

	Saldo em 2010	Movimento do período				Saldo em 2011
		Imparidade	Variação do Justo Valor	Valias potenciais imputáveis aos tomadores de seguro	Amortização da Reserva de Reavaliação	
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>(4.039.290)</b>	<b>1.479.393</b>	<b>(7.852.422)</b>	<b>862</b>	<b>-</b>	<b>(10.413.181)</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(4.509.720)	1.402.308	(8.497.450)	(251)	-	(11.604.610)
De dívida pública	(2.155.346)	1.402.308	(4.307.335)	-	-	(5.060.373)
De outros emissores públicos	(392.787)	-	(985.151)	-	-	(1.377.938)
De outros emissores	(1.961.587)	-	(3.204.964)	(251)	-	(5.166.299)
Ações e outros títulos de rendimento variável	470.430	77.085	645.027	1.113	-	1.191.429
<b>Reserva de Reavaliação a amortizar relativa às obrigações reclassificadas da categoria ADV para ECR em 2008</b>	<b>(866.526)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>532.780</b>	<b>(333.746)</b>
<b>Total de reservas de reavaliação</b>	<b>(4.905.816)</b>	<b>1.479.393</b>	<b>(7.852.422)</b>	<b>862</b>	<b>532.780</b>	<b>(10.746.927)</b>

### Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os movimentos ocorridos na reserva de impostos estão indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

### Outras Reservas

Nesta rubrica, a Companhia tem registada a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as outras reservas decompunham-se como segue:

Unidade: Euros

	2012	2011
<b>Outras reservas</b>		
- Reserva Legal	4.260.072	3.388.317
- Reservas Livres	-	-
<b>Reservas</b>	<b>4.260.072</b>	<b>3.388.317</b>

Os movimentos ocorridos nas reservas estão igualmente indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

### 37.3. Resultados Transitados

Em 31 de dezembro de 2012 esta rubrica ascendia ao montante de 39.071.195 Euros (31.225.401 Euros em 2011). Os movimentos ocorridos nos resultados transitados estão indicados no quadro da Demonstração de Variação dos Capitais Próprios.

## Nota 38 – Transações entre partes relacionadas

### 38.1. Indicação do nome da empresa-mãe e da empresa-mãe do topo da Companhia

A empresa mãe do topo da Companhia é o Banco Popular Español. Os acionistas com mais de 10% do Capital Social encontram-se discriminados no quadro abaixo:

Empresa	Fração detida	
	2012	2011
Banco Popular Portugal	15,93%	15,93%
Banco Popular Español	84,07%	84,07%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### 38.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe, filiais e partes relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do grupo e partes relacionadas, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, resumem-se como segue:

Unidade: Euros

	2012			
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
<b>Banco Popular Español, S.A.</b>				
Depósitos à ordem	28.882	-	-	-
Obrigações em carteira	4.257.220	-	-	-
Juros de obrigações	-	-	-	90.017
Repartição de custos - serviços comuns	-	-	12.542	-
<b>Total</b>	<b>4.286.102</b>	<b>-</b>	<b>12.542</b>	<b>90.017</b>
<b>Banco Popular Portugal, S.A.</b>				
Depósito à ordem	2.558.287	-	-	-
Depósitos a prazo	25.776.462	-	-	-
Obrigações em carteira	77.524.202	-	-	-
Empréstimo subordinado	-	4.000.000	-	-
Juros de empréstimos subordinados - decorridos	-	5.409	-	-
Juros de depósitos	-	-	-	1.410.500
Juros de obrigações	-	-	-	3.629.158
Juros de empréstimos subordinados	-	-	87.077	-
Comissões de intermediação	-	-	1.099.049	-
Comissões de cobranças de prémios	-	-	173.132	-
Comissões de guarda de valores - Custódia	-	-	195.922	-
Comissões - Outros serviços	-	-	15.782	-
Rendas Prediais	-	-	85.114	-
Cedência de pessoal	-	-	263.272	340.132
<b>Total</b>	<b>105.858.951</b>	<b>4.005.409</b>	<b>1.919.347</b>	<b>5.379.789</b>

(cont.)

(cont.)

Unidade: Euros

	2012			
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
<b>Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A.</b>				
Ações	7.500.000	-	-	-
Fornecimentos e Serv. Externos - Cedência de Pessoal	-	-	-	213.658
<b>Total</b>	<b>7.500.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>213.658</b>
<b>Popular Gestión S.G.I.I.C., S.A.</b>				
Unidades de participação em Fundos de Investimento	807.928	-	-	-
Comissões recebidas	-	-	-	12.913
<b>Total</b>	<b>807.928</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.913</b>
<b>Refundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A.</b>				
Ações	112.230	-	-	-
Dividendos	-	-	-	78.800
<b>Total</b>	<b>112.230</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>78.800</b>
<b>Fundo de Pensões Banco Popular Portugal</b>				
Comissões recebidas	-	-	-	577.733
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>577.733</b>
<b>Fundo de Pensões Eurovida Reforma Valor</b>				
Comissões de gestão a receber	384	-	-	-
Comissões recebidas	-	-	-	9.100
<b>Total</b>	<b>384</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.100</b>

Unidade: Euros

	2011			
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
<b>Banco Popular Español, S.A.</b>				
Ações em carteira	19.877	-	-	-
Obrigações em carteira	481.375	-	-	-
Juros de obrigações	-	-	-	54.037
Repartição de custos - serviços comuns	-	-	6.121	-
<b>Total</b>	<b>501.252</b>	<b>-</b>	<b>6.121</b>	<b>54.037</b>

(cont.)

(cont.)

Unidade: Euros

	2011			
	Balanço		Conta de Ganhos e Perdas	
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
<b>Banco Popular Portugal, S.A.</b>				
Depósito à ordem	20.055.360	-	-	-
Depósitos a prazo	12.245.050	-	-	-
Obrigações em carteira	45.436.217	-	-	-
Empréstimo subordinado	-	4.000.000	-	-
Juros de empréstimos subordinados - decorridos	-	13.862	-	-
Juros de depósitos	-	-	-	1.733.588
Juros de obrigações	-	-	-	25.836
Juros de empréstimos subordinados	-	-	76.215	-
Comissões de intermediação	-	-	1.359.260	-
Comissões de cobranças de prémios	-	-	175.810	-
Comissões de guarda de valores - Custódia	-	-	191.241	-
Comissões - Outros serviços	-	-	10.157	-
Rendas Prediais	-	-	85.114	-
Cedência de pessoal	-	-	305.269	361.725
<b>Total</b>	<b>77.736.627</b>	<b>4.013.862</b>	<b>2.203.065</b>	<b>2.121.148</b>
<b>Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A.</b>				
Ações	7.500.000	-	-	-
Fornecimentos e Serv. Externos - Cedência de Pessoal	-	-	-	205.059
<b>Total</b>	<b>7.500.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>205.059</b>
<b>Popular Gestión S.G.I.I.C., S.A.</b>				
Unidades de participação em Fundos de Investimento	4.745.274	-	-	-
Comissões recebidas	-	-	-	97.976
<b>Total</b>	<b>4.745.274</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>97.976</b>
<b>Refundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A.</b>				
Ações	112.230	-	-	-
Dividendos	-	-	-	123.999
<b>Total</b>	<b>112.230</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>123.999</b>
<b>Fundo de Pensões Banco Popular Portugal</b>				
Comissões recebidas	-	-	-	591.992
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>591.992</b>

No que respeita a transações e saldos pendentes com Órgãos Sociais (partes relacionadas) as mesmas encontram-se descritas na Nota 10.

## Nota 39 – Gestão dos riscos de atividade

O Sistema de Gestão de Riscos é suportado por uma estrutura organizacional adequada à dimensão, à atividade e ao nível de complexidade da Companhia, tendo em consideração a natureza e especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir, sob as orientações definidas pelo Órgão de Administração.

A Companhia tem definido e implementado mecanismos de gestão de riscos, tendo sido já reportado em anos anteriores o Relatório anual sobre o Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno, dando cumprimento ao N.º 1 do Art.º 19.º da Norma Regulamentar N.º 14/2005-R e da Norma Regulamentar N.º 8/2009-R, do Instituto de Seguros de Portugal. Assim, anualmente, a avaliação, os testes e eventuais alterações no Sistema de Gestão de Riscos são devidamente planeados, continuamente revistos e documentados.

Os objetivos do Sistema de Gestão de Riscos são de identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, interna e externamente, assegurando que os mesmos se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e acionistas.

Para assegurar a mitigação ou controlo dos riscos, a Companhia tem definidas as funções de *Compliance*, Controlo Interno e Gestão de Riscos e consequentemente, os processos e controlos associados a cada tipo de risco.

### **Compliance**

O Compliance tem como principal objetivo promover uma cultura orientada para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares na empresa, com vista a minimizar o risco de incorrer em sanções legais ou regulamentares, financeiras ou de reputação.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Identificar as necessidades de *Compliance* da empresa e implementar e manter um sistema que permita avaliar o risco de incumprimento;
- Garantir a ligação com as entidades de supervisão, no âmbito da receção e análise de requisitos de *Compliance*;
- Assegurar a elaboração, manutenção e divulgação do manual de *Compliance*.

### **Controlo interno**

O principal objetivo do Sistema de Controlo Interno é o de promover uma cultura orientada para o Controlo Interno, identificando oportunidades de melhoria que contribuam para a redução do risco e a promoção da qualidade e da eficiência das práticas, conduzindo ao reconhecimento de valor por parte da empresa.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Definir políticas concretas de controlo interno e assegurar a implementação de procedimentos eficazes e adequados, aplicáveis em toda a estrutura organizacional, em linha com as orientações definidas e enquadrados nas atividades diárias das empresas de seguros;
- Desenvolver os mecanismos de monitorização para verificar, de forma regular, o cumprimento das políticas e procedimentos de controlo, avaliar a adequação e eficácia do sistema de controlo interno implementado e possibilitar a correção de quaisquer falhas e/ou fragilidades detetadas;
- Definir, aprovar e rever os requisitos de periodicidade e conteúdo do reporte interno relativo à eficácia e adequação do sistema de controlo interno implementado, por forma a possibilitar a avaliação do cumprimento dos objetivos definidos e a facilitar a melhoria do próprio sistema;
- Assegurar a implementação dos programas, procedimentos e controlos no âmbito do combate ao branqueamento de capitais e garantir que esses procedimentos são executados eficientemente.

### **Gestão de riscos**

A Gestão de Risco tem como principal objetivo garantir que é efetuada a identificação, a avaliação e a mitigação dos riscos a que a empresa de seguro se encontra exposta e assegurar a existência dos mecanismos necessários para a sua monitorização e controlo.

Nesta base, as suas principais competências e tarefas resumem-se a:

- Definir políticas concretas de aceitação e gestão dos riscos a que as empresas de seguros estão expostas, através da implementação de procedimentos eficazes e adequados;
- Desenvolver e implementar a metodologia de determinação do nível de capital adequado aos riscos e da sua afetação às áreas de negócio/risco;
- Desenvolver os mecanismos de monitorização para verificar, de forma regular, o cumprimento dos níveis de tolerância ao risco e das políticas e procedimentos de gestão de riscos e avaliar a sua eficácia e contínua adequação à atividade das empresas de seguros, no sentido de possibilitar a correção de quaisquer falhas e/ou fragilidades detetadas;
- Definir e rever procedimentos de reporte, periódico e extraordinário, no sentido de ser disponibilizada, aos intervenientes e funções apropriadas, informação sobre a eficácia e adequação do sistema de gestão de risco.

Uma empresa de Seguros está exposta a uma diversidade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. O risco financeiro chave, que uma empresa de seguros está exposta, corresponde à potencial incapacidade desta não cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

A Companhia considera fundamental a manutenção de um adequado sistema de gestão de riscos, garantindo assim que o negócio seja sólido e de crescimento sustentado, conhecendo a natureza e significância dos riscos a que se encontra exposta.

A Companhia identifica como principais riscos, os seguintes:

- **Risco de Crédito:** Risco de incumprimento (*default*) ou de alteração na qualidade creditícia (rating) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam;
- **Risco de Mercado:** Deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos ativos, resultado da exposição a movimentos em variáveis financeiras como o preço das ações, taxas de juro, taxas de câmbio ou preços de *commodities* (ex: crude). Inclui ainda a exposição de produtos derivados (opções e futuros) a variações no preço do ativo subjacente e está também fortemente relacionado com o risco de disparidade entre ativos e passivos;
- **Risco específico de Seguro:** As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificam na categoria do Risco Específico de Seguros. Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro;
- **Risco de Liquidez:** Risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos ativos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas;

• **Risco Operacional:** Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio;

• **Risco de Reputação:** Este risco pode ser definido como risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral;

• **Risco Estratégico:** O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.

### 39.1. Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos (no entanto, as dívidas a receber resultantes de cobranças e resseguro também estão expostos a risco de crédito).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia apresentava a seguinte composição:

	2012		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade/Ajustamentos	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	5.744.062	-	5.744.062
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7.612.230	-	7.612.230
Ativos financeiros detidos para negociação	600	-	600
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	558.136.923	-	558.136.923
Ativos disponíveis para venda	126.844.651	-	126.844.651
Empréstimos e contas a receber	46.338.705	-	46.338.705
Outros devedores	2.200.122	1.029.392	1.170.730
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>746.877.293</b>	<b>1.029.392</b>	<b>745.847.900</b>

	2011		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade/Ajustamentos	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	20.954.854	-	20.954.854
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7.612.230	-	7.612.230
Ativos financeiros detidos para negociação	69.900	-	69.900
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	412.833.137	-	412.833.137
Ativos disponíveis para venda	114.428.057	-	114.428.057
Empréstimos e contas a receber	40.172.943	168.334	40.004.609
Outros devedores	2.503.296	880.828	1.622.468
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>598.574.417</b>	<b>1.049.163</b>	<b>597.525.254</b>

Para efeitos de análise de risco a rubrica de Empréstimos e contas a receber inclui, em 2012, as operações por liquidar credoras no montante de 804.999 Euros. Nas demonstrações financeiras, estas operações, pela sua natureza, encontram-se refletidas no Passivo na rubrica de Outros Passivos Financeiros – Outros.

A gestão do risco de crédito na Eurovida, associado à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado ativo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, através de relatórios mensais de riscos financeiros.

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito permite mitigar os riscos associados e a manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela gestão da companhia.

Rating	Limite mínimo	Limite máximo	%
[AAA; BBB[	60,0%	100,0%	
[BBB; BB[	0,0%	40,0%	
[BB; B[	0,0%	15,0%	
Outros *	0,0%	5,0%	

*\* Títulos com notação inferior a BBB e sem rating*

#### Risco de concentração por classe de ativos

A desagregação da carteira da Eurovida, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, pode ser vista como segue:

Investimentos	2012		2011		Unidade: Euros
		%		%	Var. % 12/11
Depósitos à ordem	5.744.062	1%	20.954.854	4%	-73%
Outros depósitos	36.126.818	5%	21.364.669	4%	69%
Operações a liquidar (1)	(645.352)	-	1.160.840	-	-156%
Empréstimos concedidos (2)	1.462.396	-	1.534.038	-	-5%
Títulos de rendimento fixo	561.085.913	75%	406.025.305	68%	38%
Partes de capital em filiais e associadas	7.612.230	1%	7.612.230	1%	0%
Ações	20.428.957	3%	19.002.728	3%	8%
Fundos de investimento	112.733.914	15%	117.479.362	20%	-4%
Derivados detidos para negociação	600	-	69.900	-	-99%
Outros títulos	127.634	-	698.861	-	-82%
<b>Total</b>	<b>744.677.171</b>	<b>100%</b>	<b>595.902.787</b>	<b>100%</b>	<b>25%</b>

(1) O valor das operações a liquidar inclui o montante das operações devedoras (refletidas no ativo) e credoras (refletidas no passivo)

(2) Corresponde ao valor líquido dos ativos, deduzido do valor de imparidades e/ou ajustamentos

A 31 de dezembro de 2012, a carteira de investimentos da Eurovida apresenta uma maior exposição aos títulos de rendimento fixo em 75% (68% em 2011), seguido dos fundos de investimento com uma representatividade de 15% (20% em 2011) e depósitos em instituições de crédito com 6% (8% em 2011).

#### Risco de concentração por emitente

Regularmente, e com base nas notações de risco de crédito publicadas por algumas das principais agências internacionais (*Bloomberg Composite, Standard & Poor's, Moody's e Fitch*), é calculada a percentagem de exposição da carteira de investimentos por notação, monitorizadas as respetivas

alterações de notação por título, acompanhamento dos *Outlook*, graus de subordinação e o devido cumprimento dos limites estabelecidos pela gestão.

Em relação à exposição ao risco de crédito dos títulos de rendimento fixo (75%) e de produtos estruturados (0,3%), a carteira de investimentos da Companhia apresenta as seguintes exposições, a 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Rating	Limite Exposição	Alocação por Rating 2012	Alocação por Rating Acumulada	Varição face a 2011 (% Carteira)	Peso da Carteira 2012
AAA	Mín 60%	2,2%	2,2%	0,4%	1,7%
AA	Mín 60%	1,1%	3,3%	-1,8%	0,8%
A	Mín 60%	4,3%	7,7%	-13,2%	3,3%
BBB	Máx 40%	26,1%	33,8%	-10,9%	19,7%
BB	Máx 15%	60,6%	94,3%	21,9%	45,7%
Outros *	Máx 5%	5,7%	100,0%	3,5%	4,3%

\* Corresponde a títulos com notação inferior a BB e sem rating

Rating	Limite Exposição	Alocação por Rating 2011	Alocação por Rating Acumulada	Varição face a 2010 (% Carteira)	Peso da Carteira 2011
AAA	Mín 60%	1,8%	1,8%	-0,1%	1,2%
AA	Mín 60%	2,9%	4,7%	-2,9%	2,0%
A	Mín 60%	17,5%	22,2%	-26,8%	12,0%
BBB	Máx 40%	37,0%	59,2%	6,6%	25,3%
BB	Máx 15%	38,7%	97,9%	24,6%	26,4%
Outros *	Máx 5%	2,1%	100,0%	0,8%	1,4%

\* Corresponde a títulos com notação inferior a BB e sem rating

Durante o ano de 2012, verificou-se um agravamento do risco de crédito, tendo a categoria de *rating* BB registado a maior variação em termos de aumento do seu peso, com um incremento de 21,9%. As categorias de *rating* A e BBB sofreram decréscimos significativos, de 13% e 11%, respetivamente.

Os setores mais afetados por alterações negativas de *rating* foram, em primeiro lugar, e no que se refere à composição setorial da carteira da Eurovida, o setor Estado, seguido do setor financeiro.

Em termos de exposição das classes de *Rating* por maturidade (vida média), a componente de rendimento fixo e de produtos estruturados apresenta as seguintes exposições a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Unidade: Euros

Rating / Maturidade	2012						
	< 3	< 5	< 7	< 10	>=10	Total em % em Valor	
<b>Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas</b>							
AAA	1,0%	0,3%	0,1%	0,1%	-	1,5%	11.388.931
AA	0,3%	0,1%	0,0%	-	0,0%	0,5%	3.615.964
A	1,9%	0,3%	0,1%	-	0,0%	2,3%	17.346.531
BBB	13,9%	2,5%	0,6%	0,2%	0,0%	17,3%	128.550.434
< =BB	31,0%	12,6%	3,6%	1,5%	0,1%	48,8%	363.039.293
Unrated (NR)	0,5%	0,3%	0,0%	-	0,0%	0,8%	6.032.758
<b>Activos disponíveis para venda</b>							
AAA	0,1%	-	-	-	-	0,1%	1.094.810
AA	-	0,2%	0,1%	-	-	0,3%	2.407.021
A	0,3%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,9%	7.062.345
BBB	0,3%	0,6%	0,8%	0,3%	0,2%	2,2%	16.673.028
< =BB	0,1%	-	-	-	0,0%	0,1%	1.085.042
Unrated (NR)	-	-	-	-	-	0,0%	-
<b>Contas a receber *</b>							
AAA	-	-	-	-	0,0%	0,0%	19.192
AA	-	-	-	-	-	0,0%	-
A	-	-	-	-	-	0,0%	-
BBB	0,2%	-	-	-	-	0,2%	1.265.711
< =BB	0,1%	0,1%	-	0,1%	-	0,2%	1.632.485
Unrated (NR)	-	-	-	-	-	0,0%	-
<b>Total (em %)</b>	<b>49,8%</b>	<b>17,1%</b>	<b>5,4%</b>	<b>2,4%</b>	<b>0,7%</b>	<b>75,4%</b>	
<b>Total (em valor)</b>	<b>370.523.409</b>	<b>127.537.288</b>	<b>40.544.223</b>	<b>17.645.993</b>	<b>4.962.634</b>		<b>561.213.547</b>

\* "Contas a receber" é uma sub-rubrica da rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber"

Unidade: Euros

Rating / Maturidade	2011						
	< 3	< 5	< 7	< 10	>=10	Total em % em Valor	
<b>Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas</b>							
AAA	0,3%	0,5%	0,0%	0,1%	0,0%	1,0%	5.869.556
AA	1,4%	0,4%	-	-	0,0%	1,9%	11.152.996
A	8,3%	0,9%	0,2%	0,9%	0,1%	10,4%	61.890.288
BBB	15,8%	6,8%	0,2%	1,5%	0,1%	24,3%	144.819.252
< =BB	16,2%	8,0%	0,3%	2,1%	0,1%	26,8%	159.497.336
Unrated (NR)	0,1%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	3.283.251
<b>Activos disponíveis para venda</b>							
AAA	-	-	0,0%	0,2%	-	0,2%	1.397.865
AA	-	0,0%	-	-	-	0,0%	205.575
A	0,6%	0,0%	0,3%	0,2%	0,4%	1,4%	8.432.702
BBB	0,1%	0,0%	0,5%	-	-	0,6%	3.473.933
< =BB	0,2%	-	0,1%	-	0,0%	0,3%	1.696.868
Unrated (NR)	-	-	-	-	-	0,0%	-
<b>Contas a receber *</b>							
AAA	-	-	-	-	-	0,0%	-
AA	0,1%	-	-	-	0,0%	0,1%	346.598
A	0,1%	0,0%	-	-	-	0,2%	1.016.921
BBB	0,4%	-	-	-	-	0,4%	2.284.604
< =BB	0,2%	-	-	-	-	0,2%	1.356.421
Unrated (NR)	-	-	-	-	-	0,0%	-
<b>Total (em %)</b>	<b>43,8%</b>	<b>17,2%</b>	<b>1,5%</b>	<b>4,9%</b>	<b>0,8%</b>	<b>68,2%</b>	
<b>Total (em valor)</b>	<b>261.123.123</b>	<b>102.440.689</b>	<b>9.207.305</b>	<b>29.054.541</b>	<b>4.898.508</b>		<b>406.724.166</b>

\* "Contas a receber" é uma sub-rubrica da rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber"

A exposição ao risco de crédito dos resseguradores apresentava a seguinte exposição em 31 de dezembro de 2012:

Unidade: Euros

Ressegurador	% de Participação de Resseguro	Valor dos Capitais cedidos	Rating (*) S&P
ESG Reinsurance Ireland, Limited	100%	-	Not rated
Hannover Ruckversicherung AG	20%	186.753.914	AA-
Hannover Ruckversicherung AG	100%	14.118.750	AA-
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft	20%	186.753.914	AA-
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft	100%	710.968	AA-
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft	100%	545.000	AA-
General Reinsurance AG - Sucursal en España	10%	93.376.957	AA+
RGA International Reinsurance Company Limited	20%	186.753.914	AA-
Swiss Re Europe S.A.	30%	280.130.871	AA-
<b>Total</b>		<b>949.144.289</b>	

(\*) Notações da Standard & Poor's para dívida de longo prazo

### Risco de concentração por risco País/Zona Geográfica

Em relação à exposição por Zona Geográfica a carteira de investimentos da Companhia apresenta as seguintes exposições, a 31 de dezembro de 2012 e em 2011:

Zona Geográfica	Peso em Carteira 2012	Peso em Carteira 2011	Variação
Portugal	54,7%	43,8%	10,8%
Espanha	8,7%	8,2%	0,4%
Países Baixos	4,9%	7,0%	-2,1%
França	2,1%	2,6%	-0,4%
Estados Unidos da América	1,4%	2,3%	-0,8%
Irlanda	1,3%	1,3%	0,0%
Itália	1,3%	1,2%	0,1%
Luxemburgo	1,2%	1,5%	-0,3%
Reino unido	0,9%	1,0%	-0,2%
Alemanha	0,8%	1,2%	-0,4%
Supra Nacional	0,5%	0,3%	0,2%
Ilhas Caimão	0,3%	0,4%	-0,2%
Suíça	0,2%	0,1%	0,1%
Emirados Árabes Unidos	0,2%	0,0%	0,2%
Austrália	0,2%	0,0%	0,2%
Áustria	0,2%	0,4%	-0,2%
Polónia	0,1%	0,2%	0,0%
Jersey	0,1%	0,2%	0,0%
Antilhas Holandesas	0,1%	0,3%	-0,2%
Outros	0,3%	1,1%	-0,8%

Durante o ano de 2012, aumentou-se em cerca de 10,8% a exposição ao mercado português, sempre dentro dos limites internamente definidos e consideráveis como aceitáveis pela gestão da companhia.

### Risco de concentração por setor

A carteira mantém a maior exposição ao setor financeiro, não tendo ocorrido alterações significativas face ao ano anterior:

Sector	Peso em Carteira 2012	Peso em Carteira 2011	Varição
<i>Financial</i>	36,7%	35,6%	1,0%
<i>Government</i>	29,1%	21,2%	7,8%
<i>Utilities</i>	4,2%	5,4%	-1,2%
<i>Industrial</i>	2,8%	2,7%	0,1%
<i>Communications</i>	2,2%	3,1%	-0,9%
<i>Energy</i>	1,6%	1,9%	-0,3%
<i>Basic Materials</i>	0,7%	0,6%	0,1%
<i>Consumer Non-Cyclical</i>	0,6%	0,5%	0,1%
<i>Real Estate</i>	0,5%	0,7%	-0,2%
<i>Diversified</i>	0,4%	0,0%	0,4%
<i>Consumer Cyclical</i>	0,3%	0,6%	-0,3%
<i>Technology</i>	0,3%	0,4%	-0,1%
<i>Mortgage Securities</i>	0,0%	0,1%	-0,1%
<i>Funds</i>	0,0%	0,1%	-0,1%

Em termos de exposição do setor financeiro por grau de subordinação dos títulos de dívida temos a seguinte decomposição em 2012:

Subordinação	Valor Investimento	Financeiras (%)	Total (%)
<i>Senior</i>	229.722.085	87,7%	30,8%
<i>Lower Tier 2</i>	7.303.471	2,8%	1,0%
<i>Tier 1</i>	864.827	0,3%	0,1%
<i>Others</i>	24.023.244	9,2%	3,2%
<b>Total</b>	<b>261.913.626</b>	<b>100,0%</b>	<b>35,2%</b>

A componente "Others" é constituída na maioria por emissões de dívida do setor financeiro em que o grau de subordinação não se encontra explicitado.

#### **Política de utilização de derivados**

A utilização de produtos derivados como forma de mitigação dos riscos associados, encontra-se de acordo com o legalmente estabelecido pela entidade de supervisão, bem como, explicitada em normativo interno. Em linhas gerais, este normativo estabelece os tipos de operações e contratos permitidos, os mercados autorizados e o processo de aprovação das referidas operações. Os derivados adquiridos têm como objetivo a gestão eficaz da carteira.

Mensalmente monitoriza-se o risco de crédito da emissão, do emitente e o risco de crédito da contraparte:

Contraparte	Designação	Valor Nocial	Valor Ativo	Rating de Contraparte	Outlook
Banco BPI, S.A.	Eurovida Digital On Commodities 15-09-2014	6.000.000	600	BB-	Neg
<b>Total</b>		<b>6.000.000</b>	<b>600</b>		

Agenda de Rating: Standard and Poor's

### 39.2. Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações e outros.

Mensalmente são feitos testes de sensibilidade/variação às taxas de juro e aos preços de ações e de fundos de investimento e quantificação do seu impacto na valorização dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da companhia.

Quanto à variação das taxas de juro o seu impacto é o referido abaixo, quanto ao risco da variação de preços de ações e de fundos de investimentos, é feita a análise de sensibilidade mensal e os seus efeitos são os seguintes a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Variação	Variação Estimada 2012		Variação Estimada 2011	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
<small>Unidade: Euros</small>				
<b>Componente FII</b>				
-10,0%	-1,0%	-7.148.336	-1,3%	-7.616.940
-20,0%	-1,9%	-14.296.673	-2,6%	-15.233.880
<b>Componente FIM/ Ações</b>				
-10,0%	-0,9%	-6.929.174	-1,1%	-6.792.492
-20,0%	-1,9%	-13.858.347	-2,3%	-13.584.984

As abordagens são complementadas pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

No caso de uma eventual queda do mercado em cerca de 10%, a carteira global de fundos de investimento imobiliário poderá desvalorizar em 7,1 milhões de Euros (7,6 milhões de Euros 2011).

Numa eventual queda do mercado em cerca de 10%, o impacto na carteira global de ações e de fundos de investimento mobiliário será um decréscimo de 6,9 milhões de Euros (6,8 milhões de Euros 2011).

#### Risco de taxa de juro

As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes.

A monitorização do risco de taxa de juro (variação) é efetuada regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo). Os parâmetros utilizados são a *modified duration* da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira. Os efeitos são os seguintes:

Unidade: Euros

Variação taxa juro (Em ponto base)	Variação Estimada 2012		Variação Estimada 2011	
	Percentagem (%)	Valor (Euros)	Percentagem (%)	Valor (Euros)
300	-5,0%	-36.898.096	-4,7%	-27.975.414
200	-3,3%	-24.598.731	-3,1%	-18.650.276
100	-1,7%	-12.299.365	-1,6%	-9.325.138
-100	1,7%	12.299.365	1,6%	9.325.138
-200	3,3%	24.598.731	3,1%	18.650.276
-300	5,0%	36.898.096	4,7%	27.975.414

Mensalmente, são monitorizadas as variações ao preço e ao valor da carteira de obrigações, em caso de variações de taxa de juro, num intervalo de valores situados entre [-3%, 3%].

### Risco cambial

Risco decorrente da variação do valor de ativos/passivos detidos pela Companhia decorrente de oscilações nas taxas de câmbio das moedas em que esses ativos/passivos estão expressos.

A atual exposição cambial da carteira de investimentos da companhia é incipiente, sendo esta na sua totalidade respeitante a seguros em que o risco do investimento é do tomador do seguro, distribuída como segue:

Moeda	2012	2011	Var. (%) 2012/11
	Representação (%)	Representação (%)	
Euro	97,64%	98,07%	-0,43%
US Dólar	1,58%	1,92%	-0,34%
Outras	0,77%	0,00%	0,77%

No entanto, a companhia monitoriza a exposição ao risco cambial, com o intuito de assegurar que esta se encontra dentro dos limites legalmente estabelecidos.

### 39.3. Riscos específicos de seguros

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de atividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

#### Risco de Desenho dos Produtos

Risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

#### Risco de Prémios

Relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices atualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).

**Risco de Subscrição**

Risco de exposição a perdas financeiras e/ou técnicas relacionadas com a seleção e aprovação dos riscos a segurar.

**Risco de Provisionamento**

Risco das provisões para sinistros constituídas se virem a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.

**Risco de Sinistralidade**

Risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.

**Risco de Retenção**

Risco de uma maior retenção de riscos (menor proteção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

**Risco Catastrófico**

Resulta de eventos extremos que implicam a destruição de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

De referir, que os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definidas formalmente para os diferentes processos;
- Políticas Internas adequadas às necessidades e complexidade do negócio;
- Reconciliações e conferências contabilísticas;
- Monitorização de níveis de serviço.

A Companhia, para efetuar uma adequada avaliação do risco específico de seguros, tem definida uma política de subscrição de contratos onde estão previstos a metodologia de análise de risco, os elementos a utilizar na mesma e os critérios de decisão, com subsequente impacto no tarifário a vigorar e que é revisto periodicamente. Há também uma política de gestão de sinistros, baseada na análise dos elementos indispensáveis de avaliação dos sinistros que estão definidos contratualmente.

O risco de longevidade ocorre quando um decréscimo inesperado das taxas de mortalidade conduz a aumentos de sinistros (no pagamento de rendas) superiores aos esperados. O risco de longevidade é gerido através do *pricing* da política de subscrição e de uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Nas análises de longevidade verifica-se, se esta está acima ou abaixo das tabelas de mortalidade utilizadas. Caso esteja acima são criadas provisões suplementares e os prémios são ajustados em conformidade.

O risco de mortalidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem menos do que o esperado. Dado o aumento contínuo da esperança de vida da população, o risco de

mortalidade ao nível da carteira em vigor pode vir a ser significativo se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes. O risco de mortalidade é atualmente mitigado através da política de subscrição e dos tratados de resseguro.

A política de resseguro serve de instrumento para garantir a mitigação dos riscos em função da capacidade de subscrição da seguradora. Relativamente à distribuição geográfica dos riscos assumidos em Portugal, ela segue aproximadamente a distribuição populacional no território continental, não existindo acumulações de risco relevantes. Não há exposição ao risco nos territórios insulares. A exposição a riscos fora do território Europeu é mínima e é alvo de adaptação tarifária que compensa o risco adicional.

Com o cumprimento sistemático dos procedimentos de verificação dos elementos indispensáveis para as referidas políticas e com a política de resseguro associada, a Companhia mitiga os riscos associados ao risco específico de seguros.

A Eurovida pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais de quota-parte e de excedentes, com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração.

O programa de resseguro em 2012 é constituído pelos seguintes tratados:

Ressegurador	Tipo de Tratado
Swiss Re Europe S.A.	Excedente
RGA International Reinsurance Company Limited	Excedente
General Reinsurance AG - Sucursal en España	Excedente
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft	Quota parte e Excedente
Hannover Ruckversicherung AG	Quota parte e Excedente
ESG Reinsurance Ireland, Limited	Quota parte

O quadro da exposição da Eurovida em termos resseguro resume-se como segue:

Ressegurador	% no Tratado de Resseguro Obrigatório	Rating (*) S&P
ESG Reinsurance Ireland, Limited	100%	<i>Not rated</i>
Hannover Ruckversicherung AG	20%	AA-
Hannover Ruckversicherung AG	100%	AA-
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft	20%	AA-
Munchener Ruckversicherungs-Gesellschaft	100%	AA-
General Reinsurance AG - Sucursal en España	10%	AA-
RGA International Reinsurance Company Limited	20%	AA-
Swiss Re Europe S.A.	30%	AA+

(\*) Notações da Standard & Poor's para dívida de longo prazo

No quadro abaixo, está o indicador com informação sobre o peso dos prémios do resseguro cedido no conjunto dos prémios brutos emitidos do seguro direto para os anos de 2012 e 2011:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
Prémios brutos emitidos de seguro direto	<b>19.444.267</b>	<b>19.450.004</b>
Produtos Financeiros	3.785.816	3.848.050
Produtos de Risco	15.658.450	15.601.954
Prémios de resseguro cedido (1)	<b>2.110.039</b>	<b>2.400.506</b>
<b>Taxa de Cedência (2)</b>	<b>13,5%</b>	<b>15,4%</b>

(1) Tratam-se de prémios relativos a produtos de risco.

(2) Calculada incidindo apenas sobre os produtos de risco.

A análise de sensibilidade dos riscos de seguros, tendo em atenção as principais condicionantes, é como segue a 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Unidade: Euros	
	Impacto nos Resultados antes de Impostos	
	2012	2011
<b>Custos com sinistros</b>		
Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(859.641)	(926.028)
Aumento de 10% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(1.719.281)	(1.852.056)
<b>Despesas</b>		
Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(564.365)	(490.122)
Aumento de 15% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(846.548)	(735.183)

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas, seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

No que respeita a informação sobre os sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores, é possível verificar o valor do reajustamento do ano no Anexo 2.

### 39.4. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

É efetuado semestralmente um estudo de ALM, no sentido de monitorizar as necessidades de liquidez face aos vencimentos do passivo.

A companhia, durante o ano de 2012, continuou a monitorizar de forma regular os critérios de liquidez implementados nos anos anteriores para os seus títulos de dívida classificados em Empréstimos e contas a receber.

### 39.5. Risco Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia.

Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*. Neste sentido, os riscos apresentados no Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um nível de detalhe superior.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa: a um primeiro nível, é representada pelas diferentes Direções e Gabinetes que são as áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de risco e respetivos controlos; Um segundo nível, representado pelo Gabinete de Gestão de Riscos e Auditoria que detém uma função de auditoria interna independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos; e um terceiro nível, representado pela Auditoria Externa, que detém uma função de supervisão.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

A Companhia apresenta uma política formal de gestão de reclamações existindo um relatório mensal de reclamações no âmbito da gestão da carteira. Existe igualmente um plano formal de continuidade de negócio e um plano de *Disaster Recovery*.

### Nota 40 – Solvência

A Companhia monitoriza os requisitos de solvência de acordo com a Norma Regulamentar n.º 6/2007-R de 27 de abril, alterada pelas Normas Regulamentares n.º 12/2008-R, de 30 de outubro e n.º 4/2011-R, de 2 de junho, emitidas pelo ISP.

O cálculo da respetiva margem apresenta, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, os seguintes componentes:

	Unidade: Euros	
	2012	2011
<b>Elementos constitutivos do Fundo de Garantia</b>	<b>64.343.850</b>	<b>47.008.496</b>
<b>Margem de solvência a constituir</b>	<b>27.540.830</b>	<b>22.068.580</b>
Seguros não ligados a fundos de investimento (excluindo seguros complementares)	9.375.524	9.934.257
Seguros e operações ligados a fundos de investimento	16.343.898	10.537.866
Seguros complementares (incluindo seguros complementares de seguros ligados a fundos de investimento)	523.448	411.040
Fundos de Pensões	1.297.960	1.185.417
Fundo de Garantia mínimo legal	3.700.000	3.500.000
<b>Excesso/insuficiência da margem de solvência</b>	<b>36.803.020</b>	<b>24.939.916</b>
<b>Taxa de cobertura da margem de solvência</b>	<b>233,63%</b>	<b>213,01%</b>

Adicionalmente é efetuada uma avaliação mensal da Margem de Solvência, sendo reportados os desvios encontrados.

## Nota 41 – Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os referidos contratos foram celebrados por prazos de 4 anos, e não está prevista a transferência de propriedade no final da locação. As rendas pagas são reconhecidas como gasto, durante o período de aluguer a que respeitam. Os pagamentos futuros mínimos decorrentes dos referidos contratos de locação operacional não canceláveis, de acordo com a sua maturidade, são os seguintes:

	Unidade: Euros		
	até 1 ano	1 - 5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de locação	96.945	196.660	293.605

Durante o exercício os pagamentos de locação operacional reconhecidos em resultados, atingiram o montante de 97.725 Euros (91.024 Euros em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, o total de garantias bancárias era de 87.028 Euros. Aquele montante refere-se a uma única garantia que foi necessário prestar no âmbito de uma reclamação graciosa efetuada junto da Autoridade Tributária.

## Nota 42 – Elementos extrapatrimoniais

O valor dos ativos dos fundos de pensões geridos pela empresa de seguros, em 31 de dezembro de 2012, era de 127.932.987 Euros (118.425.707 Euros em 2011) distribuídos como segue:

Unidade: Euros

	Valor dos Ativos do Fundo	
	2012	2011
Fundos de Pensões geridos pela Companhia		
Banco Popular Portugal, S.A.	121.796.050	113.702.743
Portucel, S.A.	3.352.497	3.051.706
Fundo de Pensões Aberto Open	1.843.726	1.357.299
Eurovida Reforma Valor	319.718	275.304
Eurovida Reforma Rendimento	620.998	38.655
<b>Total</b>	<b>127.932.987</b>	<b>118.425.707</b>

De referir, que com exceção do Fundo Reforma Rendimento que tem uma garantia de rendimento mínimo de 2%, os restantes fundos não garantem um rendimento mínimo.

### Nota 43 – Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

OUTROS ANEXOS  
*2012*

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
Unidade: Euros							
<b>1. Filiais, Associadas, Empreendimentos Conjuntos e Outras Empresas Participadas e Participantes</b>							
1.1. Títulos Nacionais							
1.1.1. Partes de capital em filiais							
Popular Seguros		1.500.000		5,00	7.500.000	5,00	7.500.000
<b>Sub-Total</b>		<b>1.500.000</b>			<b>7.500.000</b>		<b>7.500.000</b>
1.1.2. Partes de capital em associadas							
Refundos Soc. Gest. Fundos Inv. Imob.		15.000		7,48	112.230	7,48	112.230
<b>Sub-Total</b>		<b>15.000</b>			<b>112.230</b>		<b>112.230</b>
1.1.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
Banco Popular Portugal 5 26-02-2014		450.000	100,00%		450.000	100,07%	450.308
Banco Popular Portugal 5% 21-03-2014		400.000	100,00%		400.000	100,14%	400.548
Banco Popular Portugal 6,5% 24-04-2015		10.000.000	98,34%		9.834.185	100,61%	10.061.346
Banco Popular Portugal 6,5% 26-10-2016		20.000.000	100,00%		19.999.686	101,18%	20.235.068
Banco Popular Portugal 6,5% 29-12-2014		45.000.000	99,62%		44.829.494	100,20%	45.090.232
Banco Popular Portugal S 4 13-05-2014		535.000	100,00%		535.000	100,20%	536.055
Banco Popular Portugal S 5 17-09-2015		740.000	100,00%		740.000	101,44%	750.644
<b>Sub-Total</b>		<b>77.125.000</b>			<b>76.788.365</b>		<b>77.524.202</b>
<b>Total</b>	<b>1.515.000</b>	<b>77.125.000</b>			<b>84.400.594</b>		<b>85.136.432</b>
1.2.8. Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
Banco Popular Espanhol S.A. 7% 25-11-2015		150.000	22,60%		33.900	23,59%	35.386
Banco Popular Espanol 4,125 30-03-2017		500.000	99,69%		498.450	102,20%	510.976
Banco Popular Espanol Sa 6,75 04-04-2018		200.000	69,00%		138.000	70,63%	141.255
Bpe Financiaciones Sa 4,625 19-04-2013		1.000.000	99,40%		993.970	102,64%	1.026.408
Popular Capital Sa 6 PERP		442.000	60,50%		267.410	61,68%	272.641
Bpe Financiaciones Sa 3,625 16-09-2013		2.300.000	98,79%		2.272.185	98,72%	2.270.554
<b>Sub-Total</b>		<b>4.592.000</b>			<b>4.203.915</b>		<b>4.257.220</b>
<b>Total</b>	<b>1.515.000</b>	<b>81.717.000</b>			<b>88.604.509</b>		<b>89.393.652</b>
<b>2. Outros</b>							
2.1. Títulos Nacionais							
2.1.1. Instrumentos de capital e Unidades de Participação							
2.1.1.1. Ações							
Altri Sgps Sa.	5,000			1,59	7.955	1,59	7.940
B Investimento Global	1.695.000			1,15	1.841.904	1,15	1.841.904
Banco Bpi Sa.	73.550			0,97	71.057	0,94	69.358
Banco Comercial Portugues Sa	1.141.491			0,08	85.612	0,08	85.612
Banco Espirito Santo Sa	15.125			0,90	13.628	0,89	13.492
Banif Sa.	46.900			0,16	7.270	0,14	6.754
Cimilonga Imobiliaria	13.200			20,26	267.421	20,26	267.421
Corticeira Amorim Sgps Sa	228.008			1,55	353.412	1,57	357.973
Edp Renovaveis Sa.	4.000			3,95	15.812	3,96	15.844
Energias De Portugal Sa	374.490			2,29	859.385	2,28	854.212
Global Intelligent Technologies	225.000			0,11	24.350	0,10	22.500
Grupo Soares Da Costa Sgps Sa	10.000			0,13	1.300	0,13	1.300
Inapa-Invest Partic Gestão	10.000			0,13	1.300	0,12	1.200
Longapar Sgps Sa	9.900.000			0,27	2.673.586	0,27	2.673.589
Longavia Imobiliaria	33.000			8,96	295.537	8,96	295.537
Martifer Sgps Sa	2.659			0,58	1.542	0,56	1.489
Meridiano	13			12,148,45	157.930	12,148,45	157.930
Mota Engil SGPS S.A.	20.900			1,63	34.146	1,56	32.604
ONETIER PARTNERS SGPS, S.A.	125.000			1,00	125.000	1,00	125.000
ONETIER PARTNERS SGPS, S.A.Sem Direito a Voto	125.000			1,00	125.000	1,00	125.000
Portucel Empresa Produtora	225.000			2,31	520.425	2,28	513.000
Portugal Telecom Sgps Sa	353.496			3,78	1.335.591	3,73	1.319.247
Ren Redes Energeticas Nacionais	73.000			2,04	149.045	2,06	150.015
Sonae Capital Sgps Sa	130.000			0,14	18.200	0,14	18.200
Sonae Industria Sgps Sa	117.740			0,49	57.905	0,49	57.222
Sonae Sgps Sa	232.750			0,70	163.292	0,68	159.201
Sonae.com	78.500			1,53	120.419	1,48	116.259
Teixeira Duarte Sa.	107.500			0,32	34.100	0,32	34.400
Zon Multimedia Servicos	49.433			3,00	148.497	2,95	145.926
<b>Sub-Total</b>	<b>15.315.755</b>				<b>9.510.618</b>		<b>9.470.126</b>

(cont.)

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
2.1.1.3. Unidades de Participação em Fundos de Investimentos							
Art Invest	10.000			5,00	50.000	3,83	38.341
Barclays Tesouraria Plus - FIM Aberto de Tesouraria	48.983			5,54	271.500	5,54	271.534
FII POP PREDIFUNDO	68.660			12,25	840.765	12,26	841.857
Fundo Imosaúde	436.870			9,91	4.329.766	10,57	4.618.590
Fundo Imosocial	1.281.597			6,90	8.837.673	6,92	8.874.418
Iberia Fund	600.000			,99	596.104	,96	575.640
Imopromoção	1.248			955,65	1.192.657	955,10	1.191.968
Logistica E Distribuição	387.097			6,08	2.354.951	6,08	2.355.098
Lusinvest - Fundo De Investi	15.000			60,10	901.478	60,10	901.541
Luso Carbon Fund Fei	20			38.461,15	769.223	35.842,49	716.850
Maxirent Fundo De Investimento	1.604.181			11,76	18.860.477	11,85	19.008.582
New Energy Fund	7			23.682,53	165.778	23.665,96	165.662
Popular Economias Emergentes II - FEIF	24.942			9,61	239.720	9,62	239.942
Popular Euro Taxa Fixa - Fim de Obrigações Taxa Fixa	10.174			6,67	67.828	6,67	67.894
Popular Imobiliário FEI	1.865			5,16	9.617	5,12	9.545
Popular Obrigações Indexadas a Empresas da Alemanha e EUA - FEIF	5.233			11,21	58.666	11,11	58.123
Popular Obrigações Indexadas ao Ouro (Londres)	3.500			9,86	34.508	9,90	34.635
Vision Escritórios Fundo	778.850			4,23	3.294.284	4,28	3.332.388
<b>Sub-Total</b>	<b>5.278.227</b>				<b>42.874.994</b>		<b>43.302.607</b>
<b>Sub-Total</b>	<b>20.593.982</b>				<b>52.385.612</b>		<b>52.772.732</b>
2.1.2. Títulos de dívida							
2.1.2.1. De Dívida Pública							
Bilhetes Do Tesouro 0 17-05-2013		500.000	99,4%		496.825	0,99	497.475
Bilhetes Do Tesouro 0 22-02-2013		24.000	99,8%		23.953	1,00	23.959
Obrig Do Tes Medio Prazo 4,2 15-10-2016		2.134.540	97,4%		2.078.956	0,99	2.111.829
Obrig Do Tes Medio Prazo 4,45 15-06-2018		2.606.000	90,2%		2.350.180	0,95	2.471.170
Obrigações Do Tesouro 3,35 15-10-2015		19.200.000	96,3%		18.483.851	0,99	19.001.609
Obrigações Do Tesouro 3,6 15-10-2014		44.699.200	98,6%		44.090.623	1,01	45.161.592
Obrigações Do Tesouro 4,35 16-10-2017		3.600.000	92,8%		3.339.038	0,97	3.500.307
Obrigações Do Tesouro 4,375 16-06-2014		8.038.000	99,9%		8.027.637	1,04	8.327.230
Obrigações Do Tesouro 4,75 14-06-2019		13.350.000	86,4%		11.529.911	0,93	12.423.876
Obrigações Do Tesouro 4,8 15-06-2020		11.210.000	85,8%		9.620.036	0,91	10.236.634
Obrigações Do Tesouro 4,95 25-10-2023		425.000	79,4%		337.381	0,86	363.879
Obrigações Do Tesouro 5,45 23-09-2013		8.871.400	101,6%		9.011.443	1,03	9.113.431
Obrigações Do Tesouro 6,4 15-02-2016		48.700.000	102,3%		49.805.688	1,10	53.504.561
<b>Sub-Total</b>		<b>163.358.140</b>			<b>159.195.523</b>		<b>166.737.552</b>
2.1.2.2. De Outros Emissores Públicos							
Parpublica 3,5 08-07-2013		13.200.000	98,76%		13.036.889	1,00	13.257.773
Parpublica 4,191 15-10-2014		6.000.000	96,24%		5.774.337	0,98	5.900.828
<b>Sub-Total</b>		<b>19.200.000</b>			<b>18.811.226</b>		<b>19.158.600</b>
2.1.2.3. De Outros Emissores							
Banco Bpi Sa 3,25 15-01-2015		1.700.000	97,63%		1.659.723	1,01	1.724.307
Banco Comerc Portugues 5,625 23-04-2014		17.300.000	99,84%		17.272.944	1,04	18.020.296
Banco Comerc Portugues 9,25 23-10-2014		2.800.000	106,35%		2.977.928	1,09	3.038.058
Banco Comerc Portugues Tx Var 09-05-2014		35.000	93,79%		32.827	0,94	32.844
Banco Comerc Portugues Tx Var 28-02-2013		5.150.000	98,75%		5.085.860	0,99	5.116.464
Banco Comerc Portugues Tx Var 28-03-2013		1.000.000	98,68%		986.843	0,99	989.404
Banco Espirito Santo Ci 6,2 02-09-2013		163.100	95,40%		155.597	0,97	158.968
Banco Espirito Santo Sa 3,875 21-01-2015		7.850.000	97,00%		7.614.184	1,01	7.933.498
Banco Espirito Santo Sa 5,625 05-06-2014		9.800.000	100,57%		9.855.953	1,04	10.200.613
Banco Espirito Santo Sa 5,875 09-11-2015		7.900.000	100,87%		7.968.740	1,03	8.150.673
Banco Espirito Santo Sa Tx Var 25-02-2013		6.800.000	98,96%		6.729.605	1,00	6.772.120
Banco Espirito Santo Tx Var 08-05-2013		2.500.000	98,08%		2.451.881	0,99	2.468.756
Banco Finantia Intl Ltd Tx Var 28-07-2016		750.000	55,61%		417.063	0,56	420.498
Banif Finance Ltd Tx Var 29-12-2014		1.000.000	71,00%		710.000	0,70	700.000
Bcp Finance Bank Ltd Tx Var 17-06-2013		600.000	96,32%		577.946	0,96	578.290
Bes Finance Ltd 5,58 PERP		100.000	59,30%		59.300	0,62	62.332
Bes Finance Ltd Tx Var 07-02-2035		20.000	64,25%		12.850	0,68	13.656
Brisa 4,5 05-12-2016		500.000	89,68%		448.395	0,90	450.897
Brisa Concessao Rodov Sa 6,25 05-12-2014		2.134.000	102,39%		2.185.040	1,03	2.198.746
Brisa Concessao Rodov Sa 6,875 02-04-2018		2.100.000	102,21%		2.146.514	1,07	2.247.172
Brisa Concessao Rodov Sa 4,797 26-09-2013		5.514.000	100,79%		5.557.730	1,02	5.619.815
Caixa Eco Montepio Geral Tx Var 25-02-2015		50.000	79,19%		39.595	0,81	40.454
Caixa Eco Montepio Geral Tx Var 29-05-2013		750.000	95,34%		715.028	0,96	721.163
Caixa Geral De Depositos 3,625 21-07-2014		3.900.000	99,23%		3.870.104	1,01	3.938.292
Caixa Geral De Depositos 3,875 06-12-2016		6.200.000	97,52%		6.046.298	0,98	6.087.123
Caixa Geral De Depositos 4,25 27-01-2020		650.000	88,86%		577.603	0,96	622.274

(cont.)

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
Caixa Geral De Depositos 4,375 13-05-2013		8.750.000	99,84%		8.736.349	1,03	8.991.309
Caixa Geral De Depositos 5,125 19-02-2014		7.300.000	100,45%		7.332.706	1,05	7.696.599
Caixa Geral De Depositos 5,625 04-12-2015		4.200.000	101,30%		4.254.560	1,03	4.320.796
Caixa Geral De Depositos 8 28-09-2015		50.000	106,13%		53.063	1,10	54.935
Continente 7% 25-07-2015		2.392.269	104,32%		2.495.731	1,08	2.572.021
Cp Comboios De Portugal 4,17 16-10-2019		750.000	76,63%		574.688	0,78	587.147
Edp Finance Bv 3,25 16-03-2015		3.072.000	99,57%		3.058.815	1,03	3.150.004
Edp Finance Bv 3,75 22-06-2015		585.000	98,13%		574.045	1,03	600.009
Edp Finance Bv 4,625 13-06-2016		1.400.000	97,19%		1.360.623	1,05	1.469.677
Edp Finance Bv 5,5 18-02-2014		3.700.000	102,68%		3.799.336	1,07	3.976.118
Edp Finance Bv 5,75 21-09-2017		1.900.000	104,11%		1.978.105	1,09	2.065.131
Edp Finance Bv 5,875 01-02-2016		4.900.000	104,30%		5.110.742	1,11	5.440.046
Energias de Portugal Sa 6% 04-05-2015		325.000	103,80%		337.350	1,05	340.383
Espirito Santo Fin Grp 6,875 21-10-2019		500.000	90,52%		452.585	0,94	468.562
Espirito Santo Fin Grp 9,75 19-12-2025		300.000	90,48%		271.430	0,91	273.092
Gas Natural Capital 5,25 09-07-2014		150.000	105,22%		157.826	1,08	161.948
Polo Iii-Cp Finance Plc 4,5 29-07-2013		700.000	101,06%		707.447	1,03	719.852
Polo Securities Ii Ltd Tx Var 26-06-2014		260.000	91,23%		237.198	0,92	238.914
Portugal Telecom Int Fin 5 04-11-2019		2.760.000	98,37%		2.714.972	1,01	2.783.979
Portugal Telecom Int Fin 5,625 08-02-2016		4.000.000	103,36%		4.134.308	1,10	4.412.385
Portugal Telecom Int Fin 5,875 17-04-2018		3.000.000	101,36%		3.040.887	1,04	3.133.866
Portugal Telecom Int Fin 6 30-04-2013		400.000	100,99%		403.940	1,05	420.050
Refer-Rede Ferroviaria 4 16-03-2015		3.650.000	89,19%		3.255.302	0,93	3.402.022
Refer-Rede Ferroviaria 5,875 18-02-2019		1.000.000	85,16%		851.596	0,91	905.435
Ren Redes Energeticas 6,375 10-12-2013		8.000.000	104,50%		8.359.639	1,05	8.373.047
Ren Redes Energeticas 6.25 21-09-2016		104.000	102,88%		106.996	1,06	110.208
Semapa-Soc Inv E Gestao 6,85 30-03-2015		66.000	103,80%		68.508	1,05	69.546
Semapa-Soc Inv E Gestao Tx Var 20-04-2016		1.550.000	83,13%		1.288.515	0,83	1.293.959
Zon Multimédia Serviços 6.85% 19-06-2015		500.000	104,08%		520.386	1,04	521.797
<b>Sub-Total</b>		<b>153.530.369</b>			<b>152.393.194</b>		<b>156.859.549</b>
<b>Sub-Total</b>		<b>336.088.509</b>			<b>330.399.943</b>		<b>342.755.701</b>
<b>Total</b>	<b>20.593.982</b>	<b>336.088.509</b>			<b>382.785.555</b>		<b>395.528.434</b>
2.2. Títulos Estrangeiros							
2.2.1. Instrumentos de Capital e Unidades de Participação							
2.2.1.1. Ações							
Accor Sa.	350			26,40	9.238	26,65	9.328
Acln Ltd	35.000			0,01	264	0,01	265
Ageas.	1.600			22,27	35.632,00	22,27	35.632,00
Agfa-Gevaert Nv - Warrants	583			0,00	1	0,00	1
Agfa-Gevaert Nv.	2.333			1,32	3.080	1,32	3.080
Air France-Klm.	1.000			7,03	7.030	7,00	6.995
Alcoa Inc.	4.970			8,51	32.045	6,57	32.659
Alden Global Capital Ltd.	14.850			0,00	-	-	-
Allianz	235			104,63	24.588	104,63	24.588
Alstom Sa.	200			29,93	5.985	30,11	6.022
Amer Sports Oyj.	7.000			11,22	78.540	11,22	78.540
Antonov Plc.	12.500			0,01	125	0,01	125
Aperam.	82			11,35	931	11,40	935
Apple Computer Inc	300			512,08	116.434	403,99	121.196
Arcelormittal.	1.650			12,87	21.227	12,90	21.285
Autozone Inc.	32			348,84	8.461	268,68	8.598
Axa Sa.	4.913			13,22	64.950	13,34	65.539
Bank Of America Corp.	6.300			11,37	54.288	8,80	55.437
Bayer Ag.	900			71,90	64.710	71,90	64.710
Bayerische Motoren Werke Ag	800			73,01	58.408	73,01	58.408
Brookfield Asset Management In.	300			36,18	8.227	27,78	8.333
Calypte Biomedical Corp	117.000			0,00	160	0,00	177
Cie De St-Gobain.	400			32,08	12.832	32,14	12.854
Citigroup Inc.	1.850			39,03	54.730	30,00	55.497
Commerzbank Ag.	15.360			1,44	22.042	1,44	22.042
Continental Resources Inc/Ok.	140			70,88	7.521	55,69	7.797
Delhaize Group Sa.	165			29,87	4.929	30,25	4.990
Dell Inc	7.300			10,12	56.018	7,68	56.047
Deoleo Sa	27.500			0,28	7.563	0,27	7.288
Deutsche Bank Ag.	1.180			32,97	38.905	32,97	38.905
Deutsche Lufthansa Ag.	650			14,28	9.279	14,28	9.279
Dexia Sa.	47.565			0,07	3.330	0,07	3.330
Dialog Semiconductor Plc.	3.000			13,31	39.930	13,31	39.930

(cont.)

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Unidade: Euro

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
Distribuidora Internacional de Alimentacion Sa.	18.000			4,81	86.580	4,80	86.418
Eastman Kodak Co.	4.550			0,18	621	0,13	614
Electricite de France Sa.	650			13,81	8.973	13,96	9.071
Eurocastle Investment Ltd.	10.000			0,03	300	0,03	300
Exxon Mobil Corp.	775			85,19	50.040	65,67	50.897
Fiat Industrial Spa.	1.250			8,25	10.313	8,25	10.313
Frontier Communications Corp.	1.560			4,17	4.927,18	3,25	5.072,31
General Electric Co.	2.500			20,46	38.762	15,90	39.753
Global Energy Holdings Group	1.000			0,00	1	0,00	1
Heidelbergcement Ag.	800			45,69	36.552	45,69	36.552
Heineken Nv.	1.300			50,23	65.299	50,31	65.403
Impac Mortgage Holdings Inc -	930			13,61	9.590	10,56	9.819
Imtech Nv.	400			17,46	6.984	17,39	6.956
Inmobiliaria Colonial Sa.	1.750			1,63	2.844	1,62	2.835
Intel Corp	112.620			20,37	1.738.623	15,64	1.760.915
Ipg Photonics Corp.	175			64,85	8.602	50,49	8.836
K+S Ag.	250			34,82	8.705	34,82	8.705
Kesko Oyj.	3.000			24,71	74.130	24,71	74.130
Koninklijke Philips Electronic	500			19,83	9.913	19,86	9.930
Koninklijke Ahold Nv	3.000			10,14	30.420	10,14	30.405
LVMH	600			137,80	82.680	138,75	83.250
La Seda de Barcelona	1.750			0,98	1.717	0,92	1.603
Lafarge SA	200			47,82	9.563	48,16	9.631
Lloyds Banking Group Plc.	30.000			3,15	71.687	2,41	72.306
Michelin.	1.200			71,22	85.464	71,59	85.908
Microsoft Corp.	3.000			26,80	60.945	20,25	60.755
Mobistar Sa.	1.000			19,22	19.220	19,27	19.270
Motrocity Inc.	4.350			0,43	1.419	0,31	1.352
Muenchener Rueckversicherungs.	300			136,10	40.830	136,10	40.830
Nokia OYJ	2.500			2,98	7.455	2,95	7.368
Nokia Corp	10.000			3,98	30.152	2,99	29.938
Novenergia II	81			84.503,00	6.877.784	84.570,00	6.883.237
Ordina Nv.	2.049			1,12	2.291	1,10	2.256
Pescanova Sa.	2.000			13,81	27.620	13,75	27.500
Petrobras - Petroleo Brasileiro Sa	2.250			19,09	32.548	14,75	33.186
Postnl.	673			2,92	1.964	2,92	1.962
Quabit Inmobiliaria Sa.	29.500			0,05	1.534	0,05	1.328
Reliance Steel & Aluminum Co.	225			60,39	10.298	47,05	10.587
Repsol Ypf Sa	750			15,45	11.588	15,30	11.475
Rhoen Klinikum Ag.	4.600			15,31	70.403	15,31	70.403
Royal Dutch Shell Group	2.300			26,02	59.835	26,02	59.835
Sanofi Sa	500			70,73	35.365	71,23	35.615
Sap Ag.	180			60,79	10.942	60,79	10.942
Service Point Solutions S.A.	10.000			0,12	1.240	0,12	1.200
Siemens	1.200			82,13	98.556	82,13	98.556
Singulus Technologies Ag.	3.561			1,35	4.790	1,35	4.790
Smarthead Inc.	50			4,04	153	3,06	153
Suez Environnement Co.	5.000			9,11	45.525	9,08	45.375
Suntech Power Holdings Co Ltd.	5.000			1,28	4.862	1,14	5.684
Technip Sa.	500			86,54	43.270	86,74	43.370
Telefonica Brasil Sa	175			48,33	3.128	18,12	3.170
Tnt Express Nv.	600			8,39	5.033	8,43	5.058
Unilever Nv.	3.000			28,78	86.325	28,77	86.295
Vallourec Sa.	300			39,32	11.795	39,49	11.847
Veolia Environnement Sa.	500			9,05	4.525	9,16	4.578
Williams Cos Inc/The	400			31,82	9.646	24,81	9.923
Zynga Inc.	875			2,32	1.540	1,79	1.565
<b>Sub-Total</b>	<b>614.187</b>				<b>10.917.268</b>		<b>10.958.831</b>
2.2.1.3. Unidades de Participação em Fundos de Investimento							
AB GLB GROWTH TRENDS PT-A=	214			32,97	7.056	33,55	7.180
Aberdeen Eurozone Property FOF Class II A (1)	304.060			6,12	1.862.183	5,70	1.733.140
Amundi International Sicav	1.325			131,88	174.742	132,50	175.563
Amundi International Sicav (USD)	932			189,01	133.521	143,80	134.028
Aviva Investors Central European Property Fund	7.832.111			0,72	5.639.120	0,72	5.639.120
Aviva Mor-Global Convnt FD-B\$	4.081			8,51	26.327	6,43	26.259
Bgf gbl allocation Hed -=E2	64			29,56	1.892	29,54	1.891
Blackrock Global Funds - Continental European Flexible Fund	88			12,98	1.142	13,00	1.143
Blackrock Global Funds - Euro	88			22,16	1.950	22,16	1.950
Blackrock Global Funds - European Growth Fund	5.025			23,08	115.980	23,13	116.231
Blackrock Global Funds - Globa	61			41,16	1.903	31,15	1.900

(cont.)

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Unidade: Euro

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
Blackrock Global Funds - GlobaL High Yield BD	52.414			18,19	722.414	13,77	721.812
Blackrock Global Funds - Local	118			19,53	2.305	19,55	2.307
Bnp Paribas L1 - Equity Best Selection Europe	474			157,31	74.532	157,31	74.532
Bnp Paribas L1 - Equity China	2.011			233,23	468.996	233,24	469.006
Bnp Paribas L1 - Equity Europe				98,00		100,00	1
Bnp Paribas Plan - Target Click Fund 2015	88.226			63,90	5.637.627	63,90	5.637.623
Bnp Paribas Plan - Target Click Fund 2018	10.097			64,51	651.371	64,51	651.371
Bny Mellon Global Funds Plc - Global Real Return Fund	282.902			1,14	322.876	1,14	322.226
Bny Mellon Global Funds Plc - EM Debt	1.273			1,36	1.310	1,03	1.308
Bny Mellon Global Funds Plc - Euroland Bond Fund	631.228			1,65	1.041.147	1,65	1.042.410
Bny Mellon Global Funds Plc - Global Emerging Market Debt Fund	277.642			2,01	422.602	1,52	423.049
Bny Mellon Global Funds Plc - Long-Term Global Equity	74.535			1,10	62.215	0,83	61.960
Bny Mellon Global Funds Plc - Long-Term Global Equity Fund	101.230			1,32	134.049	1,32	133.320
Bny Mellon Global Funds Plc - Pan European Equity Fund	54.211			1,11	60.256	1,11	60.169
Caam Funds - Volatility World.	1.323			137,30	137.674	104,50	138.256
Carmignac Emergents	297			748,45	222.472	751,02	223.236
Credit Agricole Funds - Dynarb.	9			115,85	1.043	115,79	1.042
DWS Invest Bric Plus - NC	7.527			169,53	1.276.032	169,54	1.276.079
DWS Invest Commodity Plus - NC	941			87,01	81.699	87,01	81.694
DWS Invest Euro Equities-NC	2.134			108,92	232.433	108,92	232.434
Db X-Trackers - Euro Stoxx 50 Short Daily ETF	670			28,28	18.948	28,28	18.948
Db X-Trackers - S&P 500 2X Inverse Daily ETF	2.160			9,09	19.634	9,09	19.634
Db X-Trackers - S&P 500 Inverse daily ETF	730			26,92	19.652	26,92	19.652
Degi International	24.221			35,51	860.098	35,51	860.098
Dimensional Funds Ii Plc - Emerging Markets Targeted Value Fund	1.173			13,45	15.783	13,65	16.018
Dimensional Funds Ii Plc - Global Core Equity Fund	9.158			12,40	113.564	12,60	115.395
Dimensional Funds Ii Plc - Global Targeted Value Fund	3.181			11,71	37.254	11,92	37.922
Dimensional Funds Plc - Emerging Markets Value Fund	211			17,18	3.620	17,47	3.681
Dimensional Funds Plc - Euro Ultra Short Fixed Income Fund	3.222			10,28	33.127	10,28	33.127
Dimensional Funds Plc - Global Short Bond Fund	44.631			12,95	577.976	12,95	577.976
Dws Deutschland	500			125,84	62.956	125,84	62.956
Dws Invest - Emerging Markets Corporates	97			115,55	11.224	115,55	11.224
Dws Invest - Emerging Markets.	1.835			120,96	222.022	120,96	222.022
Dws Invest - Euro High Yield Corporates	939			110,20	103.523	110,20	103.523
Dws Invest - Global Value -NC	162			97,34	15.810	97,34	15.810
Dws Invest - Income Strategy Plus	1.002			116,27	116.488	116,27	116.488
Dws Invest Brazilian Equities	5.434			98,22	533.732	98,23	533.760
Dws Invest Climate Change-NC	131			45,33	5.924	45,33	5.924
Dws Us Dollar Reserve.	1.648			184,93	230.968	140,05	230.775
Easyeff Dj Bric 50	350			42,75	14.963	42,73	14.956
Etf's Corn	8.100			2,27	13.960	1,72	13.917
Etf's Crude Oil	570			17,35	9.890	17,31	9.864
Etf's Crude Oil USD	150			22,43	2.550	17,29	2.593
Etf's Silver	1.015			25,23	25.603	25,30	25.680
Eurovalor Ahorro Euro	173			1.782,95	307.657	1.782,95	307.657
Eurovalor Asia Fi.	45			203,77	9.207	203,78	9.207
Eurovalor Bonos Alto Rendimiento FI	21			156,35	3.212	156,37	3.213
Eurovalor Estados Unidos Fi.	1.966			86,97	170.960	86,97	170.960
Eurovalor Europa Este Fi	65			262,52	17.046	262,55	17.048
Eurovalor Europa Fi.	7			103,26	697	103,30	698
Eurovalor Gestion Audaz Fi.				104,07		104,07	
Eurovalor Iberoamerica Fi.	25			338,25	8.491	338,27	8.491
Eurovalor Japon Fi.				47,82	1	48,15	1
Eurovalor Particulares Volumen FI	23			88,97	2.046	88,97	2.046
Eurovalor Recursos Naturales Fi	2.226			84,74	188.641	84,74	188.651
Eurovalor Renta Fija Corto Fi.	358			88,60	31.675	88,60	31.675
Eurovalor Rv Emergentes Global FI	581			117,50	68.281	117,50	68.281
Fidelity Fnds-Eeu Hi Yld-E	55.583			31,39	1.744.736	31,41	1.745.847
Fidelity Fds-Euro Cash FND	10.556			9,27	97.828	9,27	97.828
Fidelity Fds-European Aggr-E	18.317			12,58	230.374	12,74	233.356
Fidelity Fnds-Amer Diversif-E=	2.593			11,69	30.313	11,68	30.287
Fidelity Fnds-Iberia Fund E	5.934			29,16	173.029	29,36	174.225
Fidelity Funds - European Dividend Fund	22.560			11,02	248.611	11,05	249.288
Fidelity Funds - Global Opportunities Fund	60.705			11,01	668.357	11,01	668.357
Franklin Templeton Investment Funds - Templeton Global Bond Fund	28.825			20,41	588.318	20,49	590.624
GREFF Global Real Estate Fund of Funds	48.577			79,12	3.843.488	82,32	3.998.952
Groupama Asset Management - FP Flexible Allocation	849			547,21	464.581	547,21	464.581
Grundbesitz - Global	29.971			52,20	1.564.458	52,20	1.564.486
Heptagon Fund Plc - Helicon Fund	2.870			101,64	221.053	77,07	221.141
Ignis Absolute Return Government Bond Fund	166.260			1,12	186.677	1,12	186.677
Ing L Invest - Euro High Divid	1			311,70	312	312,11	312

(cont.)

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Unidade: Euro

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
Ing L Renta Fund - Us Credit	351			1.105,57	294.115	835,70	293.330
Invesco Asian Equity Fund	125			4,33	542	4,32	540
Invesco Euro Corp Bond E	59.874			15,26	913.448	15,26	913.869
Invesco Funds Sicav - Balanced Risk Allocation Fund	41.759			14,08	587.771	14,03	585.879
Invesco Funds Sicav - Balanced Risk Allocation Fund (USD)	9.385			19,00	135.171	14,35	134.655
Invesco Glb Health Care-A	245			79,35	14.734	59,54	14.588
Invesco Pacific Equity - A	2.227			39,96	67.452	30,26	67.378
Invesco Pan Eur Struc Eqty-E	49.404			9,82	485.235	9,80	484.159
Ishares Dax De	952			68,92	65.612	68,92	65.612
Ishares Ftse Epra/Nareit Devel	1.565			16,62	26.010	16,54	25.885
Ishares Msci Emerging Markets	777			22,87	17.770	22,92	17.805
Ishares S&P 500 Index Fund.	7.250			10,65	77.191	10,65	77.191
JPM Inv Global Con USD - DA	11			134,75	1.123	101,92	1.121
JPM Morgan Global Cap PresV\$ - DA	6			104,72	476	79,32	476
Jpm Inv High Stat Mar N-D=-A	10			101,76	1.018	101,81	1.018
Jpmorgan F-Us Dynamic-A-A\$	2.168			10,74	17.646	8,13	17.631
Jpmorgan Funds - America Large Cap Fund	18.806			11,38	214.014	11,37	213.826
Jpmorgan Funds - Global Focus Fund	155			8,60	1.336	8,61	1.338
Jpmorgan Funds - Global Focus Fund USD	6.229			14,21	67.095	10,78	67.134
Jpmorgan Investment Funds - Income Opportunity - USD	1.811			169,68	232.901	128,56	232.819
Jpmorgan Liquidity Funds - Us Dollar Government Liquidity Fund	444			10.038,80	3.380.102	7.602,30	3.377.301
Julius Baer Multibond - Absolute Return Bond Fund	3.048			134,10	408.702	134,04	408.527
Julius Baer Multibond - Absolute Return Bond Fund Plus	1.661			133,53	221.777	133,41	221.577
Kanam Grundinvest Fonds	139.843			47,31	6.615.441	46,75	6.537.682
Kanam Spezial Grundinvest Fon	3.245			85,32	276.863	85,32	276.863
Lux Invest FD-US Eqty Plus-F	86			0,01	1	0,01	1
Lyxor ETF Brazil	500			21,08	10.540	21,08	10.540
Lyxor ETF Euro Stoxx 50 DD S	1.830			20,27	37.094	20,27	37.094
Lyxor Etf Dj EuroStoxx 50	14.100			26,15	368.715	26,15	368.715
Lyxor Etf Euro Stoxx 50 Daily	4.000			13,99	55.960	13,99	55.960
Mellon Newton Cont Euro- € - Acc	20.842			1,01	21.073	1,01	21.053
Natixis Asset Management - Seeyond Europe Min Variance	308			1.160,85	357.542	1.155,96	356.036
Natixis International Funds (Lux) I - Harris Associates Global Val	1.575			204,33	243.919	153,86	242.326
Neuberger Berman High Yield Bond Fund	9.091			17,16	156.000	17,16	156.000
Nordea 1 Sicav - Stable Return	27.870			12,43	346.531	12,43	346.424
Parvest Absolute Return Plus Euro CC	4.896			108,52	531.339	108,52	531.346
Parvest Agriculture	266			96,76	25.720	96,74	25.715
Parvest Bond Euro Corporate	62			159,10	9.878	159,25	9.887
Parvest Bond Euro Government	29			333,48	9.585	333,55	9.587
Parvest Bond Europe	4			339,75	1.330	339,75	1.330
Parvest Converging EUR-C	352			112,64	39.616	112,66	39.622
Parvest Environmental Opportunities	3.463			94,07	325.754	94,07	325.753
Parvest Europe Dividend - CL C	5.733			73,85	423.353	73,83	423.241
Parvest Latin Amer-Classic C	29			602,79	17.255	602,81	17.256
Parworld - Quam 12				100,82	39	101,03	39
Pictet - High Dividend Selection	6			143,70	653	108,05	648
Pictet Funds Lux - Global Emerging Debt	6			315,16	1.433	237,65	1.426
Pictet-Absolut Return Global Diversified-R EUR	3.109			115,97	360.527	116,08	360.869
Pictet-Asian Equities Ex Japan-HR EUR	573			121,08	69.350	121,45	69.565
Pictet-Biotech-HR EUR	491			245,63	120.522	243,26	119.361
Pictet-Clean Energy-R EUR	714			46,00	32.834	45,67	32.598
Pictet-European Sustainable Equities-R EUR	307			152,66	46.888	151,59	46.557
Pictet-Japanese Equity Selection-HR EUR	45			49,28	2.221	49,29	2.222
Pictet-Security-R EUR	2.373			95,74	227.214	94,99	225.432
Pictet-US Equity Growth Selection-HR EUR	263			88,93	23.408	87,95	23.151
Pictet-Water-R EUR	3.468			154,57	535.991	153,74	533.113
Pimco Global Bond Fund	15.996			21,90	350.312	21,90	350.312
Pimco Total Return Bond Fund	21.747			24,82	409.107	18,80	408.766
Pioneer DRDebtmaster	480			121,08	44.029	91,69	43.992
Pioneer Funds - Commodities Alpha	16			38,68	619	38,59	617
Pioneer Funds - Commodities Alpha.	1.509			58,08	66.425	43,88	66.214
Pioneer Funds - Global Aggregate Bond	12.200			73,01	890.771	73,09	891.698
Pioneer Funds - U.S. Fundamental Growth (Eur)	29			93,79	2.710	95,13	2.749
Pionner Funds - Top Europeans Players	12.392			5,36	66.448	5,39	66.793
Preff Pan European Real Estate fund of Funds	30.150			84,93	2.560.660	84,96	2.561.544
Preff Pan European Real Estate fund of Funds - D	3.536			78,73	278.389	78,70	278.283
Proshares Short S&P500.	550			34,93	14.560	25,72	14.148
SEB Asian Property	334			9.780,23	3.266.598	9.792,00	3.270.528
SEB Immoportfolio Target Ret	21.597			126,35	2.728.746	126,35	2.728.746

(cont.)

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Unidade: Euro

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
Schroder INTL GL PR SC-B =A	142			118,25	16.755	118,38	16.774
Schroder International Select Euro Corp	27.941			16,68	466.057	16,68	466.057
Schroder International Selection Fund - Euro Short Term Bond B	118.366			7,00	828.561	7,00	828.561
Schroder International Selection Fund - Global Corporate Bond	5.303			136,51	723.909	136,47	723.700
Schroder International Selection Fund - Global Dynamic Balanced	1.526			118,73	181.182	118,44	180.739
Schroder International Selection Fund - Global Emerging Market Opp	5.177			12,55	64.970	12,58	65.125
Schroder International Selection Fund - QEP Global Quality -BEA	6.546			104,99	687.236	105,24	688.875
Schroder International Selection Fund - US Large Cap	98			77,48	5.755	58,91	5.773
Schroder International Selection Fund -QEP Global Quality	6.427			98,00	477.349	74,39	478.095
Schroder International Selection Fund Emerging Europe	13.829			21,82	301.757	21,92	303.140
Schroder Intl Euro EQT-B ACC	707			20,14	14.243	20,13	14.237
Schroder Intl Str Bd - Acc = HB	478			127,85	61.117	127,95	61.165
Schroder Intl US LG CAP =H-A	6.044			97,63	590.064	98,01	592.365
Schroder Intl-GL Clm CH-B=A	23.750			8,71	206.864	8,72	207.101
Schroder- Global Credit Duration Hedged	11			103,62	1.140	104,11	1.145
Seb Immoinvest	7.194			39,75	285.956	39,75	285.956
Sisf GL Quant Active Val-B=	1.956			73,51	143.755	73,61	143.953
Threadneedle - European High Yield Bond	441.801			1,49	657.930	1,49	657.975
Threadneedle Investment Funds ICVC - European High Yield Bond Fund	40.109			1,81	72.440	1,81	72.456
Threadneedle Investment Funds ICVC - European Select Fund	58.266			2,03	118.572	2,02	117.581
Threadneedle Lux - Enhanced Commodities Portfolio	1.209			14,55	17.589	14,56	17.601
Threadneedle Specialist Investment Fund ICVC - Global Equity Incom	25.460			1,55	39.387	1,54	39.247
Threadneedle Specialist Investment Funds ICVC - Global Equity Inco	313.116			2,04	484.412	1,54	482.181
Ubs Lux Equity Sicav - Usa Growth	2.186			130,10	284.392	132,86	290.425
Ubs Lux Key Selection Sicav - Multi Asset Income USD	252			105,38	26.519	105,59	26.572
Vontobel Fund - Emerging Markets Equity	278			182,74	50.772	182,75	50.774
<b>Sub-Total</b>	<b>11.993.469</b>				<b>69.472.272</b>		<b>69.431.307</b>
2.2.1.4. Outros							
Bestemop Sg 13-12-2018		600.000	100,00%		600.000	89,29%	535.740
Societe Gen Acceptance Tx Var 27-09-2013		100.000	18,80%		18.800	18,88%	18.880
Societe Gen Acceptance Tx Var 28-04-2014		259.000	41,99%		108.754	41,99%	108.754
<b>Sub-Total</b>		<b>959.000</b>			<b>727.554</b>		<b>663.374</b>
<b>Sub-Total</b>	<b>12.607.657</b>	<b>959.000</b>			<b>81.117.094</b>		<b>81.053.512</b>
2.2.2. Títulos de Dívida							
2.2.2.1. De Dívida Pública							
Bonos Y Oblig Del Estado 3,4 30-04-2014		250.000	100,96%		252.393	102,87%	257.180
Bonos Y Oblig Del Estado 4,25 31-01-2014		1.000.000	101,93%		1.019.300	104,63%	1.046.250
Bonos Y Oblig Del Estado 4,75 30-07-2014		113.000	101,85%		115.090	104,69%	118.299
Bonos Y Oblig Del Estado 5,5 30-07-2017		450.000	97,69%		439.615	108,09%	486.385
Bonos Y Oblig Del Estado 5,85 31-01-2022		250.000	96,05%		240.136	109,48%	273.699
Bonos Y Oblig Del Estado 6 31-01-2029		1.600.000	120,79%		1.932.676	109,18%	1.746.909
Bundesrepub. Deutschland 3 04-07-2020		500.000	115,40%		577.000	116,92%	584.622
Community Of Madrid Spain Tx Var 30-10-2016		160.000	98,00%		156.800	98,63%	157.805
Hellenic Republic 0 15-10-2042		47.200	0,67%		317	0,67%	317
Irish Treasury 4 1/2% 2018 4,5 18-10-2018		500.000	99,50%		497.520	104,91%	524.562
Irish Treasury 5.9% 2019 5,9 18-10-2019		2.510.000	108,90%		2.733.292	110,44%	2.771.948
Republic Of Poland 5,875 03-02-2014		1.000.000	106,23%		1.062.300	111,27%	1.112.742
Republic Of Turkey 6,5 10-02-2014		2.000	100,02%		2.000	111,39%	2.228
Spain Letras Del Tesoro 0 18-10-2013		1.500.000	98,31%		1.474.613	98,32%	1.474.725
<b>Sub-Total</b>		<b>9.882.200</b>			<b>10.503.053</b>		<b>10.557.670</b>
2.2.2.2. De Outros Emissores Públicos							
Efsf 0,4 12-03-2013		488.100	100,02%		488.197	100,37%	489.892
Efsf 1 12-03-2014		488.100	100,65%		491.283	101,74%	496.571
Efsf 1,625 15-09-2017		500.000	103,60%		517.997	104,55%	522.767
Efsf 2 15-05-2017		500.000	102,54%		512.697	106,94%	534.716
European Investment Bank 8 11-10-2016		1.246.995	115,31%		1.437.900	116,76%	1.456.016
Fund Ordered Bank Restru 4,4 21-10-2013		1.100.000	101,20%		1.113.204	102,05%	1.122.527
Fund Ordered Bank Restru 4,5 03-02-2014		2.900.000	101,68%		2.948.671	105,33%	3.054.627
Fund Ordered Bank Restru 5,5 12-07-2016		400.000	101,79%		407.155	106,63%	426.507
Generalitat De Catalunya Tx Var 11-02-2013		87.000	99,01%		86.138	99,17%	86.280
Institut Credito Oficial 3,75 15-07-2013		1.000.000	100,69%		1.006.900	102,43%	1.024.263
Institut Credito Oficial 4,125 28-09-2017		500.000	99,98%		499.899	99,58%	497.887
Institut Credito Oficial 4,375 31-03-2014		2.300.000	101,60%		2.336.723	105,02%	2.415.488
Institut Credito Oficial 4,5 17-03-2016		500.000	101,08%		505.380	102,37%	511.853
Institut Credito Oficial 4,875 30-07-2017		3.000.000	100,52%		3.015.588	102,09%	3.062.833
Institut Credito Oficial 5 05-07-2016		250.000	102,80%		257.010	105,32%	263.293
Institut Credito Oficial 5,125 25-01-2016		1.000.000	103,21%		1.032.125	108,00%	1.080.049
Institut Credito Oficial Tx Var 25-03-2014		1.500.000	96,59%		1.448.811	96,61%	1.449.094
<b>Sub-Total</b>		<b>17.760.195</b>			<b>18.105.679</b>		<b>18.494.664</b>

(cont.)

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Unidade: Euro

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário*	Total
2.2.2.3. De Outros Emissores							
Aareal Bank Cap Fnd Trst 7,125 PERP		2.382	2000,00%		47.640	2000,02%	47.640
Abbey Natl Treasury Serv 2,5 18-03-2013		2.443.000	100,42%		2.453.352	102,12%	2.494.733
Abengoa Sa 8,5 31-03-2016		250.000	101,60%		254.000	103,90%	259.744
Abertis Infraestructuras 4,375 30-03-2020		200.000	98,49%		196.982	104,99%	209.980
Abertis Infraestructuras 4,75 25-10-2019		300.000	99,65%		298.940	106,24%	318.720
Achmea Bv 7,375 16-06-2014		1.500.000	107,93%		1.618.902	113,14%	1.697.125
Achmea Hypotheekbank Nv 2,375 08-02-2016		200.000	100,58%		201.154	103,27%	206.538
Aegon Nv 4,125 08-12-2014		50.000	94,05%		47.026	106,35%	53.173
Ageas Hybrid Financing 8,25 PERP		24.000	100,06%		18.201	77,93%	18.703
Air France-Klm 6,25 18-01-2018		100.000	104,59%		104.588	104,67%	104.666
Alliander Finance Bv 2,875% 14-06-2024		150.000	99,80%		149.697	105,90%	158.857
Allianz Se 5,625 17-10-2042		100.000	112,35%		112.349	113,65%	113.646
Allied Irish Banks Plc 3,25 04-02-2013		2.850.000	99,98%		2.849.419	103,05%	2.936.902
Allied Irish Banks Plc 5,625 12-11-2014		1.300.000	100,06%		1.300.766	101,41%	1.318.332
Amadeus Cap Markt 4,875 15-07-2016		200.000	108,93%		217.854	111,54%	223.074
Amgen Inc 2,125 13-09-2019		400.000	99,60%		398.382	103,00%	412.002
Atlantia Spa 3,375 18-09-2017		300.000	99,65%		298.947	104,52%	313.568
Atlantia Spa 4,375 16-03-2020		250.000	105,01%		262.537	108,00%	269.989
Axa Sa 6 18-06-2013		772.000	100,60%		776.636	105,63%	815.486
Banco Bilbao Vizcaya Arg 3,5 25-02-2015		1.000.000	97,81%		978.076	104,51%	1.045.095
Banco Bilbao Vizcaya Arg 4,125 13-01-2014		1.000.000	101,56%		1.015.611	105,52%	1.055.225
Banco Do Brasil (Cayman) 4,5 20-01-2016		100.000	99,68%		99.684	110,73%	110.725
Banco Espanol De Credito 3,75 17-06-2016		300.000	99,86%		299.567	103,95%	311.859
Banco Espanol De Credito 4,75 24-01-2017		500.000	103,17%		515.833	106,62%	533.117
Banco Santander Sa 3,125 28-01-2015		800.000	99,26%		794.117	103,75%	829.967
Banco Santander Sa 4,625 20-01-2016		100.000	105,19%		105.188	109,61%	109.613
Banco Santander Sa 4,625 21-06-2016		500.000	104,18%		520.915	106,86%	534.283
Bank Of Ireland 4,625 08-04-2013		400.000	99,96%		399.823	103,38%	413.513
Bank Of Scotland Plc 3,25 25-01-2013		1.000.000	100,23%		1.002.345	103,09%	1.030.890
Bank Of Scotland Plc 6,125 05-02-2013		250.000	100,04%		250.094	105,81%	264.519
Bank Of Scotland Plc Tx Var 07-02-2035		43.000	83,75%		36.013	87,78%	37.745
Bankinter Sa 3,875 30-10-2015		100.000	99,81%		99.812	101,85%	101.853
Banque Aig SA O (B) 24-06-2016		10.000	90,18%		9.018	90,18%	9.018
Banque Aig SA O 24-06-2016		10.000	90,18%		9.018	90,18%	9.018
Banque Psa Finance 3,5 17-01-2014		300.000	100,44%		301.329	104,45%	313.345
Banque Psa Finance 6 16-07-2014		170.000	104,20%		177.140	107,99%	183.577
Banques Populaires Cb 4,25 29-01-2013		1.500.000	100,50%		1.507.530	104,10%	1.561.474
Barclays Bank Plc 2,25 22-02-2017		100.000	105,94%		105.939	107,86%	107.863
Barclays Bank Plc 5,25 27-05-2014		300.000	106,47%		319.395	109,34%	328.022
Bbva Senior Finance Sa 3 22-08-2013		2.000.000	100,03%		2.000.648	101,42%	2.028.354
Bbva Senior Finance Sa 3,625 03-10-2014		1.500.000	100,82%		1.512.320	101,79%	1.526.819
Bbva Senior Finance Sa 4 13-05-2013		700.000	100,46%		703.216	103,22%	722.515
Bbva Senior Finance Sa 4 22-03-2013		2.000.000	100,30%		2.005.982	103,55%	2.071.047
Bbva Senior Finance Sa 4,375 21-09-2015		200.000	102,28%		204.550	103,52%	207.047
Bbva Senior Finance Sa 4,875 15-04-2016		500.000	96,24%		481.194	107,87%	539.368
Bbva Senior Finance Sa 4,875 23-01-2014		3.000.000	102,28%		3.068.514	107,15%	3.214.519
Bbva Sub Capital Unipers Tx Var 13-10-2020		500.000	92,13%		460.667	92,35%	461.736
Bes Finance Ltd 3 19-05-2015		100.000	99,93%		99.931	100,16%	100.163
Bhp Billiton Finance Ltd 2,25 25-09-2020		1.000.000	99,80%		997.981	103,56%	1.035.579
Bhp Billiton Finance Ltd 3,25 24-09-2027		250.000	98,62%		246.546	106,33%	265.814
Bnp Paribas 4,875 PERP		24.000	79,46%		19.070	80,46%	19.310
Bnp Paribas 8,667 PERP		50.000	101,92%		50.959	104,55%	52.276
Bpce Sa 1,75 14-03-2016		500.000	100,99%		504.970	102,24%	511.184
Bpce Sfh - Societe De Fi 1,75 29-11-2019		500.000	99,87%		499.364	100,88%	504.418
Bre Finance France Sa 2,75 12-10-2015		500.000	100,06%		500.287	100,83%	504.139
Ca Preferred Fund Tr II 7 PERP		40.000	91,41%		27.712	70,04%	28.018
Caja Madrid 4,875 31-03-2014		500.000	99,78%		498.899	103,78%	518.880
Carlsberg Breweries A/S 2,625 15-11-2022		500.000	99,52%		497.618	100,46%	502.319
Carrefour Sa 1,875 19-12-2017		500.000	99,61%		498.065	100,15%	500.733
Cie Financement Foncier 4,5 09-01-2013		1.000.000	100,12%		1.001.188	104,45%	1.044.543
Citigroup Inc 4,75 12-11-2013		850.000	103,32%		878.179	103,97%	883.768
Citigroup Inc 7,375 16-06-2014		300.000	106,91%		320.736	113,35%	340.055
Compagnie De St Gobain 3,625 28-03-2022		200.000	99,20%		198.402	105,97%	211.946
Cores 4 15-07-2013		1.100.000	100,08%		1.100.864	101,81%	1.119.911
Credit Agricole Public S 1,875 20-09-2019		500.000	101,03%		505.162	102,69%	513.430
Credit Agricole Sa 5,875 11-06-2019		100.000	113,38%		113.377	117,43%	117.428
Deutsche Bank Ag 5,125 31-01-2013		700.000	100,06%		700.437	104,77%	733.389
Deutsche Bk Cap Fndg Tst Tx Var PERP		8.000	75,76%		6.061	80,23%	6.418
Deutsche Genossen-Hypobk 4,5 17-01-2013		1.250.000	100,36%		1.254.450	104,45%	1.305.575

(cont.)

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Unidade: Euro

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Balanço		
					Valor Total de Aquisição	Unitário* Total	
Dexia Credit Local Tx Var 16-05-2015		110.000	72,45%		79.695	72,45%	79.695
EFG Financial Products Index 10-07-2014		500.000	106,63%		533.150	106,90%	534.500
Efg Hellas Funding Ltd 6 PERP		145.000	28,00%		40.600	29,36%	42.578
Eirles Four Limited 4 5,85 18-05-2013		500.000	100,18%		500.897	103,72%	518.592
Electricite De France 2,75 10-03-2023		500.000	99,26%		496.317	102,16%	510.779
Enagas Financiaciones Sa 4,25 05-10-2017		400.000	104,81%		419.252	105,83%	423.304
Enbw Intl Finance Bv 6 20-11-2013		100.000	104,72%		104.720	105,39%	105.394
Enel Finance Intl Nv 3,625 17-04-2018		100.000	99,55%		99.545	104,10%	104.096
Enel Finance Intl Sa 4 14-09-2016		60.000	105,20%		63.121	106,44%	63.862
Enel-Societa Per Azioni 4,75 12-06-2018		350.000	99,20%		347.189	110,25%	385.860
Erste Finance 5,25% PERP		20.000	73,28%		14.656	74,91%	14.983
F Van Lanschot Bankiers 2,875 17-10-2016		250.000	99,65%		249.123	102,44%	256.097
Fade 4,4 17-09-2013		900.000	100,97%		908.694	102,23%	920.086
Fade 5,9 17-03-2021		500.000	94,80%		474.022	105,72%	528.623
Fiat Finance & Trade (2) 7,75 17-10-2016		300.000	106,08%		318.244	107,52%	322.567
Furstenberg Capital II 5,625 PERP		52.000	60,25%		31.330	63,09%	32.805
Ge Capital Euro Funding 2,875 18-06-2019		1.000.000	101,26%		1.012.641	108,16%	1.081.568
Gfw Capital Gmbh 6 PERP		49.000	75,25%		36.873	78,02%	38.232
Glitnir Banki HF 8 PERP		30.000	0,20%		60	0,20%	60
Goldman Sachs Group Inc 4 02-02-2015		35.000	95,64%		33.473	108,95%	38.131
Goldman Sachs Group Inc 4,75 28-01-2014		130.000	98,34%		127.839	108,21%	140.675
Hannover Finance Sa 5,75 26-02-2024		100.000	104,57%		104.570	109,40%	109.397
Hit Finance Bv 5,75 09-03-2018		200.000	104,30%		208.596	115,37%	230.746
Holcim Finance Lux Sa 9 26-03-2014		500.000	110,28%		551.421	116,66%	583.291
Iberdrola Finanzas Sau 3,5 13-10-2016		250.000	99,94%		249.860	105,25%	263.126
Iberdrola Finanzas Sau 4,75 25-01-2016		400.000	103,11%		412.440	112,16%	448.654
Ing Groep Nv 5,625 03-09-2013		200.000	103,18%		206.352	105,01%	210.020
Intesa Sanpaolo Spa 4,125 19-09-2016		300.000	102,78%		308.345	105,50%	316.506
Intesa Sanpaolo Spa 4,375 15-10-2019		500.000	100,43%		502.146	103,41%	517.030
Irish Life & Permanent 7,284 15-02-2035		30.000	65,00%		19.500	69,15%	20.745
Italcementi Finance 5,375 19-03-2020		500.000	100,71%		503.565	108,84%	544.186
Jpmorgan Chase & Co 6,125 01-04-2014		1.000.000	107,00%		1.070.020	111,25%	1.112.479
Kaupthing Bank 6,75 PERP		15.000	0,13%		19	0,13%	19
Kaupthing Bank HF 6,25 PERP		50.000	0,00%		-	0,00%	-
Kbc Ifima Nv 3,625 07-03-2014		800.000	100,07%		800.520	105,90%	847.164
Koninklijke Kpn Nv 6,25 04-02-2014		500.000	105,94%		529.717	111,30%	556.497
Lafarge Sa 5,875 09-07-2019		200.000	108,38%		216.750	111,19%	222.384
Lafarge Sa 6,125 28-05-2015		1.500.000	107,84%		1.617.554	111,65%	1.674.802
Lafarge Sa 6,625 29-11-2018		250.000	112,83%		282.070	113,11%	282.780
Lafarge Sa 8,875 27-05-2014		1.200.000	109,60%		1.315.234	114,62%	1.375.436
Landsbanki Islands HF 6,25 PERP		200.000	0,00%		-	0,00%	-
Lehman Bros Cap Fund II 5,125 PERP		40.000	0,20%		80	0,20%	80
Lehman Brothers Tsv Bv Tx Var 05-10-2035		30.000	7,63%		2.288	6,88%	2.063
Lehman Brothers Tx. Var. 02/11/2035		19.000	5,63%		1.069	7,00%	1.330
Linn Energy Llc/Fin Corp 6,25 01-11-2019		250.000	99,33%		188.216	76,49%	191.217
Lloyds Tsb Bank Plc 6,5 24-03-2020		100.000	114,00%		114.000	119,13%	119.126
Macquarie Bank Ltd 6 21-09-2020		100.000	106,74%		106.739	108,52%	108.519
Mapfre Sa 5,125 16-11-2015		1.300.000	103,64%		1.347.336	104,90%	1.363.750
Mcdonald'S Corp 2,375 27-11-2024		500.000	99,63%		498.142	99,82%	499.106
Merrill Lynch & Co 3,5 30-03-2013		1.000.000	100,81%		1.008.138	103,51%	1.035.050
Merrill Lynch & Co 4,625 02-10-2013		100.000	101,28%		101.283	103,70%	103.699
Merrill Lynch & Co Tx Var 14-09-2018		850.000	85,22%		724.368	85,27%	724.783
Morgan Stanley 4 17-11-2015		145.000	105,81%		153.427	106,47%	154.383
Morgan Stanley 4,5 29-10-2014		250.000	102,11%		255.287	106,26%	265.639
Morgan Stanley Tx Var 01-03-2013		500.000	99,99%		499.940	100,03%	500.147
Nestle Finance Intl Ltd 0,75 17-10-2016		500.000	100,09%		500.460	100,68%	503.396
Nestle Finance Intl Ltd 1,5 19-07-2019		300.000	101,93%		305.796	102,61%	307.830
Nexans Sa 4,25 19-03-2018		300.000	100,55%		301.650	100,74%	302.219
Nordea Bank Finland Plc 2,375 17-07-2017		250.000	106,93%		267.313	108,01%	270.029
Novolipetsk Steel 4,95 26-09-2019		200.000	100,64%		152.552	77,63%	155.269
Nykredit 6 01-10-2029		140.546	100,40%		18.913	13,66%	19.192
Obrascon Huarte Lain Sa 8,75 15-03-2018		200.000	108,40%		216.800	110,72%	221.438
Omega Pharma Invest Nv 5,125 12-12-2017		225.000	102,23%		230.025	102,73%	231.151
Omv Ag 2,625 27-09-2022		500.000	96,32%		481.619	103,91%	519.566
Peugeot Sa 5,625 29-06-2015		450.000	100,63%		452.813	105,95%	476.780
Ppr Sa 8,625 03-04-2014		500.000	110,13%		550.629	115,96%	579.792
Rabobank Nederland Tx Var 09-05-2035		33.000	98,50%		32.505	101,51%	33.498
Rabobank Nederland Tx Var 23-02-2035		22.000	98,26%		21.616	102,32%	22.511
Rallye Sa 7,625 04-11-2016		150.000	114,44%		171.662	115,70%	173.545
Renault S.A. 6 13-10-2014		160.000	106,23%		169.965	107,56%	172.100
Repsol Intl Finance 6,5 27-03-2014		2.300.000	105,90%		2.435.693	110,82%	2.548.848

(cont.)

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(cont.)

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor de Balanço		
					Valor Total de Aquisição	Unitário* Total	
Royal Bk Of Scotland Nv 0 13-08-2014		50.000	96,48%		36.562	73,10%	36.551
Royal Bk Of Scotland Nv 4,75 04-01-2014		60.000	103,71%		62.227	108,41%	65.046
Royal Bk Of Scotland Plc 5,75 21-05-2014		800.000	106,73%		853.840	110,01%	880.078
Royal Bk Of Scotland Plc Tx Var 16-11-2015		1.000.000	88,66%		886.600	89,03%	890.350
Royal Bk Of Scotland Plc Tx Var 23-02-2015		54.000	82,03%		44.295	86,10%	46.493
Royal Bk Scotlnd Grp Plc 5,25 PERP		23.000	73,53%		16.912	76,15%	17.515
Royal Bk Scotlnd Grp Plc 5,5 PERP		35.000	76,32%		26.711	76,32%	26.711
Royal Bk Scotlnd Grp Plc Tx Var PERP		50.000	84,63%		42.313	86,54%	43.269
Rte Edf Transport S.A 2,125 20-09-2019		400.000	99,95%		399.787	102,62%	410.479
Santander Consumer Fin 3,875 23-03-2016		500.000	101,94%		509.720	105,05%	525.272
Santander Consumer Finance Tx Var 28-09-2016		1.000.000	92,79%		927.873	92,92%	929.155
Santander Intl Debt Sa 2,875 20-09-2013		1.800.000	100,51%		1.809.256	101,44%	1.825.874
Santander Intl Debt Sa 4 27-03-2017		3.900.000	97,75%		3.812.436	105,86%	4.128.678
Santander Intl Debt Sa 4,25 07-04-2014		2.100.000	101,90%		2.139.875	105,05%	2.206.125
Santander Intl Debt Sa 4,375 04-09-2014		1.500.000	100,95%		1.514.217	103,75%	1.556.241
Santander Intl Debt Sa 4,5 18-05-2015		2.400.000	100,88%		2.421.225	105,95%	2.542.887
Santander Intl Debt Sa Tx Var 05-04-2013		937.000	99,70%		934.189	99,78%	934.966
Santander Intl Debt Sa Tx Var 19-04-2013		1.000.000	100,02%		1.000.180	100,35%	1.003.540
Snam Spa 2 13-11-2015		500.000	99,98%		499.895	101,12%	505.595
Snam Spa 3,875 19-03-2018		200.000	107,10%		214.190	108,21%	216.419
Snam Spa 5 18-01-2019		500.000	101,87%		509.355	115,59%	577.926
Sns Bank Nv 2,125 30-08-2017		800.000	100,03%		800.232	102,76%	822.057
Societe Gen Acceptance 0 05-04-2013		20.000	97,42%		19.484	97,64%	19.528
Societe Gen Acceptance Tx Var 20-12-2013		110.000	25,05%		27.555	25,08%	27.588
Societe Generale Sfh 3,25 06-06-2016		400.000	108,21%		432.848	110,06%	440.256
Stora Enso Oyj 5 19-03-2018		100.000	103,13%		103.125	104,53%	104.528
Swiss Re Treasury (Us) 7 19-05-2014		1.500.000	108,97%		1.634.535	112,83%	1.692.394
Technicolor 5,75 PERP		12.000	0,13%		15	0,13%	15
Telecom Italia Spa 4 21-01-2020		500.000	99,18%		495.920	101,44%	507.213
Telecom Italia Spa 6,125 14-12-2018		800.000	99,23%		793.855	114,58%	916.674
Telefonica Emisiones Sau 4,71 20-01-2020		400.000	103,87%		415.469	109,39%	437.564
Telefonica Emisiones Sau 5,431 03-02-2014		350.000	104,02%		364.074	108,95%	381.316
Telefonica Europe Bv 5,125 14-02-2013		150.000	100,13%		150.202	104,85%	157.278
Telemar Norte Leste Sa 5,125 15-12-2017		100.000	107,87%		107.867	107,76%	107.761
Telenor Finance Lux 6,375 15-11-2020		150.000	106,28%		159.418	107,47%	161.208
Terna Spa 2,875 16-02-2018		100.000	99,79%		99.791	103,43%	103.429
Trafigura Beheer Bv 6,375 08-04-2015		100.000	103,50%		103.500	107,52%	107.524
Ubs Ag London 2,375 21-01-2013		1.070.000	100,22%		1.072.319	102,32%	1.094.810
Ubs Ag London 4,875 21-01-2013		500.000	100,22%		501.120	104,82%	524.096
Unibail-Rodamco Se 1,625 26-06-2017		300.000	99,53%		298.599	101,09%	303.272
Unicredit Bank Ag 1,5 14-01-2013		74.000	100,04%		74.032	101,47%	75.090
Unicredit Bank Ag 6 05-02-2014		300.000	99,84%		299.514	109,40%	328.212
Unicredit Bank Ag Tx Var 05-05-2014		1.250.000	98,54%		1.231.737	101,26%	1.265.711
Unicredit Bk Austria Ag 5,75 22-02-2013		1.150.000	100,21%		1.152.454	105,06%	1.208.179
Unicredit Spa (2) 6,95 31-10-2022		200.000	103,55%		207.093	103,96%	207.916
Unicredit Spa 3,375 11-01-2018		1.300.000	99,69%		1.295.931	100,71%	1.309.203
Unicredit Spa 4,375 11-09-2015		1.500.000	103,90%		1.558.490	106,57%	1.598.590
Unicredit Spa 4,875 07-03-2017		1.150.000	98,21%		1.129.460	110,97%	1.276.149
Unione Di Banche Italian 3,75 30-10-2015		500.000	101,39%		506.936	102,41%	512.035
Unitymedia Hessen / Nrw 5,5 15-09-2022		100.000	101,75%		101.750	103,29%	103.293
Universidad De Valencia 5,55 15-12-2013		60.101	91,96%		55.269	92,22%	55.427
Veolia Environnement 5,25 24-04-2014		10.000	106,17%		10.617	109,43%	10.943
Volvo Treasury Ab 2,375 26-11-2019		100.000	100,05%		100.047	99,82%	99.823
Wendel Sa 5,875 17-09-2019		100.000	107,48%		107.475	109,27%	109.265
Xstrata Finance Dubai Lt 1,5 19-05-2016		500.000	99,69%		498.435	99,92%	499.587
Xstrata Finance Dubai Lt 2,375 19-11-2018		1.000.000	99,64%		996.352	100,39%	1.003.882
Nbc Bank Nv 4,5 11-11-2013		500.000	100,09%		500.428	100,33%	501.632
<b>Sub-Total</b>		<b>102.952.029</b>			<b>103.279.210</b>		<b>106.960.714</b>
<b>Sub-Total</b>		<b>130.594.424</b>			<b>131.887.941</b>		<b>136.013.049</b>
<b>Total</b>	<b>12.607.657</b>	<b>131.553.424</b>			<b>213.005.035</b>		<b>217.066.561</b>
2.4. Derivados de Cobertura							
Eurovida Digitals On Commodities 15-09-2014		6.000.000		0,01	600	0,00	600
<b>Sub-Total</b>		<b>6.000.000</b>			<b>600</b>		<b>600</b>
<b>Total</b>		<b>6.000.000</b>			<b>600</b>		<b>600</b>
<b>Total</b>	<b>40.716.639</b>	<b>549.358.933</b>			<b>684.395.699</b>		<b>701.989.246</b>

\* Indica o valor dos juros decorridos

## Anexo 2 – Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)

Unidade: Euros

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com Sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>Vida</b>	<b>5.143.206</b>	<b>2.044.246</b>	<b>1.612.215</b>	<b>(1.486.746)</b>
<b>Não Vida</b>	-	-	-	-
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Incêndio e Outros Danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade Civil	-	-	-	-
Outras coberturas	-	-	-	-
Marítimo, Aéreo e Transportes	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Crédito e Caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5.143.206</b>	<b>2.044.246</b>	<b>1.612.215</b>	<b>(1.486.746)</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS  
E RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO FISCAL  
*2012*



## **Certificação Legal das Contas Individuais**

### **Introdução**

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, SA, as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 748.873.712 euros e um total de capital próprio de 60.383.598 euros, incluindo um resultado líquido de 9.579.950 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração de rendimento integral, a demonstração de alterações do capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

### **Responsabilidades**

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Eurovida –

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.com/pt](http://www.pwc.com/pt)

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

02

# Certificação Legal de Contas

Companhia de Seguros de Vida, SA em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador.

## **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

21 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA EUROVIDA – Companhia de Seguros de Vida, SA

Exmos. Senhores Accionistas da  
**EUROVIDA – Companhia de Seguros de Vida, SA.,**

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **EUROVIDA – Companhia de Seguros de Vida, SA.,** apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva certificação legal de contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers& Associados.

No âmbito das nossas atribuições, acompanhámos com regularidade ao longo do exercício de 2012 a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda das acções de verificação e comprovação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações de fiscalização.

No âmbito da nossa actuação durante o exercício de 2012 acompanhámos os desenvolvimentos em curso na Companhia, nomeadamente nas áreas da gestão do risco e do sistema de controle interno.

Após o final do exercício de 2012, procedemos à apreciação do Relatório de Gestão e das Contas do exercício, que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o Relatório de Gestão obedece às disposições legais e estatutárias e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o exercício.

O Conselho Fiscal analisou também a Certificação Legal de Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers& Associados, sem reservas, e com a qual concordamos.

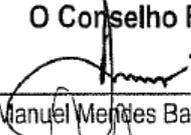
## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

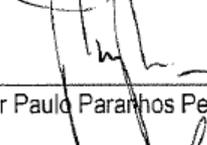
Como resultado das acções de fiscalização exercidas, acima resumidas, e das respectivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da EUROVIDA – Companhia de Seguros de Vida, SA., aprove:

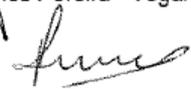
- a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração,
- b) Os termos da proposta do Conselho de Administração para aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2012, no montante de 9.579.950 Euros.

Lisboa, 21 de Março 2013

### O Conselho Fiscal

  
\_\_\_\_\_  
António Manuel Mendes Barreira – Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Vítor Paulo Paranhos Pereira - Vogal

  
\_\_\_\_\_  
Pedro Miguel Marques Rebelo Pinto - Vogal



Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 – 1099-090 Lisboa – Portugal  
Tel. +351 217 924 700 Fax +351 217 924 701  
e-mail: [seguros@eurovida.pt](mailto:seguros@eurovida.pt)  
site: [www.eurovida.pt](http://www.eurovida.pt)